

LAURA APARECIDA DOS SANTOS GOMES

**EMPREENDEDORISMO ÉTNICO DOS IMIGRANTES
OKINAWANOS EM CAMPO GRANDE/MS**

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL EM
CONTEXTO DE TERRITORIALIDADES
DOUTORADO
CAMPO GRANDE-MS
2020

LAURA APARECIDA DOS SANTOS GOMES

**EMPREENDEDORISMO ÉTNICO DOS IMIGRANTES
OKINAWANOS EM CAMPO GRANDE/MS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local, como requisito para obtenção do título de doutorado, sob a orientação da Prof.^a Dra. Cleonice Alexandre Le Bourlegat.

Bolsista CAPES

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL EM
CONTEXTO DE TERRITORIALIDADES
DOUTORADO
CAMPO GRANDE-MS
2020

G633e Gomes, Laura Aparecida dos Santos
Empreendedorismo étnico dos imigrantes Okinawanos
em Campo Grande-MS/ Laura Aparecida dos Santos Gomes,
sob orientação da Prof.^a Dra. Cleonice Alexandre Le
Bourlegat

107 p.: il.

Tese (Doutorado Desenvolvimento Local) - Universidade
Católica Dom Bosco, Campo Grande-MS, 2020

Bibliografia: p. 97 a 105

1. Imigração - Okinawa (Japão). 2. Desenvolvimento
local - Empreendedorismo - Étnico - cultural. I. Le
Bourlegat, Cleonice Alexandre. II. Título.

CDD: 658.421

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: “Empreendedorismo étnico dos imigrantes Okinawanos em Campo Grande/MS”.

Área de concentração: Desenvolvimento Local em Contexto de Territorialidades.

Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Dinâmicas de Inovação em Desenvolvimento Territorial.


Tese submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Doutorado da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Local.

Exame de Tese aprovado em: 02/03/2020

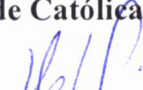
BANCA EXAMINADORA



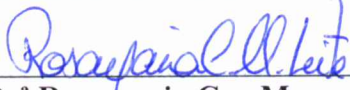
Profª Drª Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco



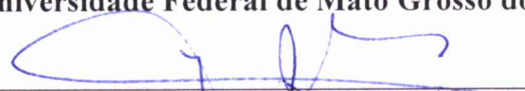
Profª Drª Arlinda Cantero Dorsa
Universidade Católica Dom Bosco



Prof. Dr. Josemar de Campos Maciel
Universidade Católica Dom Bosco



Profª Drª Rosamaria Cox Moura Leite
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



Profª Drª Icléia Albuquerque de Vargas
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

AGRADECIMENTOS

Ao bondoso Deus, que me deu a vida e me guia todos os dias. Agradeço pela força e saúde em todas as manhãs e madrugadas de estudo.

Ao meu pai João Gomes, meu herói, pai amoroso e cuidadoso, presente em todos os momentos da minha vida. Gratidão pelo seu amor e a dedicação à nossa família.

À minha mãe Dilma Aparecida, meu exemplo de fé, fortaleza e perseverança.

Aos meus saudosos avós Luis Gomes e Mariana, que juntos na espiritualidade me acompanham, me auxiliam e me inspiram na caminhada de evolução diária. Sintam meu amor.

Aos meus irmãos Paulo Ricardo e Patrícia de Fátima pelo amor, carinho e compreensão.

Aos meus sobrinhos João Ricardo e Bruna Rafaela, que alegram e coloreminha vida.

À Gracieiry Ferreira, pessoa de luz, presente de Deus. Gratidão pelo carinho, pelo companheirismo e por todas as palavras de motivação. Sua alegria me traz paz. Gratidão.

À querida Orientadora Dra. Cleonice Le Borlegat que me acompanha desde o mestrado. Seus sábios ensinamentos levarei para toda a vida. És minha referência de profissional ética e de ser humano sensível e de muita luz. Gratidão pela preciosa orientação, por acreditar no meu trabalho, por não me deixar desistir, pelos conselhos, pela sua paciência e calma em me ouvir, pelo seu tempo dedicado à mim durante este processo de pesquisa.

Ao querido Professor Dr. Josemar Maciel, ser humano incrível e exímio profissional comprometido com sua missão de educador e cientista. Agradeço por me convidar para fazer a seleção para este programa de doutorado. Por compartilhar seu conhecimento nas aulas, pelas inspirações, pelos livros, pelas dúvidas tiradas nos corredores e até na hora do cafezinho. Por todas as palavras de motivação. Gratidão.

À professora Dra. Arlinda Cantero pelos conhecimentos, pelo carinho, dedicação e brilhante condução na Coordenação do Programa de Doutorado em Desenvolvimento Local.

Ao Professor Dr. Heitor Homero, um cavalheiro. Obrigada por compartilhar seus conhecimentos em nossas aulas.

À Professora Dra. Maria Augusta Castilho, obrigada pelos ensinamentos metodológicos em suas aulas.

Ao sábio professor Vicente Fidelis de Ávila, me sinto honrada em ter assistido às suas aulas no mestrado. Obrigada por fazer despertar em mim o interesse pelos estudos do desenvolvimento local.

À todos os Professores Doutores do Programa de Doutorado em Desenvolvimento Local, pelo conhecimento e experiências nas aulas e atividades do programa.

À Sra. Edna Yoshiko pela gentil ajuda nas entrevistas.

À Tatiane Machado, pela cordialidade e pelo excelente atendimento a nós doutorandos.

Aos imigrantes e descendentes Okinawanos, eu aprendi muito com todos vocês. Obrigada por me receberem em seus lares, em seus locais de trabalho e compartilhar um pouco da história de suas famílias. Gratidão.

Aos meus queridos alunos, os de hoje, os de ontem e os de amanhã. Estar com vocês é a minha maior motivação e meu presente diário.

À minha pequena Bebel, de olhinhos de jabuticaba. Minha companheira de quatro patas, 14 anos de amor puro e incondicional.

*Quem quiser conservar um enxame de
abelhas num curso desejável se dará melhor
cuidando das flores no campo, não
adestrando cada abelha.*

Zygmunt Bauman

Ryuka - Poesia de Ryukyu

戦せん済まち 弥勒せんやがてい
嘆くなよ臣下 命どう宝

A guerra vai acabar

Logo virá a abundância

Não se lamentem

A vida é um tesouro

名に立ちゆる沖縄宝島でむぬ 心うち合わち うたちみしより
名に立つ沖縄 宝島だから 心をひとつに合わせしてお立ちください

A famosa Okinawa, ilha preciosa, num só coração – se levantem!

稲粟の稔り 弥勒世ぬ印 心うち合わち気張りみそり

O arrozal vai crescer, sinais de boa colheita, num só coração – se animem!

がくやないしゆらさ花や咲き美らさ 我した此ぬ沖縄世界に知らさ

A música toca doce, a flor desabrocha bela, nossa Okinawa ao mundo vamos mostrar!

我や虎でむぬ羽着けてたぼり 波路パシフィック渡てなびら

Sou um tigre, coloque asas e vamos atravessar o Pacífico!

七転び転でひやみかち起きり 我したこの沖縄世界に知らさ

Se cair 7 vezes, grite “ei” e levante, nós vamos mostrar nossa Okinawa ao mundo!

*Citada pelo último rei, Sho Tai, após ser deposto em 1879 e o Reino foi anexado ao Japão, dando origem à província de Okinawa.
(<https://okinawando.wordpress.com/2019/02/05/versos-bonitos-para-os-infelizes>)*

RESUMO

Frente ao interesse em compreender o comportamento empreendedor da comunidade japonesa oriunda da ilha de Okinawa que contribuiu para o seu desenvolvimento em Campo Grande, questionou-se em que contextos ele teria sido construído e por meio de quais estratégias e recursos? O Objetivo Geral da pesquisa foi identificar, com base na origem histórica desse povo e nas condições dadas pelos processos migratórios e estratégias de permanência no país e, ainda, daquelas apresentadas no território de destino, a natureza de recursos por eles utilizados. O tipo de pesquisa foi exploratória, com o uso do método de triangulação, que combina dados da contextualização histórica, com aqueles objetivos e os subjetivos, para análise e interpretação. Na aplicação das entrevistas estruturadas foi utilizada a metodologia *snowball* (bola de neve). Os resultados confirmaram a hipótese inicial de que o empreendedorismo étnico dos okinawanos em Campo Grande/ MS teria sido viabilizado, sobretudo pelas estratégias de permanência e por meio da mobilização dos recursos construídos na cultura de origem, associados a recursos do meio social de relações por eles construídas (família, comunidade), com aqueles proporcionados no processo migratório e no território de destino e das suas estratégias de longo prazo.

Palavras-chave: imigração okinawana, desenvolvimento local, empreendedorismo étnico.

ABSTRACT

In view of the interest in understanding the entrepreneurial behavior of the Japanese community from the island of Okinawa, which contributed to its development in Campo Grande, it was questioned in what contexts it would have been built and through which strategies and resources? The general objective of the research was to identify, based on the historical origin of this people and the conditions given by the migratory processes and strategies of stay in the country and, still, of those presented in the destination territory, the nature of resources used by them. The type of research was exploratory, using the triangulation method, which combines data from the historical context, with those objective and subjective ones, for analysis and interpretation. In the application of structured interviews, the snowball methodology was used. The results confirmed the initial hypothesis that the ethnic entrepreneurship of the Okinawans in Campo Grande / MS would have been made possible, mainly by the strategies of permanence and through the mobilization of the built resources. in the culture of origin, associated with resources from the social environment of relationships built by them (family, community), with those provided in the migratory process and in the destination territory and their long-term strategies.

Keywords: Okinawan immigration, local development, ethnic entrepreneurship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Triangulação na análise e interpretação dos dados.....	37
Figura 2 - Mapa do Japão e Ilha de Okinawa.....	42
Figura 3 - Batalha de Okinawa: navios norte-americanos junto a Yomitan.....	46
Figura 4 - Inauguração da Estação Ferroviária de Campo Grande,1914.....	55
Figura 5 - Delimitação do Rocio de Campo Grande.....	60
Figura 6 - Largo da Feira em Campo Grande.....	68
Figura 7 - Escola Mata do Segredo.....	75
Figura 8 - Escola Coronel Antonino.....	75
Figura 9 - Feira Central, 1987.....	81
Figura 10 - Barraca na Feira Central.....	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Colônias no Município de Campo Grande (1914-1926).....	65
Quadro 2 - Colônias agrícolas japonesas instaladas entre 1927-1942.....	67
Quadro 3 - Colônias agrícolas criadas nos municípios do entorno: 1953-1959.....	78
Quadro 4 - Colônia agrícola criada no Município de Campo Grande em 1960.....	78

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO.....	18
2.1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1.1 Desenvolvimento local: um conceito endógeno e relacional.....	18
2.1.2 Comportamento empreendedor.....	23
2.1.3 Empreendedorismo étnico por necessidade e oportunidade.....	30
2.1.4 Comportamentos empreendedores estratégicos no cotidiano: praticas de contracultura.....	34
2.2 REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	36
2.2.1 Tipo da pesquisa.....	36
2.2.2 Triangulação de métodos.....	36
2.2.3 Abordagem relacional (sistêmica).....	37
2.2.4 Procedimentos de coleta.....	37
2.2.5 Organização e interpretação dos dados coletados.....	39
3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS ORIGENS E PROCESSO MIGRATÓRIO DOS OKINAWANOS.....	41
3.1 ORIGENS HISTÓRICAS DO MODO DE SER OKINAWANO.....	41
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO MIGRATÓRIO NO BRASIL.....	48
3.2.1 Okinawanos no processo imigratório japonês de caráter experimental nas fazendas de café	48
3.2.2 Migração dirigida pelas empresas colonizadoras japonesas no período do Entre-Guerras e Pós Segunda Guerra.....	56
3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	58
4. EMPREENDEDORISMO ÉTNICO MANIFESTADO PELOS IMIGRANTES OKINAWAS EM SUA TERRITORIALIZAÇÃO EM CAMPO GRANDE.....	59
4.1 EMPREENDEMENTOS CHACAREIROS NO ATENDIMENTO AO CONSUMO URBANO: 1914-1926.....	59
4.1.1 Oportunidade de mercado para os empreendimentos chacareiros.....	61
4.1.2 Composição das famílias e as primeiras iniciativas empreendedoras.....	63

4.2 EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS NO ATENDIMENTO AO MERCADO EXTERNO: 1927-1942	66
4.2.1 Acesso aos mercados de consumo.....	69
4.2.2 A prática coletivista e de afirmação da identidade okinawa nos espaços de produção e de vida.....	71
4.2.3 Papel das escolas dentro das colônias.....	73
4.2.4 Novas regras para o funcionamento das escolas.....	74
4.3 NOVOS EMPREENDIMENTOS VOLTADOS AO MERCADO URBANO AMPLIADO E PROJETOS DE PERMANÊNCIA NO PAÍS.....	76
4.3.1 O comportamento empreendedor nas Feiras de Campo Grande.....	79
4.3.2 Novas oportunidades no ambiente urbano e novos esquemas de ação empreendedora.....	84
4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO.....	89
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICE.....	106

1. INTRODUÇÃO

O mundo vem enfrentando a ampliação do fluxo migratório internacional, especialmente daquelas populações em condição de vulnerabilidade. Muitos dos países de destino, pelo que se pode verificar, estão despreparados para o acolhimento desses imigrantes, gerando dificuldades à sua entrada e permanência, condições que se traduzem, muitas vezes, em oportunidades bloqueadas no mercado de trabalho, dificultando sua sobrevivência.

O Brasil conheceu um processo imigratório importante entre o século XVII e primeira metade do século XIX, mas também surgiram novos fluxos em períodos posteriores, com destaque para os portugueses, italianos, espanhóis, alemães, árabes e japoneses. Mais recentemente, vem se tornando destino de novas levas de imigrantes, conforme aponta o relatório de 2018 da Organização Internacional para Migrações (OIM). A situação de dificuldades e oportunidades enfrentadas pelos imigrantes que se encontram em condição vulnerável, seja no processo migratório como no local de destino, podem contribuir para deflagrar uma diversidade de comportamentos estratégicos de natureza empreendedora. Nas últimas décadas, em diversas cidades do mundo industrializado, especialmente em áreas metropolitanas, tem ocorrido um grande afluxo de pessoas de diferentes origens étnicas (WALDINGER, ALDDRICH e WARD, 1990). A compreensão das diferentes formas de empreendedorismo revelado por eles, baseado em seus próprios recursos étnicos, começa a despertar grande interesse por parte dos territórios de destino.

Segundo a Associação Okinawa de Campo Grande, Campo Grande-MS possui a maior população japonesa originária da ilha de Okinawa no Brasil, depois de São Paulo, que teria aportado no Município desde o início do século XX.

O interesse pelo comportamento empreendedor da população imigrante desta origem em Campo Grande emergiu durante a pesquisa realizada para a dissertação de mestrado. Nessa oportunidade, foi possível tomar maior conhecimento a respeito de suas práticas comerciais na Feira Central de Campo Grande. Foi possível constatar, por meio desta pesquisa um modo de ser e negociar dos comerciantes de origem okinawana, revelador de um comportamento étnico baseado numa cultura com forte abertura para o empreendedorismo e negociação. Durante a trajetória de pesquisa foram observadas diversas particularidades dos imigrantes

okinawanos em suas práticas empreendedoras, que favoreceram o desenvolvimento de práticas comerciais na abertura e manutenção do mercado municipal, da grande Feira Central, como também das feiras mantidas nos bairros mais periféricos. No entanto, tem sido perceptível o quase desaparecimento de suas tradicionais chácaras de abastecimento urbano de Campo Grande-MS, como também os okinawanos e seus descendentes estão sendo cada vez mais substituídos por não-okinawanos em suas tradicionais práticas comerciais relacionados ao mercado municipal e feiras. Por outro lado, chama atenção na atual geração descendente destes okinawanos, o grande número de profissionais de destaque e bem-sucedidos dessa origem étnica, que atuam especialmente como profissionais liberais (médicos, engenheiros, arquitetos, advogados, entre outros).

Questão norteadora

Em que contextos teriam sido inseridos e quais estratégias e recursos teriam se valido os okinawanos e seus descendentes em Campo Grande-MS, para criar e manter empreendimentos étnicos durante sua territorialização, capazes de contribuir por um desenvolvimento protagonizados por eles nesse Município?

Hipótese da pesquisa

A partir do suporte do referencial teórico selecionado, partiu-se da hipótese que o desenvolvimento local, visto numa perspectiva relacional de endogeneização de capacidades protagonizadas por imigrantes okinawanos, nesse processo de reterritorialização, teria sido viabilizado, sobretudo por determinadas estratégias e mobilização de diversas naturezas de recursos. Estes teriam sido construídos na cultura de origem, associados àqueles proporcionados no processo migratório e no território de destino, ainda correlacionados a recursos do meio social de relações por eles construídas (família, comunidade). Tais estratégias de permanência teriam sido estabelecidas, com fins diferentes, em cada processo migratório, em função de circunstâncias de necessidade ou de oportunidade.

Objetivos

Geral:

Identificar, por meio de contextualização, tanto da origem histórica dos okinawanos, como das condições dadas pelos processos migratórios e estratégias de permanência no país e, ainda, daquelas apresentadas no território de destino, a natureza de recursos por eles utilizados, em diferentes formas de empreendedorismo étnico, que contribuíram para o desenvolvimento por eles protagonizados no processo de reterritorialização em Campo Grande-MS.

Específicos

(1) Contextualizar historicamente as origens étnicas e o processo migratório dos okinawanos, reveladores de um tipo característico de comportamento empreendedor, utilizado como recurso estratégico em seu desenvolvimento no território de destino;

(2) Identificar nas situações enfrentadas durante o momento migratório e chegada ao território de destino, como os okinawanos mobilizaram seus recursos étnicos e os do meio social aos quais se inseriram, para empreender atividades desencadeadoras de um desenvolvimento passível de manter sua sustentabilidade.

Sujeitos e objeto da pesquisa

Os imigrantes de origem Okinawa e descendentes constituem os sujeitos dessa pesquisa, inclusive representantes de suas gerações seguintes. Já o objeto de pesquisa consta dos espaços de interação ocupados para o exercício das atividades desempenhadas por esses imigrantes, no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul.

Estrutura da tese

A tese foi estruturada, além da introdução e conclusão, em três capítulos. No primeiro, foi apresentado o referencial teórico e metodológico, mediante seleção de teorias e categorias conceituais e metodologias, para o devido suporte à análise

e interpretação dos dados coletados. No segundo capítulo foi abordado os antecedentes históricos, buscando o melhor conhecimento das origens dessa etnia e de suas circunstâncias migratórias. Por fim, no terceiro capítulo, por meio da discussão dos dados obtidos, procurou-se identificar as formas de empreendedorismo que os okinawanos manifestaram nessa territorialização em Campo Grande-MS.

2. REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLÓGICO

O presente capítulo tem como objetivo, de um lado, definir o referencial teórico e categorias conceituais selecionadas, de onde se retirou os pressupostos básicos da pesquisa e o conteúdo de suporte complementar para poder analisar e interpretar os dados coletados e organizados para esse fim. De outro, apresentar o método e as metodologias utilizadas para implementar o desenvolvimento da pesquisa.

2.1 REFERENCIAL TEÓRICO

Na concepção de Popper (1975), a ciência é um campo aberto, do qual fazem parte, tanto teorias como determinados princípios para sua explicação, observando-se que ambas se manifestam segundo determinadas visões do mundo. Morin (2005) corrobora nesse sentido, afirmando que o conhecimento científico aporta um universo de teorias, ideias e paradigmas oferecendo suporte à interpretação dos fenômenos, ao mesmo tempo em que revela o enraizamento cultural, social, histórico dos mesmos. Isso leva à necessidade do pesquisador estar atento sobre as estruturas ideológicas e enraizamento sociocultural do referencial teórico no qual se apoia.

Na seleção das teorias e princípios para explicação e interpretação dos dados quantitativos e qualitativos obtidos durante a pesquisa foram observadas aquelas que podem ser combinadas, numa abordagem do desenvolvimento local, visto como processo de construção social, cuja manifestação só pode ser compreendida nas especificidades na complexidade da conjuntura territorial na qual este processo se manifesta. As teorias e princípios selecionados dão suporte não só à análise dos aspectos objetivos do objeto de pesquisa, como também à interpretação da realidade percebida e construída na mente dos sujeitos da pesquisa.

2.1.1 Desenvolvimento local: um conceito endógeno e relacional

O desenvolvimento local, para ser melhor compreendido, precisa ser abordado em sua perspectiva endógena e relacional.

2.1.1.1 Perspectiva endógena do desenvolvimento

O desenvolvimento local, como categoria conceitual, tem sido interpretado como processo de construção social, de natureza endógena, ou seja, que parte do protagonismo intencional de um grupo de atores, os quais procuram estabelecer determinadas redes de relações entre si e com o meio para atender objetivos comuns (RAFFESTIN, 1993).

O desenvolvimento local, de acordo com Ávila (2006) se dá de dentro para fora, uma vez que o empreendedor e as comunidades às quais ele se articula colocam todas suas potencialidades na prática de seus relacionamentos internos e externos ao ambiente territorial de manifestação. Trata-se da endogeneização de capacidades, competências e habilidades de uma dada coletividade, visando assumir seu próprio processo de desenvolvimento, em busca da auto-sustentabilidade (ÁVILA, 2006). Para esse autor, a solidariedade constitui a principal força motriz desse processo, compreendida por ele como sendo um estado volitivo de ânimo, que envolve percepções, crenças e convicções, geradoras de intenções, relações afetivas e laços de mobilização e cooperação. O autor assevera que as capacidades, competências e habilidades, bem como autoestima e confiança dos atores também podem ser trazidas de fora, quando destes relacionamentos locais participam atores que viveram outras realidades.

O desenvolvimento local se enquadra no que Boisier (2003) chama de propriedade emergente de um sistema territorial construído de forma complexa e dinâmica, quando esse se mostra altamente sinérgico e ajustável às condições em que foi construído. Ela emerge de interações e intercâmbios entre os membros de uma sociedade local. Arocena (2013) define como sociedade local um conjunto de seres humanos em que as relações por eles estabelecidas são de natureza local, em que o território se transforma em objeto de negociação entre seus integrantes e a base principal do sistema de relações que lhes atribuem maior poder. As experiências de auto-organização as quais emergem no espaço local de vida, segundo Arocena (2013), acabam por produzir a valorização desse local.

O desenvolvimento local, que brota de um processo endógeno, pode ainda ser visto como autopoiese, que conforme a concepção de Maturana e Varela (1980), significa autoprodução, um fenômeno típico de sistemas vivos, aqueles que apresentam a capacidade de se recompor e recompor continuamente seus

elementos. O sistema autopoietico, para esses autores, é a mesmo tempo produtor e produto. Apesar de autônomos, eles são dependentes, uma vez que precisam recorrer aos recursos do ambiente para poder sobreviver.

De acordo com Santos (1987), os instintos inspirados pelo mundo existencial conduzem o homem à busca de sua essência, com um melhor discernimento da realidade e dos meios externos que tentam subjugar-lo.

A dinâmica do desenvolvimento manifesta-se nos territórios locais, portanto, como um sistema complexo, multidimensional, que emerge do território vivido, em um processo no qual os saberes construídos (conhecimentos, competências e habilidades) e outros recursos locais, são mobilizados no sentido de operarem as mudanças necessárias, as quais ampliam a autonomia do território. Nesse sentido, as características do desenvolvimento endógeno passam a ter estreita relação com a cultura local:

[...] el desarrollo debe ser considerado como más y más endógeno, debido a su estrecha asociación con la cultura local y con los valores que ella incluye. Si el desarrollo es un fenómeno de un alto contenido axiológico, algunos valores universales (el valor de la vida, o el de la libertad, por ejemplo), pero la mayoría tienen un carácter particular a la sociedad local. (BOISIER, 1999, p. 5).

No território de vida, por sua natureza, a dinâmica do desenvolvimento também leva em conta as necessidades humanas, para as quais se estabelecem formas de solidariedade e cooperação, na busca de níveis crescentes de autonomia:

Tal desarrollo (el desarrollo a escala humana) se concentra y sustenta en la satisfacción de las necesidades humanas fundamentales, en la generación de niveles crescentes de autodependencia y en la articulación orgánica de los seres humanos con la naturaleza y la tecnología, de los procesos globales con los comportamientos locales, de lo personal con lo social, de la planificación con la autonomía y la Sociedad Civil con el Estado. (BOISIER, 1999, p. 5).

Alguns autores têm se esforçado em definir conceitualmente no que consiste o desenvolvimento local como processo de autonomização constante. Para Ávila (2000, p. 68), o processo consiste:

[...] no efetivo desabrochamento a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seus '*status quo*' de vida, das capacidades, competências e habilidades de uma 'comunidade definida' – portanto com interesses comuns e situada em espaço territorialmente delimitado, com identidade social e histórica, no sentido de ela mesma mediante ativa

colaboração de agentes externo e internos incrementar a cultura da solidariedade em seu meio e se tornar paulatinamente apta a gerenciar (discernindo e assumindo dentre rumos alternativos de reorientação do seu presente e de sua evolução para o futuro aqueles que se lhe apresentar mais consentâneos) e gerenciar (diagnosticar, tomar decisões, agir, avaliar, controlar, etc.) o aproveitamento dos potenciais próprios ou cabedais de potencialidades peculiares à localidade, assim como a ‘metabolização’ comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos, visando à processual busca de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito.

2.1.1.2 Perspectiva relacional do desenvolvimento local: sistema territorial local

Na busca da melhor compreensão desse processo de desenvolvimento local, que emerge parte de um mundo de interações próximas dos atores, Dematteis e Governa (2005), construíram o conceito de “sistema territorial local”. Trata-se de um conceito mais relacional, na medida em que procura a melhor compreensão da complexidade de relações estabelecidas fora desse ambiente de proximidade, nas interações estabelecidas fora desse ambiente, podendo atingir diversas escalas (regional, nacional, internacional).

A respeito dessa perspectiva mais relacional manifesta-se Le Bourlegat (2010, p. 10)

[...] cada sistema territorial local está sujeito a formas particulares de combinação. Nesse processo, além do protagonismo dos atores, entram em jogo a influência de variáveis de diferentes dimensões do território (ambiente natural e construído, social, econômico, cultural, político, institucional) e dos contextos nos quais se inserem tais territórios, com efeitos específicos na capacidade de aprender, produzir conhecimento e inovar, assim como de gerir o desenvolvimento de forma mais autônoma.

É preciso lembrar que o ambiente de articulações, no qual se inserem determinados sujeitos, por um lado os permitem usufruir de princípios sistêmicos que ajudam não as coletividades das quais os mesmos fazem parte. De outro, ampliam a complexidade e o campo de forças de realização do próprio ambiente. Segundo Morin (1999) o todo constituído pelo ambiente de conexões em rede se torna muito maior do que a soma das partes, uma vez que as interações resultam em multiplicação, de resultado sinérgico. A totalidade do conhecimento construído socialmente nesse processo, se dá pelo princípio hologramático. Isso significa que os resultados da construção coletiva, permanecem tanto no grupo como em cada um de seus integrantes.

Essa perspectiva mais relacional do conceito de desenvolvimento local permite verificar como uma dada coletividade local, que age intencionalmente, consegue atingir organizações fora de seu ambiente mais próximo, para nelas intervir e orientar a trajetória desse desenvolvimento aspirado coletivamente (FREITAS, 2016). Com base nessa perspectiva, o sistema territorial local passa a ser abordado muito mais como um complexo “campo de relações”, fruto de convergência e interações entre seus diversos integrantes.

2.1.1.3 Desterritorialização e reterritorialização da população migrante

A migração envolve processos de desterritorialização, caracterizada pela saída do indivíduo de seu território de origem, e reterritorialização que implica a apropriação do novo território. (DELEUZE E GUATTARI, 1997).

A terra natal, para Santos (1987), significa o lugar onde se tem raízes, portanto a territorialidade anteriormente vivida. É onde se fala a mesma linguagem, onde se é sempre reconhecido, sendo dela que o indivíduo se serve para enfrentar novas situações. Já o novo lugar representa uma espécie de fermento, que ajuda a ampliar o grau de consciência do imigrante, num processo de desalienação, processo que contribui com a humanização do imigrante recém-chegado. Este processo de desalienação se dá no cotidiano vivido no novo ambiente ainda pouco conhecido. Santos (1987), se reportando a Agnes Heller (1972), afirma que o cotidiano vivido pode servir, tanto para mutilar a consciência, portanto alienar, como também pode servir como um lugar de descoberta que contribui para a desalienação da consciência. A desalienação, nesse caso, ocorre no convívio com o outro, no cotidiano vivido. Portanto, depende de uma sucessão de momentos em diferentes quadros de vida, em que ocorrem os relacionamentos. Nesse processo, cada indivíduo é capaz de perceber e de se perceber, construindo representações sociais e de si próprio dentro do novo quadro de vida, como ator. Portanto, ele se desterritorializa, ao mesmo tempo em que se reterritorializa. Desse modo, a desalienação e reconstrução do sujeito ocorre num processo de territorialização.

Essa construção do território em um novo espaço, a reterritorialização, supõe um processo interativo dos seres humanos entre si e desses com seu ambiente de vida, na satisfação de necessidades e anseios comuns, visando manter sua integridade biológica e social. (RAFFESTIN, 1977). O termo “apropriação” utilizado

aqui, vem da escola marxista e significa uma ação que visa adaptar algo para um uso definido e uma destinação precisa, mediante saberes, competências e habilidades historicamente construídas. Le Bourlegat (2011) aborda a territorialização como um processo em que os indivíduos e coletividades criam e recriam estratégias, mediadas por saberes interiorizados da cultura originária, para fazer suas escolhas e tomar decisões. No caso dos imigrantes, essas relações ocorrem, não só entre os imigrantes entre si, mas também com os grupos sociais do território de destino.

O processo migratório, conforme bem lembra Santos (1987), significa deixar atrás uma cultura herdada para se defrontar com outra diferenciada, o que pode contribuir para uma participação inicial ainda passiva. A participação ativa como ator territorial deve exigir dele um processo de mudança e de adaptação. No entanto, conforme bem lembra esse autor, essa condição de alienação também incita o recém-chegado a fazer uso de suas capacidades e de seu gênio criativo. Nesse caso, o novo ambiente “opera como uma espécie de detonador”. (SANTOS, 1987, p.62). A territorialidade nova e a cultura nova passam a se interferir reciprocamente com a pessoa do imigrante e sua própria cultura original. Esse processo resulta em mudança, tanto da cultura do imigrante como daquela da territorialidade local. À medida que essa síntese vai sendo percebida, o anterior processo de alienação vai se transformando em maior integração do imigrante ao território e maior entendimento com os grupos sociais locais. É nesse momento, que o imigrante consegue recuperar a parte do ser que lhe parecia perdida e se sentir reconhecido no lugar que elegeu para viver.

Os imigrantes recém-chegados vislumbram no novo ambiente de vida oportunidades de sobrevivência e buscam recriar, com apoio da cultura enraizada, um diálogo cotidiano com a cultura do novo local escolhido para viver. Num processo relacional, eles vão construindo uma percepção da situação social com suas regras e valores e, nesse enquadramento, vão se percebendo e, ao mesmo tempo, construindo uma representação de si e da coletividade em relação ao outro e aos valores e regras da territorialidade já constituída.

2.1.2 Comportamento empreendedor

Embora não exista uma definição universalmente aceita, parece existir um consenso de que empreendedorismo inclui um comportamento empreendedor de

iniciativa, liderança e inovação, organização e reorganização de mecanismos econômicos e sociais, numa sujeição a riscos. (LORDKIPANIDZE; BREZET; BACKMAN, 2005). Desse modo, sua essência está nessa iniciativa de mudança por meio da criação ou inovação.

No entanto, as explicações para o comportamento do empreendedor vêm sofrendo ajustes, diante da nova realidade de complexidade, apresentada no mundo atual.

2.1.2.1 Comportamento empreendedor: recursos individuais e recursos do meio

O empreendedorismo foi definido anteriormente, sobretudo por qualidades próprias de determinados indivíduos. O economista francês Richard Cantillon, no período da Revolução Industrial e à luz do pensamento iluminista do século XVIII, foi o primeiro a definir o empreendedor como aquele indivíduo que identifica oportunidades e assume riscos, diante dos desafios enfrentados num ambiente de incertezas, dado pela economia de mercado. No início do século XIX, Jean Baptiste Say, economista francês adepto dos ideais iluministas e liberais, o apontou como o verdadeiro agente de mudanças, capaz de reunir os conhecimentos existentes para combiná-los com diferentes meios de produção, na criação de seu novo empreendimento (DRUCKER,1987). No âmbito da Segunda Revolução Industrial, o economista Joseph Alois Schumpeter (1985), diante de mudanças revolucionárias dentro do sistema capitalista, viu o empreendedor como o agente central dos processos de mudança socioeconômica, sendo por ele considerado um tipo especial, considerado um privilégio de um pequeno número de pessoas. (SCHUMPETER, 1985).

Castillo-Palacio; Batista-Canino e Zuñilga-Collazos (2017), concebem o empreendedorismo como um fenômeno sistêmico, que precisa ser mais bem compreendido no contexto de relações em que o mesmo se manifesta.

Nesse ambiente sistêmico, segundo Julien (2010), o ambiente externo e o enquadramento temporal em que se manifestam as iniciativas também podem apresentar possibilidades ou obstáculos à ação empreendedora. Num ambiente empresarial dessa natureza, não só são compartilhadas informações internas, como se obtém informações selecionadas vindas do ambiente externo a ele, no atendimento de determinadas necessidades específicas (JULIEN, 2010). As

informações, nesse caso, originam-se de quem se conhece ou sobre quem se tem referências.

Para Spigel (2017, p. 49), tais sistemas apresentam um conjunto de subsistemas, que se conectados, constituem um ecossistema com forte potencial de suporte às inovações. Os ecossistemas de inovação, em princípio são constituídos, entre outros, por redes sociais, capitais de investimento, universidades e políticas econômicas ativas. Em síntese, cada ecossistema de inovações supõe combinações de fatores sociais, políticos, elementos econômicos e culturais num dado local, que incentivam determinados empreendedores a assumir riscos (SPIGEL, 2017).

No atual cenário de complexidade do mundo em que se vive, por mais que o comportamento empreendedor expresse qualidades individuais, como ser social este empreendedor acaba por se inserir em diversos contextos relacionais, que também o coloca dependente de oportunidades e limitações proporcionadas pelos recursos proporcionados por esses diferentes contextos (JULIEN, 2010).

Para dar início ao empreendimento, o empreendedor depende principalmente dos seus talentos individuais, proporcionados por determinadas competências cognitivas anteriormente construídas e do senso de oportunidade (JULIEN, 2010). Mas ao avançar, o empreendedor e seu empreendimento necessitam de se inserir em diversas formas de conexões, de modo que o empreendedorismo passa a se manifestar como um fenômeno sociocultural. (JULIEN, 2010).

Desse modo, tanto os recursos do meio, como a cultura do indivíduo são fundamentais para condicionar o comportamento empreendedor e promover o desenvolvimento local. No processo de inserção social do empreendimento empreendedor e empreendimento passam a depender desse ambiente de relações socialmente construídas. (JULIEN, 2010). Isso significa que para garantir seu desempenho, o empreendedor, além de sua própria iniciativa, passa a depender dos recursos proporcionados pelos diferentes ambientes nos quais se inseriu, especialmente aqueles do meio que lhe é mais próximo (JULIEN, 2010).

Estudar o ambiente social do território de destino, portanto, tem grande relevância para compreender o comportamento empreendedor do imigrante. Os contextos institucional e político nos territórios de acolhimento exercem papel determinantes no desenvolvimento das estratégias empresariais propostas pelo empreendedor (RATH e KLOOSTERMAN, 2000).

Em princípio, todo empreendedor, como ser social, já faz parte de uma família e de uma comunidade, meio esse do qual extrai recursos para poder ampliar seu desempenho. Essas relações interpessoais entrelaçadas por meio de redes de sociabilidade podem avançar de simples troca de informação para diversas formas de colaboração e ações conjuntas, em diversos ambientes e em diferentes épocas (JULIEN, 2010). Nesse sentido, na complexidade relacional da conjuntura socioeconômica do território em que cada empreendedor se manifesta, ele não depende apenas de suas qualidades pessoais, mas também das diversas conjunturas relacionais em que se insere. Seu comportamento também vai depender, em grande parte, das oportunidades e limitações proporcionadas por esse cenário em termos de recursos, sejam eles materiais ou imateriais.

A primeira conexão e mais imediata do empreendedor pode ser dentro da família, ou então com seus sócios, parceiros, entre outros. No empreendimento étnico de pequeno porte, a família costuma exercer papel fundamental, como um ambiente de relações, não só para sua criação como para bem conduzi-lo (STEIER, CHRISMAN e CHUA, 2004). A cultura familiar exerce um impacto significativo no desempenho de seus membros. Por isso proporciona oportunidades para nela se desenvolver redes na condução do negócio étnico. Na família, os fortes laços e relacionamentos contribuem para o aprimoramento do negócio, permitindo a ela manter determinada posição na sociedade e um certo poder. (STEIER, CHRISMAN e CHUA, 2004).

No caso dos imigrantes, o empreendedorismo também pode emergir de recursos obtidos por meio de acordos estabelecidos entre seu país de origem e destino. (OLIVEIRA e INACIO, 1999). As circunstâncias das relações estabelecidas entre os esses dois países, em que os imigrantes se inserem, pode significar recursos e oportunidades no território de destino. Tais recursos ganham importância, especialmente quando são estabelecidos acordos especiais ou de acesso à cidadania. (OLIVEIRA E INÁCIO, 1999). A forma como são recebidos, as oportunidades que lhes são oferecidas e os direitos que lhes são reservados, somados à potencialidade de seus recursos pessoais, podem determinar sua propensão ou não para o empreendedorismo étnico. Segundo Waldinger, Aldrich, e Ward, (1990) as estruturas de oportunidades podem mobilizar os imigrantes nos âmbitos econômico, político e institucional da sociedade de acolhimento para o desenvolvimento das suas estratégias empresariais.

2.1.2.3 Cultura na construção do comportamento empreendedor

Os adeptos da teoria comportamentalista focalizam o empreendedor, a partir das características de seus atributos, num esforço de identificar e explicar o perfil de quem é motivado a empreender. Para eles, o empreendedor é concebido a partir de um conjunto de atributos pessoais e psicológicos.

George e Zahra (2002) afirmam que a influência da cultura no empreendedorismo tem atraído o interesse acadêmico, especialmente nas últimas décadas, tanto por efeito das culturas nacionais, como regionais e organizacionais. Ela tem sido levada em conta na criação de novos empreendimentos, inovação e tomada de riscos.

A cultura consiste, para Kluckhohn (1951, p.86), em padrões de pensamento, sentimento e reação, adquiridos e transmitidos principalmente por meio de símbolos construídos por determinados grupos humanos. Para Geertz (2003), a cultura é uma teia de significados, ou sistema de símbolos de determinados grupos ou sociedade, que orienta a existência humana, interagindo com o sistema de símbolos de cada indivíduo. Pinillos e Reyes (2011) também se referem à cultura como um sistema de valores de um determinado grupo ou sociedade específica, que se manifesta no desenvolvimento de certos traços de personalidade, e motiva os indivíduos a um determinado tipo de comportamento específico.

O sociólogo Max Weber (1981), ao analisar o empreendedor envolvido com os processos de inovação na indústria, atribuiu a ele um conjunto de talentos individuais. Buscou correlacioná-lo a determinadas peculiaridades mentais e espirituais adquiridas na cultura construída em seu ambiente de vida, passando a considerá-la um elemento fundamental para a explicação do comportamento empreendedor.

No entanto McClelland (1961) avança nesse conceito, ao entender que o comportamento do empreendedor é consequência das variáveis cognitivas do seu aprendizado social, produto da história de cada indivíduo no âmbito da realidade por ele vivida. O autor identificou as características psicológicas de um empreendedor, fundamentada em três naturezas de necessidades: (1) necessidade de realização, ao se buscar a superação de seus limites, realizando algo melhor do que vinha fazendo (2) necessidade de se integrar a um determinado grupo social (3) necessidade de

controlar o ambiente, influenciando ou dirigindo o comportamento dos outros. Diante dessa natureza de necessidades, o empreendedor deveria ser dotado das seguintes características, ou talentos: iniciativa, visão, coragem, firmeza, decisão, atitude de respeito humano, capacidade de organização e direção.

Visto pela cultura, de acordo com Castillo-Palacio; Batista-Canino e Zuñiga-Collazos (2017), as práticas sociais revelam as percepções das pessoas sobre como as coisas são feitas em seus países e os valores sobre como as coisas devem ser feitas, em função da especificidade de cada cultura.

2.1.2.4 Etnicidade revelada no empreendedorismo étnico

A identidade não é algo singular de um grupo ou resultado, mas um processo que se constrói socialmente (HALL, 2006). Para Cucho (2002) a identidade se constrói, de fato, na convivência em sociedade, sendo reafirmada diante da relação mantida com o outro. Esse outro pode ser representado, tanto por grupos vizinhos de mesma ou de outra sociedade. Nesse processo, cada grupo ou sociedade constrói uma representação de si mesma, o que vem a constituir sua identidade social, que envolve um constante desafio para se afirmar internamente (MAFFESOLI, 1998).

O processo de construção da identidade, segundo Hall (2006, p. 49-50) leva em conta um conjunto de representações culturais, construídas em situações específicas, num “modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos”. Para Silva (2004), a construção da identidade vem sempre associada ao conceito de cultura, o que ajuda a compreender o conceito de identidade étnica. Os indicadores de envolvimento étnico mais comuns são: língua, amizade, organizações sociais, religião, tradições culturais e política. (PHINNEY, 1990).

De acordo com Poutignat e Streiff (1998), a identidade étnica se manifesta sob forma de uma consciência de pertença ao grupo, em função de suas características socioculturais, construída na relação com outros grupos. Assim, ela se constrói num processo de diferenciação cultural.

A identidade étnica (a crença na vida comum étnica) constrói-se a partir da diferença. Atração entre aqueles que se sentem como uma mesma espécie e indissociável da repulsa diante daqueles que são percebidos como estrangeiros. Esta ideia implica que não é o isolamento que cria a consciência de pertença, mas, ao contrário, a comunicação das diferenças das quais os

indivíduos se apropriam para estabelecer fronteiras étnicas. (POUTIGNAT e STREIFF, 1998, p.40)

A identidade étnica, além de estabelecer limites para o grupo, ajuda a reforçar sua solidariedade, numa dicotomização da diferenciação entre o “nós” e “eles” (BARTH, 2000). A intensificação desse sentimento de pertença a um dado grupo étnico, de acordo com Phinney (2004), ocorre diante da presença de seu grupo ou comunidade, como também da participação ativa na cultura construída, ou ainda por meio dos esforços paternos em sua manutenção junto às gerações futuras.

A oportunidade de participar de festivais étnicos, de desfrutar de grupo de dança étnicos, de obter comida étnica nos mercados e restaurantes, e de conhecer-se e casar-se com co-étnicos podem ser fatores que intensificam os sentimentos de pertencimento a uma etnia e atitudes étnicas positivas. A presença (ou ausência) de uma comunidade étnica é um fator de grande poder para a identidade étnica de um indivíduo. Além da estrutura da comunidade, os esforços dos pais, para manter sua cultura são fatores determinantes importantes, para a identidade étnica. (PHINNEY, 2004, p. 57-58)

A etnicidade, por seu turno, expressa a forma em que se manifesta a identidade étnica, diferenciando-a de outras etnias. Manifesta o caráter do grupo étnico (GLAZER; MOYNIHAN e SCHILLING, 1975), em torno de interesses comuns (COHEN, 1974), sendo validada pelos signos culturais que diferenciam esse grupo de outro na sociedade (BARTH, 2000). A etnicidade, como forma de qualificação do grupo étnico, expressa-se num processo relacional, uma vez que está em contínua construção no cenário das relações sociais.

Visto assim, pode-se deduzir que todo grupo imigrante manifesta sua etnicidade, diretamente associada à sua identidade étnica, ao se relacionar com aqueles que não fazem parte de seu grupo. Desse modo, conforme lembra Phinney, Horenkzik, Liebkind e Vedder (2002), os indivíduos e grupos imigrantes sempre chegam em um novo país com atitudes diferenciadas. Mesmo que assimile características da nova cultura, a tendência é a de replicar os costumes e tradições aos seus herdeiros nascidos no novo país. O envolvimento na vida social e nas práticas culturais do grupo étnico indica a tendência da afirmação de sua identidade étnica. Desse modo, compreende-se o motivo da etnicidade tender a se fortalecer também no comportamento empreendedor do grupo imigrante como manifestação de sua identidade.

2.1.3 Empreendedorismo étnico por necessidade e oportunidade

De acordo com pesquisas realizadas pela Global Entrepreneurship Monitor – GEM (2011, P. 89), programa de pesquisa de abrangência mundial, iniciado em 1999, numa parceria de vários países com a London Business School, da Inglaterra, e o Babson College, dos Estados Unidos, existem indivíduos que empreendem por necessidade e outros por oportunidade.

2.1.3.1 Empreendedorismo étnico diante da necessidade

As condições de necessidade enfrentadas pelos imigrantes que saem de seus territórios de origem na busca de novas oportunidades, são suficientes por induzir ações empreendedoras. As barreiras culturais no território de destino e de falta de determinadas credenciais exigidas, no momento de chegada, podem ser detonadoras de uma forma de empreendedorismo de base étnica.

Conforme assinala Nwankwo (2005), o empreendedorismo de autoemprego tem sido mais comum entre imigrantes / minorias étnicas que sofrem restrições no mercado de trabalho no país de residência. A mola propulsora dessa natureza de comportamento empreendedor, conforme Freire (1994), passa a ser a crise ou barreira de entrada ao emprego formal no mercado. O empreendedorismo de autoemprego, nesse caso, manifesta-se em situação de necessidade, para ser desenvolvido como uma forma de trabalho independente (FREIRE, 1994). Nos EUA, diante da longa história de oportunidades bloqueadas no mercado de trabalho a imigrantes, a manifestação do empreendedorismo de autoemprego tem sido marcante (VOLERY, 2007). Os imigrantes que chegaram aos EUA no século XIX, segundo Waldinger, Alddrich e Ward (1990), enfrentaram barreiras linguísticas e de reconhecimento de sua escolaridade no país de destino, ficando à margem do mercado de trabalho formal. Os imigrantes se inseriram inicialmente no país como mão-de-obra temporária, em empregos que não exigiam grandes habilidades (WALDINGER, ALDDRICH e WARD, 1990). Aqueles que não tiveram chance de se enquadrar como empregados foram obrigados a se estabelecer por conta própria. Os primeiros empreendimentos de auto emprego manifestados pelo imigrante recém-chegado no território de destino, no caso dos EUA, ocorrem por necessidade de

sobrevivência. O exemplo norte-americano revela, portanto, uma forma de empreendedorismo de auto emprego motivado pela “necessidade”.

A autonomia e o controle do processo produtivo foram considerados características básicas para a definição de auto emprego (PAMPLONA, 2001, PARKER, 2004, BURCHELL; DEAKIN, e HONEY,1999). Trata-se de uma situação em que o empreendedor se torna proprietário do trabalho e dos meios de produção, o que lhe atribui maior autonomia de trabalho e flexibilidade de horários. No entanto, o auto empregado fica mais sujeito aos riscos e volatilidade das receitas, do que um assalariado, que conta com renda pré-fixada e proteção da Legislação Trabalhista (PARKER, 2004).

Diante de barreiras para encontrar um emprego, conforme bem lembra Halter (2006), o grupo tende ao desafio de detectar nichos de mercado, nos quais possa atuar com certa vantagem. Nesse sentido, pode-se referir a um empreendedorismo de auto emprego. Nessas condições, nos negócios alavancados para a sobrevivência tendem a se manifestar uma dinâmica de cooperação entre compatriotas, constituindo-se como um nicho étnico. Com o passar do tempo, depois de estabelecidos, estes passaram a mudar de condição, montando as chamadas “empresas étnicas”. O empreendedorismo étnico revela-se, nesse caso, como “um conjunto de conexões e padrões regulares de interação entre pessoas que compartilham experiências nacionais comuns ou de migração” (WALDINGER, ALDDRICH e WARD, 1990, p. 3). Esse fenômeno interativo tem como base o grupo étnico, que tem origem e compartilha uma cultura comum, como um segmento da sociedade.

No entanto, Dana (1999) que se, de um lado, a informalidade do empreendimento étnico, sob forma de autoemprego, possa ter um impacto positivo na sociedade, ele também é impactado por condições políticas, habilidades gerenciais e problemas de financiamento. Importante ressaltar que por ser informal, as transações são em sua maioria em dinheiro e não sujeitas à tributação, sendo difícil mensurar o capital investido e gerado nestas transações. No entanto, há que considerar a importância destes empresários informais na conjuntura social, assim como é de extrema relevância compreender como e porque surgem os empreendimentos comerciais e também qual é o papel da etnia para o negócio (DANA, 1999).

De acordo com Waldinger, Alddrich e Ward (1990), dois fatores são determinantes para o empreendedorismo de imigrantes: (1) a situação de constrangimento enfrentado na chegada ao país; (2) a de quando ele consegue mobilizar recursos, recorrendo às conexões familiares e com a própria comunidade étnica. Já o sucesso do negócio depende, em princípio de três condições: (1) competências construídas antes do período migratório; (2) circunstâncias em que se dá a migração e a permanência no país; (3) as experiências adquiridas após o período migratório. Para esses autores, o sucesso depende de como essas três características interagem entre si e com a estrutura local de oportunidades.

Nesse processo, a cultura de origem e as redes sociais étnicas são reconhecidas como os principais recursos do empreendimento étnico. Por meio de redes constituídas entre pessoas de mesma etnia, esses empreendedores compartilham experiências comuns de origem ou obtidas durante a migração (WALDINGER, ALDDRICH e WARD, 1990).

2.1.3.2 Empreendedorismo étnico diante da oportunidade

Depois de um determinado tempo, as empresas de um grupo étnico podem se desenvolver, tornando-se um negócio viável, com maior aceitação social, em função da complexidade de relações estabelecidas no território ao longo do tempo. O empreendedorismo étnico tende a se apresentar, portanto, durante a fase de chegada ao território de destino, sempre como opção de empreendedorismo de autoemprego e, num segundo momento, podendo avançar negócio étnico próspero.

Conforme assinala Reynolds (2005), as oportunidades detectadas pelo empreendedor, suscitam dele um novo esforço de criação e organização. Nesse sentido, Volery (2007) alerta que as dinâmicas impulsionadas pelas estratégias étnicas para alcançar o sucesso nos empreendimentos, dependem de um lado, da estrutura de oportunidades existentes no ambiente do território que elegeram para viver, mas de outro, de seus próprios recursos étnicos para poder criar e se organizar.

O empreendedorismo pode ser definido como o processo (Gartner, 1989) da busca de uma oportunidade (Shane / Venkataraman, 2000) durante o qual uma organização completamente nova é estabelecida (Tradução da autora). KUCKERTZ, BERGER E ALLMENDINGER (2015, p.2)

A estrutura de oportunidades no território de destino, segundo Waldinger (1990) é composta pelas condições de mercado (nicho de mercado, mercado aberto), pelo acesso à propriedade, pelas condições oferecidas pelo mercado de trabalho e pelo quadro jurídico e institucional.

Os autores Shane e Ventakaraman (2000, p. 218) trazem uma percepção referente ao estudo do empreendedorismo que busca compreender: "como e por quem as oportunidades de criar bens e serviços futuros são descobertas, avaliadas e exploradas, assim como seus efeitos; além do conjunto de indivíduos que os descobrem, avaliam e exploram". Neste contexto, afirmam que: "embora o fenômeno do empreendedorismo ofereça novas questões para diferentes campos da educação, os estudiosos da organização estão preocupados com três conjuntos de perguntas sobre o empreendedorismo: (1) por que, quando e como as oportunidades para a criação de bens e serviços surgem. (2) por que, quando, e como algumas pessoas e não outras descobrem e exploram essas oportunidades; e (3) por que, quando e como os diferentes métodos de ação são usados para explorar as oportunidades empreendedoras". (SHANE E VENTAKARAMAN, 2000, p. 218).¹

No que tange os recursos étnicos pode-se dizer que são constituídos pelas tradições culturais e pelas redes sociais étnicas. As dinâmicas ocorrem, por meio de estratégias étnicas, estabelecidas numa interação complexa entre as estruturas de oportunidade e os recursos étnicos do grupo. De acordo com Halter (2007), no empreendedorismo étnico, são as características culturais distintivas da etnia que contribuem para o sucesso do empreendimento. Nesse caso, a etnia se transforma num fator do desenvolvimento do empreendimento, que se revela como etnicidade, com práticas estratégicas que podem envolver a contratação de patrícios, negócios com clientes étnicos, criação de formas étnicas de capitalização de fundos financeiros, entre outros.

O conhecimento que se constrói no empreendedorismo étnico, segundo Halter (2007), geralmente não é obtido por vias acadêmicas. As competências, via de regra, são construídas na própria trajetória do negócio e, em algumas ocasiões em

¹ * [Although the phenomenon of entrepreneurship provides research questions for many different scholarly fields, organization scholars are fundamentally concerned with three sets of research questions about entrepreneurship: (1) why, when, and how opportunities for the creation of goods and services come into existence; (2) why, when, and how some people and not others discover and exploit these opportunities; and (3) why, when, and how different modes of action are used to exploit entrepreneurial opportunities.]

que os governos de países de destino oferecem alguma forma de treinamento. Para essa autora, o empreendimento étnico muitas vezes chega a servir de escola para futuros empreendedores. Desse modo, não é incomum que pessoas de mesma etnia que se empregam nesses empreendimentos étnicos acabam tendo maiores chances de eles mesmos virem a construir seu próprio negócio.

Os filhos de empreendedores étnicos podem crescer e assumir o negócio da família, embora isso não aconteça obrigatoriamente. Neste processo, tem sido comum a constatação, durante o exercício do negócio empreendido, de um grande esforço para que os descendentes da “segunda geração se integrem na sociedade em posições vantajosas, independentemente de se dedicarem ou não aos negócios” (HALTER, 2007, p.117). Desse modo, os padrões de comportamento empreendedor tendem a variar nas gerações seguintes.

2.1.4 Comportamentos empreendedores estratégicos no cotidiano: práticas de contracultura

No processo de interações estabelecidas no cotidiano do território vivido, quando os imigrantes se deparam com ambientes em que precisam lidar com uma ordem estabelecida por regras impostas com fins e referências estranhas à sua própria cultura, comportamentos inventivos vão sendo adotados como estratégia de sobrevivência. Tais estratégias, estabelecidas com base em recursos étnicos, podem ser interpretadas à luz do que De Certeau (1998) chamou de “práticas de contracultura”. Envolvem esquemas de ação e modos específicos de operação, na tentativa de manipular regras estranhas impostas pela economia cultural dominante.

As práticas emergem de uma criatividade dispersa, organizada de forma invisível em seus detalhes, em diferentes lugares, num trabalho de produção cultural de “formiguinhas”. Elas são passíveis de gerar infinitas transformações, que possam convergir para as próprias regras de interesse étnico desses grupos. Nessas atividades multiformes e localizadas que entra num jogo de forças desiguais, os resultados nunca são idênticos (DE CERTEAU, 1998).

A estratégia de contracultura, segundo De Certeau (1998), é sempre estabelecida no tempo e por meio da seleção de determinados espaços de atuação, com determinados objetivos. Ela exige um determinado tipo de saber capaz de garantir os esquemas de ação. Em cada espaço previamente eleito, seja um espaço

de vida familiar, de vida coletiva, de produção, de comercialização, procura-se adotar modos específicos de atuação. Isso significa, segundo o autor, adotar uma forma de gestão das interações do grupo que dele se apropria, em relação à sua exterioridade. Por meio da seleção de espaços de atuação, procura-se conquistar vantagens e preparar expansões futuras, de modo a garantir maior autonomia do grupo envolvido (familiar, comunitário, entre outros).

Uma vez selecionados os espaços de atuação, é preciso saber jogar com as ações a serem desenvolvidas em ocasiões oportunas, seja de forma individual ou coletiva, combinando-se diversas variáveis que possam entrar nesse arranjo estratégico (DE CERTEAU, 1998). Esse arranjo de ações calculadas, visando aproveitar ocasiões para colher benefícios e encontrar saídas, constitui o que o autor chama de “táticas”.

A inventividade é manifestada no cotidiano vivido, de formas diversas por cada indivíduo ou grupo, em função do esquema de ação previamente estabelecido. A lógica estratégica desse esquema é estabelecida a um prazo mais longo, com o objetivo de transformar as incertezas e dificuldades em formas mais sustentáveis de vida. Cada lógica estratégica, para De Certeau (1998) significa uma busca de oportunidade, que exige um tipo específico de saber, ou um recurso étnico e se traduz em táticas ou ações calculadas, a serem desempenhadas em determinados espaços previamente selecionados.

O ambiente de vida familiar, pode se transformar em um dos espaços estratégicos, quando se estabelece com ela um esquema de ação, visando a consecução de um projeto de futuro comum (BERTAUX, 1979). No ambiente familiar, segundo esse autor, o empreendedor, como ser social, consegue reproduzir uma energia libertadora. Com essa finalidade estratégica, ele procura solidificar os laços familiares durante o processo de produção no empreendimento étnico, estruturando as atividades que cabem a cada integrante da família. Essas ações exercidas, fruto de vínculos de comprometimento familiar, aparecem no caso dos empreendimentos étnicos, como táticas de um esquema de ação estratégica traçada para a futura ascensão familiar. Por outro lado, na família se organizam relações sociais que ajudam, não só marcar uma determinada posição social de quem a ela pertence, como a servir de suporte para reposicionar o indivíduo socialmente (BERTAUX, 1979).

2.2 REFERENCIAL METODOLÓGICO

São apresentados nesse tópico, o tipo, os métodos e os procedimentos utilizados na implementação da pesquisa.

2.2.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa é de tipo exploratória, vista por Cervo & Silva (2007), como aquela que estabelece critérios, métodos e técnicas, com a finalidade de oferecer informações a respeito do objeto pesquisado. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador também atua junto aos sujeitos da pesquisa, tanto na descoberta como maior elucidação de alguns fenômenos (GONÇALVES, 2012).

2.2.2 Triangulação de métodos

Dado o tipo de pesquisa, procurou-se optar pela triangulação de métodos, procedimento que combina métodos quantitativos e qualitativos, na tentativa de consolidar conclusões a respeito do fenômeno investigado, de forma mais ampla e completa (KELLE, 2001; FIELDING e SCHREIER, 2001). É também considerado uma forma de método misto ou de método múltiplo.

A coleta dos dados foi realizada mediante (1) suporte dos métodos positivistas, baseados em fontes secundárias, buscando identificar de forma mais objetiva o objeto de pesquisa selecionado; (2) dados obtidos a partir das interpretações subjetivas dos sujeitos da pesquisa sobre as realidades por eles construídas a respeito desse objeto de investigação; (3) combinação dos resultados. Nesse caso, além de se apoiar na exploração de fontes secundárias, foram criados procedimentos que permitissem uma imersão da pesquisadora nas realidades vividas pelas famílias dos diversos sujeitos que integram o objeto de pesquisa, afim de dialogar com elas, por meio de instrumentos adequados, de modo a se familiarizar com essas realidades e seus respectivos sujeitos pesquisados.

Para a triangulação na análise e interpretação dos dados, visando refletir e responder à questão que norteou a presente pesquisa, com o suporte do referencial previamente selecionado, levou-se em conta (1) a contextualização histórica do fenômeno a ser compreendido, seja das origens, como do processo migratório e dos

territórios de destino (2) os dados objetivos coletados de fontes secundárias (bibliográficas e documentais); (3) os dados subjetivos obtidos a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas aos sujeitos da pesquisa (Figura 1).



Figura 1 - Triangulação na análise e interpretação dos dados

2.2.3 Abordagem relacional (sistêmica)

O olhar da pesquisa é de abordagem sistêmica, com análise e interpretação dos fenômenos alvo da pesquisa, em seus devidos contextos. Assim, a imigração foi contextualizada historicamente e no cenário específico em que se expressa, buscando-se apreender suas especificidades. Os sujeitos da pesquisa foram interpretados em seus devidos ambientes familiares e da coletividade okinawana (utinanchu).

Cada unidade de articulação, seja a família e a coletividade utinanchu, foi abordada como uma unidade integrada e multidimensional (cultural, social, econômica, política, ambiente natural) Nelas, buscar-se-á interpretar.

2.2.4 Procedimentos de coleta

A coleta de dados foi realizada junto a fontes secundárias e primárias

2.2.4.1 Fontes secundárias (objetivas)

As fontes secundárias, que permitiram identificar o objeto de pesquisa de maneira objetiva, constaram de material já estruturado, seja por meio estudos realizados previamente por outros pesquisadores (artigos científicos, dissertações, teses, projetos técnicos, entre outros), ou obtidos e codificados por meio de instituições oficialmente reconhecidas (de natureza documental, estatística ou imagens).

Para um mapeamento inicial da produção acadêmica sobre o tema de pesquisa, estabeleceu-se palavras chaves: empreendedorismo; *Entrepreneurship*; empreendedorismo étnico; *ethnic entrepreneurship*. Foram consultadas três bases de dados: (1) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); (2) Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); (3) Google Acadêmico. Além dessas bases, a revisão bibliográfica foi complementada e acompanhou a pesquisa.

2.2.4.2 Fontes primárias (subjetivas)

As fontes primárias tiveram origem em entrevistas semiestruturadas aplicadas aos sujeitos da pesquisa. Os dados das entrevistas semiestruturadas foram obtidos por meio do método dialógico-vivencial, numa escuta sistematizada dos atores locais, mediante apoio de um roteiro previamente estabelecido, sobre determinadas categorias dos fenômenos que se pretendem priorizar na pesquisa.

O método dialógico-vivencial, proposto por Gois (2005), permite ao pesquisador trazer contribuições dos sujeitos da pesquisa a respeito das transformações de realidades vividas coletivamente. Nesse processo, tanto o pesquisador como os pesquisados vão se constituir em sujeitos da pesquisa. Eles partem da reconstrução dos saberes construídos e da situação experimentada pelos sujeitos da pesquisa, procurando apreender os seus significados e sentimentos atribuídos e vividos em suas dinâmicas vivenciadas no cotidiano de suas realidades territoriais. O diálogo com os atores locais foi realizado, mediante uso de instrumentos de pesquisa adequados, com o suporte das categorias teóricas selecionadas e combinados aos dados objetivos do objeto de pesquisa.

A entrevista semiestruturada aos sujeitos da pesquisa foi aplicada a uma amostragem não probabilística, diante da inacessibilidade ao universo da pesquisa.

Para se identificar a população que se mostra prontamente acessível (população amostrada), foi utilizada a técnica de “*snowball*”, *bola de neve*. Isso significa que o sujeito inicial entrevistado aleatoriamente, assim como o grupo a ele conectado pode ser o indicador do próximo sujeito que detenha as características pretendidas para a amostra. Deste modo vão se sucedendo em ondas sucessivas as recomendações, por meio dos informantes-chave, criando-se uma bola de neve baseadas em referências ou informações. O encerramento das pesquisas deve ocorrer por saturação, ou seja, até que se identifique que as novas entrevistas nada revelem de novo. Desse modo, o processo é interrompido por redundância das informações.

2.2.5 Organização e interpretação dos dados coletados

Os dados de fontes secundárias permitiram construir uma primeira realidade aparente e objetiva do objeto de pesquisa. Já a fala proveniente da escuta dos sujeitos, obtida por meio das entrevistas semiestruturadas, foi organizada por meio de categorias previamente selecionadas a respeito dos fenômenos que se pretendia interpretar. A interpretação dos sentidos e significados destas falas, ligadas a cada categoria e subcategorias, foi realizada em combinação com os dados objetivos e apoio do referencial teórico selecionado.

A discussão dos resultados foi feita numa abordagem contextual, levando-se em conta as interações estabelecidas pelos integrantes okinawanos dos fluxos migratórios, assim com seus comportamentos empreendedores no tempo e no espaço. Como tempo, levou-se em conta aquele vivido no país de origem antes de imigrar, assim como aquele de manifestação das três fases que caracterizaram os processos migratórios do qual fez parte o povo okinawano. Nesses contextos temporais consecutivos, procurou-se interpretar os resultados da combinação dos dados objetivos e subjetivos obtidos, procurando apreender suas especificidades. Como espaço, foram considerados o da ilha de Okinawa no Japão, o do Brasil diante das políticas adotadas em relação ao imigrante japonês, o espaço de passagem antes de atingir Campo Grande (as fazendas paulistas) e o de Campo Grande-MS. Nesse último, além de analisar nele as especificidades do ambiente em relação ao incentivo (oportunidades) ou limitações (dificuldades, constrangimentos) ao empreendedorismo étnico, também se procura identificar os espaços eleitos estrategicamente pelos empreendedores okinawanos (de produção e

comercialização), para desempenhar diferentes formas de comportamento empreendedor.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DAS ORIGENS E PROCESSO MIGRATÓRIO DOS OKINAWANOS

O objetivo desse capítulo, com apoio de fontes bibliográficas e documentais, voltou-se à contextualização das circunstâncias históricas que contribuíram para definir o modo de ser do povo okinawano², assim como das condições que lhes foram apresentadas durante o processo migratório, proporcionadas pelo acordo entre os países de origem e destino, e aquela de chegada no território de destino, seja no Brasil e Campo Grande/MS.

3.1 ORIGENS HISTÓRICAS DO MODO DE SER OKINAWANO

A província de Okinawa ocupa a metade das Ilhas de Ryûkyû (Figura 1), situado à Sudoeste do Arquipélago Japonês e contava em 2012 com 1.225.000 habitantes (AOKB, 2012).



Figura 2 - Mapa do Japão e Ilha de Okinawa.

Fonte: <https://www.coisasdojapao.com>. Acesso em 03/06/2019.

Os descendentes da Província de Okinawa apresentam cultura e hábitos diferenciados do restante da população do Japão, por terem origem histórica específica, em grande parte ligada ao período anterior, quando se como constituíram

o Reino de Ryûkyû (SAKIMA, 2000). Esse reino prosperou durante o século XIV, conhecido como período Sanzan, permanecendo durante quase dois séculos, como um importante centro de comércio marítimo com o Sudeste e o Leste da Ásia (SHINZATO, 2014). Nessa situação, segundo esse autor, esse reino mantinha fortes relacionamentos com a Dinastia Ming da China, numa condição de subordinação fiscal. Os habitantes desse reino comercializavam especiarias, madeiras aromáticas, seda, porcelana chinesa, algodão da Coréia, leques, espadas enxofre proveniente do Japão, que eram transportadas por embarcações marítimas, o que resultou na formação e exímios navegadores e comerciantes. Esse foi considerado o período de maior dinamismo desse território (SAKIMA, 2000).

O Reino de Ryûkyû (ou de Lu Xu) se notabilizou também, durante esse período, como local de abastecimento de alimentos, água e combustível (carvão), para os navios e barcos que por ali passavam, além de “local de descanso e entretenimento dos navegantes”. (SHINZATO, 2014, p.3)

O Reino de Ryûkyû era chamado pelos chineses de Reino de Lu Xu (SHINZATO, 2014). O termo Okinawa também foi atribuído pelos chineses à ilha desde 732, mas adotado somente a partir de 1372, pelo fundador da Dinastia Ming, embora na língua nativa a ilha seja chamada de “Uchina” (YAMASHIRO, 1993). Portanto, quem ali nasce é considerado internamente um “uchinanchu”.

Durante esse período, a China fornecia navios para essas atividades comerciais e, segundo Shinzato (2014), proporcionava bolsas de estudo a jovens talentosos do Reino Ryûkyû, para que fossem formados na Academia Imperial de Pequim. Essa situação favoreceu a grande influência cultural da Dinastia Ming sobre os habitantes desse reino. Praticava-se no Reino de Ryûkyû, entre outros, o uso da língua chinesa em documentos oficiais, nas artes eruditas (YAMASHIRO, 1993).

Nos séculos XV e XVII, o dinamismo comercial de Ryûkyû no Extremo Oriente também havia possibilitado o contato com vários povos, recebendo deles influências culturais nas artes e no idioma. Essa condição ajuda a explicar o espírito aberto do okinawano¹ para aprender com outras culturas e se adaptar mais facilmente a elas.

¹ Para esta pesquisa foi adotado o termo “okinawano” para referirmos aos imigrantes japoneses de origem Okinawa (Japão). No dialeto uchinaguchi, utiliza-se o termo “uchinanchu” e, na língua japonesa, “okinawakenjin”, em referência aos japoneses de Okinawa.

Durante os séculos XV e XVII, frequentavam o Reino de Ryûkyû, não só comerciantes “austronésios”, ou sejam chineses, japoneses e coreanos, como também diversas expedições de comerciantes ocidentais (SHINZATO, 2014). Segundo esse autor, todos esses comerciantes tinham interesse em exercer influência e/ou domínio político e econômico nessa região, por ser considerada muito estratégica para fins comerciais (SHINZATO, 2014).

Por outro lado, a falta de terra e de recursos naturais dentro das ilhas, fazia com que a sobrevivência e o sucesso da economia desse povo também dependessem, em grande parte, do bom relacionamento com os navegantes mercadores.

A opinião unânime e surpreendente por parte dos europeus era de que no Reino de Lu Xu não havia armas e nem incidências de violência pela cortesia infalível e amizade entre todas as classes, pela inteligência de uma “gente-escolarizada”, pela ausência de roubos na população comum e achavam estranho quando não aceitavam pagamentos pelas oferendas e serviços prestados aos visitantes estrangeiros (SHINZATO, 2014, p. 3).

Na opinião de Shinzato (2014), diante de tais condições, manifestava-se um tipo de comportamento social entre os habitantes desse reino, baseado na filosofia da gentileza. Conforme lembra Shinzato (2014), a situação de desarmamento nas ilhas, ocorridas desde o século XV, induziu seu povo a desenvolver a cultura da defesa com as mãos livres, karatê e uso de bastões e ferramentas de trabalho, especialmente para enfrentar saqueadores na área rural. As técnicas de defesa desarmadas tinham se tornado de grande importância no Reino de Ryûkyû, especialmente no reinado de Shoshin (1477-1526), quando esse reino foi unificado e depois em 1609, quando se subordinou ao Japão, praticada sobretudo pelos oficiais eruditos feudais (SOLIS ORTUS, s/d).

Possivelmente, segundo Shinzato (2014), essa situação justifique a rápida ocupação japonesa, sofrida pelo Reino de Ryûkyû em 1609, com um mínimo de resistência armada e a falta de intenção japonesa no uso da força. A partir de então, esse reino ficou sob “dupla subordinação”, ou seja, em relação ao Japão e China (SOLIS ORTUS, s/d). Essa situação foi aceita pelo Japão, que não queria se envolver em questões militares com a China, preferindo mesmo que a China não percebesse seu controle, o que acabou favorecendo a manutenção de leis, costumes e idioma adotados tradicionalmente no Reino de Ryûkyû, garantindo-lhe maior autonomia em

relação ao Japão.

Durante o período em que o Japão fechou os portos para as nações estrangeiras, como exceção da China e Holanda (1639-1854), Okinawa (anterior Reino de Ryûkyû) tornou-se a principal porta de entrada japonesa, onde eventualmente esquadras estrangeiras costumavam eventualmente aportar.

Importante assinalar nesse percurso histórico, que durante a primeira metade do século XIX, as ilhas de Ryûkyû acabaram sendo assoladas, por pelo menos treze desastres naturais (tufões, tsunamis) e epidemias de cólera (SHINZATO, 2014). Foi um período marcante para os habitantes dessas Ilhas, que sofreram uma redução populacional drástica para 150 a 200 mil pessoas, tendo se submetido a uma situação de grande pobreza.

Na chamada Era Meiji (1868-1912) do Japão, deu-se a abertura dos portos ao mercado ocidental. Nesse período, mais precisamente em 1872, as Ilhas de Ryûkyû foram incorporadas ao império japonês, embora por razões diplomáticas, o Japão continuou mantendo por algum tempo a imagem de independência desse reino. Em 1879, quando o governo japonês aboliu totalmente o sistema de tributação à China, o Reino de Ryûkyû foi definitivamente anexado ao território japonês, na condição de “Província de Okinawa” (SOUZA, 2009).

Após essa anexação, a Província de Okinawa passou a se ressentir diretamente das diversas reformas implantadas pelo Japão, mediante uma política altamente centralizadora militarista e nacionalista e influenciada pela cultura ocidental (PIRES, 2016). No entanto, dadas suas diferenças étnicas e culturais, os okinawanos eram vistos de forma negativa pelos demais japoneses. Eram comumente acusados de serem atrasados, ignorantes “achinesados” e culturalmente inferiores. Desse modo, passaram a ter suas práticas sociais e culturais perseguidas e inibidas pelo estado japonês (PIRES, 2016).

Entre 1892 a 1908, ainda no período Meiji, diante do estado de vulnerabilidade e pobreza da população, o governo de Okinawa se viu diante da necessidade de realizar algumas mudanças importantes na reorganização de sua economia interna, quando foi proposta a prática do sistema “jiwari-sei” na agricultura (SHINZATO, 2014). O sistema “jiwari-sei” consistiu numa forma de exploração coletiva da terra, em que cada aldeão local, chefe de família, recebia uma área de terra a ser cultivada, por tempo limitado a alguns anos ou décadas. Nesse sistema, todos os beneficiários cooperavam entre si para pagar os impostos anuais ao

governo. Se um deles, de forma justificada, não estivesse em condições de cumprir com a obrigação, os outros beneficiários de terra o ajudavam a cobrir com as despesas. Dessa experiência conjunta, segundo o autor, teria surgido o espírito coletivo dos okinawanos, também adotado pelos imigrantes de Okinawa no Brasil. Esse espírito lhes permitiu estabelecer comportamentos estratégicos de sobrevivência, com base na criação de cooperativas e adoção do sistema de “moai” (SHINZATO, 2014), que significa “reunião para um propósito comum”, cuja prática nasceu em Okinawa.

Essa trajetória histórica contribui, portanto, para se compreender o motivo da cultura okinawana se mostrar genuína dentro do arquipélago japonês. Mesmo diante da forte influência do Japão, esse grupo étnico conseguiu manter sua essência, que resiste até hoje entre seus descendentes. Apesar de nela se manifestar algumas similaridades com a cultura japonesa, a identidade dos okinawanos ainda permanece marcante. Para Souza (2009), mesmo inseridos no território japonês, os descendentes de Okinawa mantêm o sentimento de pertença em relação ao antigo reino de Uchina e se autodenominam utinanchu (ou uchinanchu), mas sempre como uma cultura abertura à negociação com outras culturas.

Não só o período Meiji (1868-1912), como posteriormente o período Taish (1912-1926) e início do Showa (1926-1989), foram pontuados de problemas políticos e econômicos para o Japão (SHINZATO, 2014). Eles repercutiram no maior empobrecimento da área rural e desemprego urbano em todo o país, com reflexos ainda mais negativos em Okinawa, diante do aumento das taxas tributárias. Isso explica a necessidade que os japoneses mais empobrecidos (os “heimins”) comesçassem a emigrar. Inicialmente foi para o arquipélago japonês, mas depois para o Hawaii, EUA, Canadá, Brasil, Peru, Argentina, Bolívia, México, Cuba, Paraguai, Nova Caledônia e muitas ilhas da Micronésia (SHINZATO, 2014).

Foram décadas de conflitos e imposições do Japão com o intuito de “japonizar” o povo utinanchu, até a eclosão da Segunda Guerra mundial e a invasão de Okinawa pelas tropas americanas na denominada batalha de Okinawa, que ocorreu de abril a junho de 1945 e deixou milhares de vítimas. Essa foi considerada uma das batalhas mais trágicas no Japão, seguida da ocupação pelo Exército Estadunidense (Figura 2).

Depois do lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki, o Japão rendeu-se aos aliados. Esse foi um novo momento de pesadelo para essa

sofrida e tradicional população pacífica da velha Ryûkyû, com a perda de cerca de 200 mil pessoas, exigindo deles novas práticas de resistência (YAMASHIRO, 1993).



Figura 3 - Batalha de Okinawa: navios norte-americanos junto a Yomitan
Fonte: http://blogs.yahoo.co.jp/digital_devil0611/11647551.html. Acesso em 20/08/2019

Okinawa permaneceu sob o controle dos EUA até 1972 (27 anos), quando o presidente norte-americano decidiu ratificar o acordo de retorno desse território ao Japão (SAKIMA, 1998). Durante esse período de ocupação, marcado por um grande número de perdas da população civil e por péssimas condições físicas e psicológicas das famílias sobreviventes, aumentou a vontade de emigrar, embora não houvessem condições econômicas para esse fim (SHINZATO, 2014). Só conseguiam sair aqueles que já tinham familiares no exterior e deles recebiam apoio para a viagem. Diante dessa realidade, o governo estadunidense, interessado em recuperar sua credibilidade em Okinawa, nos anos de 1950 passou a investir em programas de colonização e de assentamentos na América do Sul, em parceria com os governos dos territórios de destino (SHINZATO, 2014).

Embora existissem posicionamentos diversos entre os habitantes de Okinawa, diante da insatisfação com a ocupação estadunidense, emergiu uma luta pela reintegração do seu arquipélago ao Japão, denominada “Movimento de Volta ao Japão”, que acabou por permitir a reintegração em 1972 (TOSHIKI, 2003). Por outro lado, os japoneses que se consideraram de identidade *nihonjin* (japonês), mesmo após a anexação de Okinawa ao território do Japão como província, não aceitaram a integração dos habitantes de Okinawa (SOUZA, 2009). Sem a etnicidade okinawana

reconhecida pelo governo japonês (HOWELL, 1996, p. 76), os integrantes da Província de Okinawa continuaram sendo vistos como “outros japoneses” (KANASHIRO, 2002), num processo de discriminação dentro do próprio país.

A população de Okinawa vinha enfrentando uma situação econômica extremamente adversa, em que os níveis de pobreza haviam se tornado insuportáveis, não havendo condições sequer de alimentação (A.O.C.G., 2019). O governo lhes cobrava altos impostos sobre a venda do açúcar mascavo. Cultivavam batatas-doces e cana-de-açúcar, fazendo uso das batatas para alimento, ou mesmo de uma espécie de palmito, que exigia um preparo especial para neutralizar as toxinas. Muitas pessoas morreram por desconhecerem esse processo de preparo. Migraram inicialmente para os E.UA, para trabalhar em lavouras de cana-de-açúcar e refinarias, porém como as condições de trabalho eram extremamente penosas, muitos planejaram a fuga das fazendas.

Os conflitos e impasses seguidos exigiram a busca de solução por parte dos governos. Desse modo, Estados Unidos e Japão assinaram “Acordo de Cavalheiros”, limitando a entrada dos japoneses para o Estado do Havaí. Ela ficou restrita apenas àqueles que já tinham parentes lá e por eles fossem convidados. (A.O.C.G., 2019)

Com esta situação de penúria da população, movimentos ativistas passaram a surgir em prol da emigração para outros continentes, sendo os destinos Peru e Brasil.

O cenário histórico relativo às origens da etnia Okinawa, conforme apontou Shinzato (2014), revela um modo de ser específico, inserido num conjunto de situações adversas, que exigiram diversas estratégias específicas de resistência, baseadas em recursos étnicos construídos coletivamente. Segundo o autor, os okinawanos vivenciaram em suas origens, tanto importantes práticas econômicas comerciais, como posteriormente práticas agrícolas, que foram por eles incorporados na forma de conhecimentos, habilidades e competências, fundamentais para lhes garantir a sobrevivência. Também tiveram que exercitar estratégias e táticas de sobrevivência, em diversas situações de risco e dominação, assim como de discriminação étnica sob o jugo dos japoneses. Emergiu nesse processo, a manifestação do espírito coletivo, uma forma mais efetiva de prevenção ao enfrentamento de situações adversas e de risco.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROCESSO MIGRATÓRIO NO BRASIL

Do ponto de vista histórico, as migrações dos okinawanos para Brasil, que atingiram Campo Grande-MS e arredores, foram contextualizadas em três momentos, cada um dotado de características específicas, tanto pelas condições estabelecidas na época, como pela natureza dos acordos estabelecidos entre o Brasil e os países de origem desses imigrantes.

O primeiro momento foi contextualizado no processo imigratório experimental de mão-de-obra para atender as fazendas de café (1895-1924); o segundo no período de Entre-Guerras (1928-1934) e o terceiro no período do Pós-Guerra (a partir de 1952) caracterizados por projetos de colonização agrícola dirigida.

3.2.1 Okinawanos no processo imigratório japonês de caráter experimental nas fazendas de café

O Brasil, após a libertação dos escravos, vinha enfrentando a escassez de força de trabalho na produção cafeeira, enquanto o Japão se deparava com uma série de dívidas provenientes das reformas que caracterizaram a reestruturação Meiji, como o objetivo de modernizar o país, por meio de industrialização e do aparelhamento do Exército Imperial (KANASHIRO, 2000).

A carência de mão-de-obra no Brasil, principalmente nas lavouras de café, motivada pela abolição da escravatura, favoreceu as iniciativas de acordos e tratativas para a emigração dos japoneses, liderados por líderes ativistas. Há registros que, para convencimento da população, os agentes intermediadores diziam que “no Brasil pode-se enriquecer em pouco tempo, por causa da árvore que dá dinheiro: o café”. (A.O.C.G., 2019).

A política de colonização do Estado de São Paulo a partir da Secretaria de Agricultura, deu-se com a criação de Núcleos Coloniais em diversas regiões do estado, ligados à questão da cafeicultura. (PAIVA, 2013).

Em 1895, foi firmado pela primeira vez, entre Brasil e Japão o “Tratado da Amizade, de Comércio e de Navegação”, num esforço de estreitamento de relações entre os dois países, em favor do processo migratório de habitantes do Japão ao Brasil. Diante da crise vivida no mercado de exportação do café, que se seguiu a

esse tratado, a vinda desses imigrantes acabou sendo protelada (ITOKAZU, 2000). No entanto, houve novo *déficit* de mão de obra no Brasil em 1900, diante de imigrantes europeus não adaptados às condições até então oferecidas nas fazendas de café, favorecendo novas demandas de mão-de-obra para esse destino.

No período de 1908 a 1925, o Governo do Estado de São Paulo decidiu subsidiar, por meio de empresas de imigração, parte da passagem marítima junto com os fazendeiros empregadores (SAITO, 1961). Estes cobravam essa dívida dos japoneses em sua chegada, com a prática do desconto do salário. Foi nesse contexto que se deu a chegada do primeiro navio japonês *Kasato Maru*, em 18 de junho de 1908, com 781 imigrantes, dentre eles 325 oriundos da província de Okinawa (SAITO, 1961 *apud* SOUSA, 2008). Nesse acordo, no entanto, havia uma restrição do governo brasileiro de só aceitar imigrante como grupo familiar (SAITO, 1961).

A ocupação do território paulista pelos imigrantes japoneses ocorre para suprir interesses dos dois países.

O governo brasileiro, representando os interesses da oligarquia cafeeira paulista, constantemente reclamava a falta de braços para a lavoura cafeeira em franca expansão no início dos 1900. Associado diretamente ao interesse de aquisição de mão-de-obra “boa e barata”, se encontrava a necessidade de novos mercados consumidores de café e de açúcar. Além disso, um problema que preocupava o governo brasileiro desde o período Joanino (1808-1821) era a questão demográfica, ou seja, uma política efetiva de povoamento para o vasto território nacional. Ocupar estrategicamente os vazios demográficos era um dos maiores objetivos ao se atrair imigrantes colonos desde o início do século XIX. (DEZEM, 2011, p.03).

Do lado do imigrante japonês, que vivia momentos de crise em seu país, segundo Saito (1961), a intenção de permanência no Brasil era temporária. Sua ideia era vir ao Brasil apenas para conseguir juntar dinheiro e retornar ao Japão, seguindo a fórmula sucesso rápido e volta ao seu país de origem (SAITO, 1961). No entanto, para serem aceitos, alguns dos imigrantes passaram a fazer uso da prática da “família composta”, incorporando por meio de adoção e de outros aparatos, pessoas estranhas para compor uma família (SAITO, 1961).

Handa (1987) cita uma reportagem do Jornal Correio Paulistano que relata a chegada dos primeiros imigrantes nipônicos na Hospedaria de Imigrantes, que deixaram impressões positivas sobre a higiene pessoal; organização e limpeza de

seus pertences, em comparação aos imigrantes europeus; sobre a maioria das mulheres serem alfabetizadas e por demonstrarem interesse em aprender a língua portuguesa com os funcionários da casa.

Os primeiros imigrantes japoneses foram enviados, em grupos, a seis grandes fazendas. Por grandes fazendas compreendiam-se propriedades de vastas áreas, com mais de 1.000.000 de cafeeiros. Nelas trabalhavam centenas de famílias de imigrantes estrangeiros ou de brasileiros – os colonos. Estes constituíam a mão-de-obra posta diretamente a serviço da produção de café, sustentáculo da economia brasileira (HANDA, 1987, p.19).

Os imigrantes foram distribuídos em seis fazendas de café conforme quadro a seguir:

Data de Chegada	Fazenda	Famílias	Estação Ferroviária	Localização
27/06/1908	Canaã	155 pessoas – 24 famílias de Okinawa	Estação Canaã, da linha Mogiana	Aproximadamente 40 km da cidade de Ribeirão Preto
27/06/1908	Floresta	173 pessoas, - 24 famílias de Okinawa	Estação Itu, estrada de ferro Ituana	106 km de São Paulo
28/06/1908	São Martinho	101 japoneses, 27 famílias de Kagoshima	Estação Guatapará	331 km de São Paulo.
28/06/1908	Guatapará	88 japoneses, 23 famílias das províncias de Nakoshima, Kochi e Niigata	Estação Guatapará	Entre Ribeirão Preto e Araraquara, cerca de, cerca de 314 km de São Paulo.
28/06/1908	Dumont	210 japoneses, 52 famílias de Fukushima, Kumamoto, Hiroshima, Miyagi e Tóquio.	Dumont	23 km de Ribeirão Preto.

Fonte: OBA (2019). Elaborada pela autora, com adaptações.

Destaca Oba (2019), que os latifundiários proprietários das fazendas, ocupavam posições políticas de destaque no Brasil, o que de certa forma, influenciava nas tratativas ao recebimento dos trabalhadores, uma vez que uma grande parte da mão-de-obra nas lavouras de café era escrava, resultando assim em grandes conflitos provenientes das relações patronais.

Na fazenda Canaã há registro da fuga de 31 pessoas, em consequência do não cumprimento das promessas feitas pela Companhia Imperial de Emigração em solo japonês, que não estavam de acordo com a realidade nas fazendas. (OBA, 2019) As fugas dos imigrantes eram devido às perseguições sofridas pelos imigrantes por parte dos denominados “capangas”, designados pelos fazendeiros para zelar da ordem nas lavouras, que armados interviam nas situações de revolta e fugas das famílias. (OBA, 2019).

Na fazenda São Martinho no dia 02 de setembro de 1908 ocorre a paralização dos imigrantes, cerca de 25 famílias por conta do não recebimento dos seus salários, reivindicavam o pagamento do adiantamento de uma quantia por parte da contratante para pagamento das dívidas contraídas junto à companhia de colonização (OBA, 2019). Na propriedade haviam 500 colonos divididos entre famílias de imigrantes italianos, espanhóis, alemães e chineses, sendo que 25 famílias japonesas aderiram à paralização. Este fato resultou na expulsão das lideranças, onde 7 famílias foram expulsas da propriedade. (OBA,2019).

O descontentamento com as condições árduas de trabalho era consenso entre os imigrantes, fator determinante para as ações de fugas.

Em decorrência das fugas e expulsões parte dos imigrantes buscou estabelecer-se em outras fazendas e outra parte seguiu migrando para outros Estados, dentre eles o então Mato Grosso, que naquele momento oportunizava salários atrativos para o trabalho na construção da Ferrovia Noroeste do Brasil. Há também aqueles que seguiram rumo à Argentina.

O avô do entrevistado C, veio para o Brasil após a primeira guerra mundial, onde a população vivia diante da escassez de alimentos. Era uma determinação do Imperador de que os jovens a partir dos 17 anos servissem o exército, porém algumas famílias temerosas optaram por enviar seus filhos para tentar a vida em outro país. Seu avô tinha 17 anos e veio com parentes que viviam em Nakasato, um vilarejo em Okinawa.

O meu avô nasceu em 1910 e veio com 17 anos, era do exército. Veio em 1927. Depois que você completa 17 anos você tem que servir, né? Servir a guerra e aí acho que eles achavam muito dura a vida na guerra e aí a ideia era tentar a vida em outro país, foi logo após a primeira guerra, né? Antes da segunda guerra. Nesta época já tinha um movimento e ele ficou sabendo de um pessoal que estava vindo para um lugar chamado Brasil. Então surgiu a ideia pra ele, vamos

pra este lugar tentar a vida. (ENTREVISTADO I, 23/08/2019)

Mas as condições brasileiras se mostraram totalmente adversas àquelas em que estavam acostumados em seu território de origem. O choque brutal ocorrido entre as duas culturas acabou resultando em constantes conflitos entre a mão-de-obra contratada e os fazendeiros (SOUSA, 2008). De fato, foram diversas as dificuldades detectadas de adaptação das famílias japonesas às condições oferecidas nas fazendas de café. Os conflitos mais comuns se deram por intolerância de práticas étnicas dos okinawa. Estes, por exemplo, tinham o hábito de andar nu até os 30 anos e as mulheres de tatuarem as mãos (compromisso do matrimônio). No Brasil, a tatuagem era uma prática utilizada apenas entre marinheiros (ITOKAZU, 2000).

Nesse novo ambiente de dificuldade vivida no território de destino, os imigrantes de Okinawa fizeram uso de diversas táticas de resistência, frente aos desmandos dos proprietários rurais e às regras do estado nacional brasileiro. Entre elas estavam a fuga das fazendas, mudanças constantes de moradia, renúncia coletiva ao trabalho, composição de falsas famílias. Desse modo, os imigrantes de Okinawa passaram a ser acusados de dificultar a manutenção da harmonia, em função de seus “hábitos corporativos” e do que se considerava no Brasil como baixo nível de conduta social, especialmente por andarem nus (AOKB, 2002).

Essa forma estratégica de reagir diante das adversidades levou o Ministério das Relações Exteriores a paralisar a entrada de japoneses, em especial vindos da Província de Okinawa. (YTOKAZU, 2000). Frente às constantes dificuldades detectadas no Brasil, especialmente diante das estratégias de resistência dos okinawanos nas fazendas de café, o governo brasileiro considerou o processo imigratório japonês de caráter experimental até 1924.

3.2.1.1 Okinawanos nos trabalhos de construção da ferrovia Noroeste do Brasil

Mato Grosso do Sul, enquanto estado de Mato Grosso, abrigou parte dos japoneses da Província de Okinawa da fase imigratória experimental, como foragidos das fazendas cafeeiras paulistas, acolhidos na condição trabalhadores na construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, iniciada em 1909. A necessidade de mão-de-obra para atuar em pleno sertão do Oeste brasileiro funcionou como oportunidade

para várias famílias que se sentiam subjugadas e viviam um clima de conflito nas fazendas de café.

As dificuldades enfrentadas nas fazendas de café em São Paulo fizeram com que muitos imigrantes japoneses, entre eles okinawanos, migrassem para outros estados. Como a estratégia a longo prazo dos imigrantes envolvia um esquema de ação que permitisse juntar recursos e aguardar um tempo para poder retornar ao país de origem, aceitavam correr determinados riscos mesmo em espaços isolados.

A ferrovia Noroeste do Brasil avançava para áreas sertanejas consideradas longínquas, na época, quase inacessíveis, como eram aquelas do sul de Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul (ARCA, 1991). O trabalho no espaço de construção da ferrovia apresentou-se como uma das táticas adotadas pelos imigrantes japoneses, especialmente os okinawanos.

Dos 781 trabalhadores que chegaram no KasatoMaru direcionados para o trabalho em cafezais, somente 191 permaneceram nas fazendas ao fim de dois anos. Dentre os que saíram, encontravam-se um grupo de 75 okinawanos que se empregaram na construção da Estrada de Ferro Noroeste, inaugurando assentamentos nas regiões abertas pelos trilhos, atingindo Campo Grande, em Mato Grosso do Sul, onde hoje há uma grande comunidade de nipodescendentes. (SAKURAI, 2008b, p. 19)

Tomo Handa (1987), em sua obra sobre a imigração japonesa no Brasil, complementado por outros estudos, ajuda a interpretar a perspectiva estratégica do imigrante japonês por melhor remuneração em possíveis práticas identificadas para poder atuar e assim atingir seus objetivos a longo prazo. Segundo ele, as obras de construção de ferrovia no então Estado de Mato Grosso, naquele momento, eram consideradas de boa remuneração entre os imigrantes japoneses.

Um dia de trabalho garantiria praticamente o mesmo ganho de um mês inteiro no Japão. Para os imigrantes que vieram com a finalidade de enriquecer, e para isso contraíram dívidas para a compra da passagem, com financiamento a juros muito altos, essa era uma oportunidade que não poderiam deixar escapar (HANDA, 1987, p. 387).

Os salários para o trabalho na ferrovia também significavam praticamente o dobro da média salarial que ganhavam nas fazendas (A.O.C.G, 2019). Handa (1987) também lembra que mesmo para os japoneses que haviam abandonado o

Brasil, para novas oportunidades na Argentina, o trabalho na construção de ferrovias lhes pareceram oferecer maiores vantagens, levando-os a abandonar o país em favor desse trabalho.

Apesar das grandes perspectivas, ninguém sabia ao certo que tipo de lugar era esse tão falado estado. Sabiam somente que fazia parte do território brasileiro e que lá chegariam de navio. Contudo, nem as dificuldades do transporte, e muito menos a incerteza dos dias necessários para lá chegar, conseguiram arrefecer o ânimo dos homens ávidos por um serviço mais compensador. E assim muitos se puseram em marcha, rumo à “Terra da Promissão”, da mesma forma que os antigos bandeirantes excitados pela notícia da descoberta de minas de ouro e indiferentes à longa distância a ser vencida (HANDA, 1987, p.388).

De acordo com Handa (1987), o então estado de Mato Grosso recebeu em 1909, os 75 primeiros imigrantes japoneses desertores de fazendas de café de São Paulo, principalmente de okinawanos vindos da Fazenda Floresta de Itu/SP, além de japoneses vindos da província de Kagoshima. Essa primeira leva acabou chegando, segundo Handa (1987), por meio de um pequeno navio cargueiro com materiais de construção, fretado pela companhia construtora da ferrovia, que rumara pelo oceano Atlântico até o estuário do Rio da Prata (Argentina). Daí avançou até a altura da confluência com o rio Paraguai e daí até Porto Esperança, onde se dava o início das obras da ferrovia. Além de terem se submetido a uma longa viagem de 26 dias, o navio fora atingido por uma violenta tempestade, da qual todos haviam conseguido escapar milagrosamente.

No mesmo ano de 1909, também foram atraídos das fazendas paulistas para os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Noroeste, em direção ao então Estado de Mato Grosso, mais 57 famílias, dentre elas 34 okinawanas vindas da Fazenda Floresta e 23 outras originárias da Fazenda Dumont, chegando até a região de Itapura (HANDA, 1987).

No entanto, essa opção pela ferrovia significava enfrentar condições inóspitas nas regiões pantanosas, infestadas por pernilongos, sujeitos aos ataques de animais selvagens e de contrair malária. (A.O.C.G., 2019). Handa (1987) comenta sobre os grandes problemas enfrentados no trabalho com a ferrovia até 1914, especialmente pelos dois grupos que chegaram em 1909. As regiões de trabalho ainda eram consideradas difíceis, submetendo muitos deles a enfermidades como a malária, impossibilitando-os para o trabalho, levando grande parte à morte. Por meio

dos relatos obtidos, deduziu-se que eles eram divididos pela empresa construtora da ferrovia em vários grupos de aproximadamente 15 pessoas, para cada trecho de 10 quilômetros, cada um deles envolvendo pelo menos um casal (HANDA, 1987). Segundo esse autor, a serem submetidos a trabalhos pesados e a um tipo de vida precária, num ambiente adverso como o do Pantanal, facilmente contraíam malária e faleciam.

Na fase de conclusão das obras da ferrovia em 1914 (Figura 3), havia poucos sobreviventes dessa primeira leva de 75 imigrantes japoneses, que preferiram se deslocar para São Paulo, Argentina ou retornar ao próprio país.



Figura 4 - Inauguração da Estação Ferroviária de Campo Grande, 1914

Fonte: Acervo Arquivo Municipal de Campo Grande.

Em 1910, uma terceira leva de imigrantes japoneses, constituída de jovens solteiros, havia partido do Peru, passando pelo Chile e depois Argentina, chegando a Porto Esperança em 1911, visando se integrar à construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (HANDA, 1987). Esta terceira leva veio a constituir a maioria dos imigrantes japoneses remanescentes no final da obra ferroviária, em 1914.

Minha família veio por causa da crise econômica no Japão, em função das guerras. E também tinha um acordo Brasil e Japão de vir trabalhador para o Brasil. Meus avós vieram nessa situação. Meus avós maternos vieram pra cá direto. E meus bisavós paternos foram para a Argentina. E vieram de lá pra cá para a construção da Rede da NOB. [...] e era bem nessa ideia de vir, ganhar dinheiro e voltar. Só que acabaram ficando, né? (ENTREVISTADO G, 2019)

Foi possível verificar que para os imigrantes okinawanos a construção da ferrovia significava o espaço de trabalho de melhor remuneração e que lhes permitia cumprir seu esquema de ação. Tinha-se a expectativa poder acumular recursos financeiros necessários para poder retornar ao seu país. Campo Grande, nesse processo, aparecia como espaço de oportunidade complementar a esse esquema de ação, iniciado com os trabalhos nas fazendas de café e depois na ferrovia, para cumprir o mesmo objetivo.

3.2.2 Migração dirigida pelas empresas colonizadoras japonesas no período do Entre-Guerras e Pós Segunda Guerra

Em 1929, a crise econômica mundial havia repercutido na produção cafeeira e o Brasil iniciara o processo de industrialização por substituição de importações. Nesse período, conforme lembra Kanashiro (2000), as decadentes fazendas de café foram dando lugar a novos cultivos. O imigrante japonês, nesse período, já mais adaptado, havia acumulado durante o trabalho nas fazendas, o suficiente para a aquisição e ou arrendamento de pequenos e médios lotes de terras nas periferias da capital paulista (KANAHISRO, 2000). Essa passou a significar uma etapa da fixação no Brasil da imigração japonesa no Brasil, mediante a prática familiar da pequena lavoura nos arredores urbanos.

De todo modo, um novo período migratório foi organizado pelos japoneses entre 1926 -1929, período de Entre-Guerras, por meio de novo acordo com as autoridades brasileiras, com fluxos mais dinâmicos, ocorrido entre 1928-1934. Nessa nova ocasião, as empresas colonizadoras japonesas optaram por subsidiar o processo migratório, associadas à “Federação das Associações Ultramarinas” com sede no Japão, criada em 1927. Essas empresas operaram em áreas concedidas pelos Estados de São Paulo, Paraná, Pará para desenvolver o cultivo de café e algodão, baseado no recrutamento familiar (YTOKAZU, 2000).

As famílias de imigrantes japoneses, durante esse período, foram conduzidas diretamente para terras rurais loteadas pelas empresas colonizadoras nas velhas zonas cafeeiras do Oeste Paulista, consideradas terras baratas (SOUSA, 2008). Um dos exemplos foi a Sociedade Colonizadora do Brasil (BRATAC) de capital japonês com a participação do governo do Japão, que mantinha relações diretas com

exportadores de algodão para o Japão, como a Sociedade Algodoeira do Brasil-Japão (BRAZCOT), fundada em 1936. A prática da BRATAC era adquirir fazendas, implantar infraestrutura necessária ao escoamento de produtos e dividi-la em pequenos lotes, muitas vezes sob forma de venda financiada, quase que exclusivamente a japoneses imigrantes (SOUSA, 2008).

Em realidade, havia intenção dessa empresa japonesa em assegurar as condições de fixação dessas famílias no Brasil em pequenas propriedades de agricultura comercial. A ideia era não deixá-las isoladas, e sim induzi-las e apoiá-las a implantar núcleos de colonização de forma planejada. Por meio da organização de cooperativas e um banco na área agrícola, a colonizadora fornecia vários serviços aos colonos, tais como escola e hospital, além de subvencionar atividades culturais. As ações conduzidas pelos imigrantes também eram monitoradas pela empresa. (SOUSA, 2008).

Após a Segunda Guerra Mundial, mais especificamente em 1952, as relações diplomáticas entre Brasil e Japão foram retomadas (SAKURAI, 2004). Para o Brasil, segundo essa autora, tratava-se de assumir uma forma de “colonização dirigida”, por meio de projetos de colonização, que favorecessem o engajamento dos imigrantes japoneses como agricultores, com a finalidade de colonizar espaços ainda desocupados do território nacional, dentre eles, os do Centro-Oeste.

Diferente dos períodos anteriores, o fim da Segunda Guerra Mundial e a derrota do Japão contribuíram para destruir as esperanças dos imigrantes japoneses e seus descendentes em retornar para país de origem. O novo esquema de ação para as estratégias a longo prazo passou a ser a de usar o dinheiro que haviam poupado para investir em atividades de compra de terras agrícolas, imóveis e pequenos negócios e primordialmente na educação dos filhos (LESSER, 2008; CARDOSO, 1995, PIRES, 2016).

As migrações dirigidas por colonizadoras ocorridas após a Segunda Guerra atingiram o território do Sul de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul, já a partir do ano seguinte dos acordos diplomáticos. Nessa ocasião, grande parte das áreas do entorno de Campo Grande já haviam ganhado autonomia municipal. Surgiram nestes processos as colônias de Rio Negro (1953), Quebra Coco (1955), Yamato (1956), Várzea Alegre (1959) e Dois Irmãos (1959) (NISHIMOTO, 2011; NIPPO, 2019).

Em 1959, a empresa colonizadora, criada com apoio do governo japonês, a *Japan Migration and Colonization (JAMIC)*, no Brasil registrada como “JAMIC Imigração e Colonização Ltda.”, praticava o desdobramento do modelo implantado pela BRATAC no Estado de São Paulo (COSTA, 2011). A JAMIC adquiriu uma fazenda de 3.600 hectares, junto da estação de trem Pedro Celestino, a 18 km da cidade de Terenos e a loteou em pequenos pedaços de 25 hectares, dando origem à Colônia de Várzea Alegre. Diante do insucesso do cultivo de arroz, algodão e frutas com as 9 primeiras famílias que chegaram em 1959, a empresa colonizadora deu suporte à implantação de um projeto de granjicultura para produção de ovos (COSTA, 2011). Em 1962, foi implantada a Cooperativa Agrícola Mista de Várzea Alegre para favorecer a comercialização, com unidade instalada em Campo Grande. Aos poucos, buscou-se associar à granjicultura a prática da lavoura e da criação de gado (ARCA, 1991). A cooperativa acabou sendo dissolvida em 1983, com a criação da Fazenda Várzea Alegre. A partir de 2008 surgiu a Associação Cultural Nipo Brasileira de Várzea Alegre e a Festa do Ovo (COSTA, 2011).

3.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

Essa abordagem contextual sobre a origem histórica e a trajetória migratória dos okinawanos, a respeito das práticas exercidas ao longo do tempo, seja em fazendas de café, como trabalhadores da ferrovia Noroeste do Brasil, até as práticas planejadas de colonização agrícola em Campo Grande, permitem algumas reflexões. Não só a situação de cada momento, como aquelas dadas pelos acordos entre os países, atribuiu aos imigrantes okinawanos condições de maior necessidade, no caso da primeira fase, como de oportunidade na segunda e terceira fases. Nesse processo histórico, pôde-se constatar a mudança de lógica predominante durante as práticas estratégicas iniciais e aquela que passou a ser adotada pela grande maioria após Segunda Guerra Mundial. Enquanto nas fases iniciais, os esquemas de ação envolviam um possível retorno ao país de origem, no Pós-guerra a lógica de construção desses esquemas em longo prazo passaram a ter como objetivo a fixação no país de destino.

Essas duas lógicas utilizadas como práticas estratégicas concorreram para formas diferenciadas no empreendedorismo étnico manifestado no processo de territorialização dos okinawanos em Campo Grande.

4. EMPREENDEDORISMO ÉTNICO MANIFESTADO PELOS IMIGRANTES OKINAWAS EM SUA TERRITORIALIZAÇÃO EM CAMPO GRANDE

O objetivo deste capítulo foi discutir os dados coletados, pelo método da triangulação, para melhor compreender as formas de empreendedorismo okinawano, manifestadas no processo de territorialização em Campo Grande/MS, diante de situações de necessidade e oportunidade, mediante uso dos recursos étnicos e daqueles mobilizados em diferentes conjunturas. A análise foi realizada, levando-se em conta os três momentos migratórios assinalados no capítulo anterior na perspectiva do desenvolvimento local.

4.1 EMPREENDIMENTOS CHACAREIROS NO ATENDIMENTO AO CONSUMO URBANO: 1914-1926

O fim da instalação da ferrovia, em 1914, coincidiria com o início da Primeira Guerra Mundial, quando se deu a valorização da carne no mercado mundial, repercutindo no dinamismo das fazendas de gado, encaminhados por trem aos frigoríficos de São Paulo (LE BOURLEGAT, 2000). Com a euforia da exportação do gado, a população estadual em 1919 chegou a duplicar em relação a 1900. Campo Grande estava entre os Municípios que lideravam essa exportação dentro do Estado e havia se transformado no maior entreposto comercial de gado do Estado, tendo sido elevada à categoria de cidade em 1918. (LE BOURLEGAT, 2000)

A ferrovia havia se transformado no eixo de maior importância na aglutinação do povoamento e o governo estadual havia estimulado os empreendimentos de colonização de agricultores familiares ao longo dela, visando o abastecimento urbano (LE BOURLEGAT, 2000). A ideia que tais famílias pudessem reproduzir sua subsistência no campo e, ao mesmo tempo, abastecer com excedentes os núcleos urbanos implantados ao longo da ferrovia.

Em Campo Grande, desde 1910, com apoio do Exército brasileiro, segundo Le Bourlegat (2000), já havia sido projetado um plano de alinhamento para a cidade, concomitante à delimitação do rocio, elaborada por Temístocles Paes Brasil, que levou em consideração três zonas: urbana, suburbana e rural. A primeira zona continha o plano de alinhamento para abrigar a população urbana a ser aglomerada no entorno da estação de trem; a segunda zona deveria abrigar as famílias

chacareiras, visando o abastecimento urbano e a terceira zona era de domínio das fazendas de pecuária de corte (Figura 4).

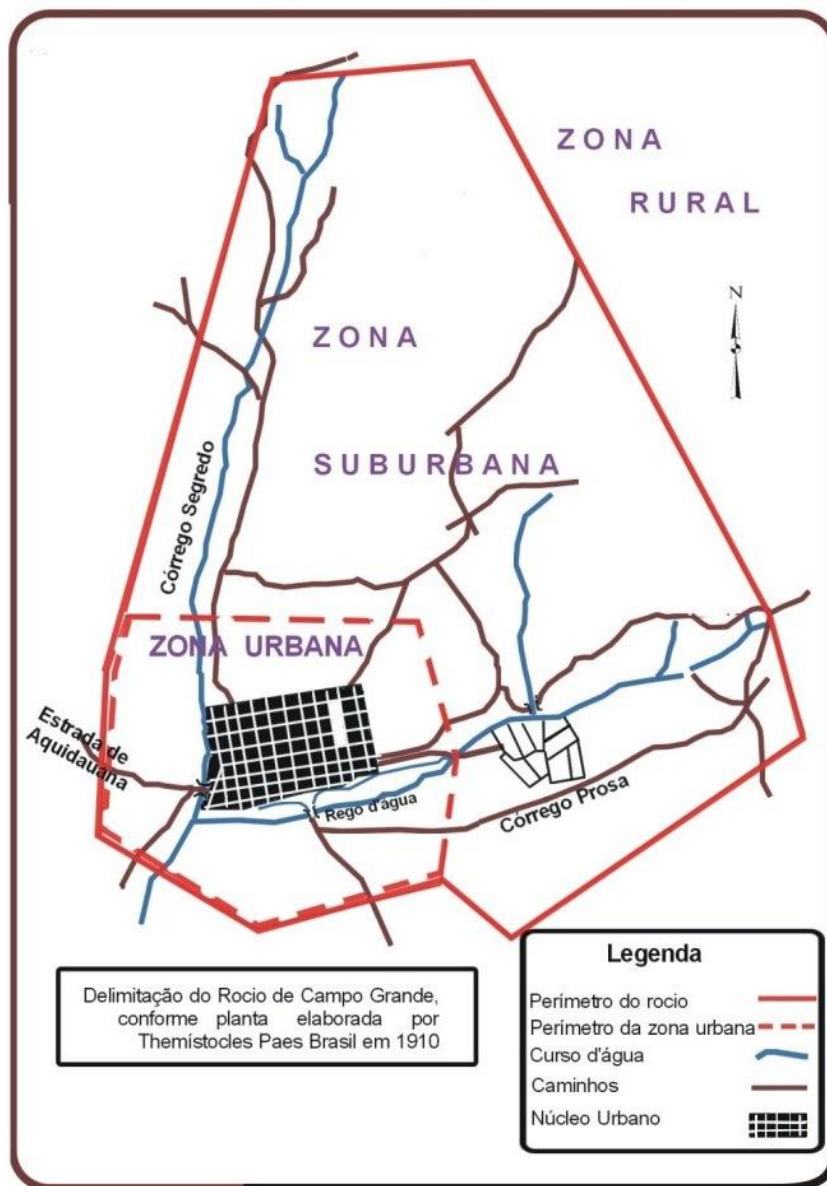


Figura 5 - Delimitação do Rocio de Campo Grande
Fonte: Le Bourlegat, 2000

Como forma de incentivo à fixação dos imigrantes japoneses na área suburbana, o governo municipal passou a oferecer lotes a preços módicos, tendo como única exigência a necessidade de nele construir (HANDA, 1987). Por outro lado, conforme informa o autor, na época, os preços dos alimentos eram muito altos, condição que também serviu de estímulo aos produtores. A topografia e os solos, de certa forma, se mostravam favoráveis para o cultivo agrícola.

4.1.1 Oportunidade de mercado para os empreendimentos chacareiros

Após a instalação da ferrovia Noroeste, a população urbana de Campo Grande apresentava perspectivas de forte crescimento e contava com políticas públicas favoráveis para o trabalho imigrante (LE BOURLEGAT, 2000). O município apresentava um ambiente empresarial de oportunidade para práticas de hortaliças, no abastecimento da cidade. Desta forma, o cenário e os espaços estratégicos de atuação dos imigrantes japoneses passaram a serem aqueles da periferia urbana, onde poderiam se engajar como chacareiros. Tratava-se nesse início, de espaços localizados especialmente no entorno da linha férrea e dos córregos Prosa, Segredo e Bandeira (AOCG, 2019).

O principal mercado de consumo urbano em Campo Grande, que era inicialmente representado pelos moradores, logo se ampliou com a instalação dos quartéis militares, iniciados entre 1920-1922 (HANDA, 1987). Nesse caso, além do abastecimento do crescente número de soldados, também emergiu a demanda por capim e verduras para alimentar cavalos. Também se tornaram clientes, as escolas que atuavam sob forma de internato, para abrigar os filhos de fazendeiros, a exemplo do Colégio Dom Bosco e, entre outros os novos hotéis e restaurantes que iam sendo instalados (AOCG, 2019).

Como tinham em vista um futuro retorno ao país de origem, os espaços selecionados para neles se estabelecerem como chacareiros em Campo Grande deveriam lhes servir, em princípio, para garantir a sobrevivência e acumular recursos. O relato do Entrevistado C ajuda a compreender que na escolha desses espaços, os imigrantes ficavam atentos, durante a trajetória que o conduzia até Campo Grande, a possíveis mercados que favorecessem a possibilidade de ali sobreviver com a família e poder juntar recursos financeiros para retornar à terra natal. Nem todos permaneceram na cidade, apenas aqueles que sentiram nela perspectivas para cumprir seus objetivos.

Quando meu pai veio pra cá, todo mundo ia pra São Paulo, para a plantação de café que tinha lá no interior de São Paulo, E aí, nessa também de que a vida não era fácil na plantação de café, que na época houve a notícia de que estavam construindo a estrada de ferro que vai vir acho que até a Bolívia. [...] Acho que Campo Grande não era o ponto final, acho que ela continuava ainda, mas meu avô gostou daqui e resolveu ficar. [...] Meu avô gostou de Campo Grande e viu a possibilidade de prosperar com o crescimento da cidade. Daí, ele

resolveu ficar por aqui. Outro grupo de okinawanos também resolveu ficar. Pensaram na questão da cidade ser nova, cidade que estava crescendo. (ENTREVISTADO C, 23/08/2019)

O Entrevistado C relata que seu avô havia trabalhado por alguns anos na construção da Ferrovia e já adaptado às condições do novo território, viu em Campo Grande uma oportunidade de negócio. Com os recursos financeiros originários do trabalho na ferrovia, adquiriu uma chácara onde iniciou o cultivo de verduras, legumes e a criação de suínos, para abastecer os quartéis do exército.

O grupo de imigrantes japoneses remanescentes das obras da ferrovia em 2014, que decidiu permanecer em Campo Grande foi aquele da terceira leva de imigrantes solteiros, que havia chegado para trabalhar em 2011, vindos do Peru, passando pelo Peru, Chile e Argentina (HANDA, 1987). Nessa ocasião, a eles foram ofertados lotes na região suburbana, abrangendo a bacia do Cascudo e da Mata do Segredo.

O Entrevistado D (2019), relata que seu pai passou por inúmeras dificuldades em Okinawa. O processo de imigração para o Brasil foi iniciado por sua tia, que veio primeiro com seu esposo, para viver do trabalho propiciado pela ferrovia. Posteriormente, arrendaram terras junto ao córrego Segredo, para produção de produtos hortícolas, para vender nas ruas de Campo Grande e atender ao Exército.

Os imigrantes peruanos que ali chegaram, via Chile e Argentina, acompanhando as obras da ferrovia, quando descobriram o planalto de Campo Grande e a mata dos seus arredores, sem sombra de dúvida tiveram a convicção de que ali certamente o seu futuro floresceria. (HIGA, 1992, p. 16).

Meu pai quando chegou trabalhou como marceneiro, assim que conseguiu dinheiro, comprou terras e foi trabalhar com plantação de arroz, verdura e comercializava né? Todo mundo trabalhava, os netos tinham que ir pra escola da colônia. (ENTREVISTADO F, 2019).

No entanto, é importante lembrar que, nesse processo inicial, muitos imigrantes haviam vindos sozinhos, deixando suas famílias para tentar a vida no Brasil. Nem todos, mesmo aqueles que tinham família, se engajaram imediatamente como chacareiros em Campo Grande. Handa (1987) registra nessa fase inicial, por exemplo, que 37 famílias estavam ocupadas nas atividades de produção de lenha e carvão, para o abastecimento das locomotivas. Também se refere a dez imigrantes

que em 1933 ainda se mantinham como funcionários da ferrovia. No mesmo ano afirmou sobre a existência de sete barbeiros japoneses atuando na cidade. Handa (1987) também se refere à existência, ainda na década de 1920, de um imigrante japonês que administrava um importante cassino da época. Esse autor lembra que para o cassino eram geralmente atraídos os fazendeiros e vaqueiros da região.

4.1.2 Composição das famílias e as primeiras iniciativas empreendedoras

Segundo os relatos do Entrevistado I, entre aqueles que se casaram e constituíram família, grande parte procurou se juntar às Colônias japonesas, no entorno próximo de Campo Grande, como chacareiros.

A maioria veio sozinhos. Era muito difícil. As famílias foram constituídas aqui. E construíram aqui em Campo Grande, Segredo, Prosa, Bandeira que era lá em Anhanduí, Ceroula, e tinha o Cascudo também. Eram três comunidades japonesas de chácaras, né? Minha avó morava no Ceroula. Era uma comunidade distante da cidade, né? Plantavam Café. [...] Nas férias eu ia pra lá, de mala e cuia eu minha mãe e meu irmão. Eu lembro da minha avó torrando café, até hoje eu lembro do cheiro. [...] Ceroula era a terra mais fértil para plantar café. (ENTREVISTADO G, 2019)

No caso particular da cultura histórica dos okinawanos, durante o processo imigratório, a constituição de uma família passou a não exigir necessariamente a existência de laços consanguíneos. Tratava-se do que Cardoso (1995) chamou de “família elementar”, por poder incluir parentes e não parentes em seus núcleos familiares. Em todos os casos, trata-se de uma família patriarcal, cujas decisões são tomadas pelo chefe da família e os afazeres são realizados por todos os integrantes desse núcleo. Mesmo quando um membro vai trabalhar em outras localidades, com a possibilidade de ter uma vida independente, sua remuneração é sempre enviada para o patriarca que a controla. (KUBOTA, 2015). A unidade da família também é dada pelos ancestrais, que são adorados pelo grupo, no altar da família com as fotos dos antecessores. (ARIGA, 1954).

As oportunidades proporcionadas pelas políticas públicas municipais eram para as famílias poderem arrendar terras em áreas situadas na zona suburbana, que haviam sido planejadas para esse fim. Observa-se nessa fase inicial, que de fato, as práticas preponderantes no empreendimento das chácaras de hortaliças eram a do

arrendamento, até porque a maioria dos imigrantes não contavam com recursos para aquisição e não tinham o objetivo de permanência duradoura no lugar. Mas ocorreram casos em que houve a iniciativa pela aquisição, com base nos recursos poupados durante os trabalhos na ferrovia.

A primeira iniciativa com atividade chacareira teria ocorrido já em 1914 (AOCG, 2019), com dois casais ex-trabalhadores da ferrovia. O espaço por eles selecionado ficava nos fundos da estação ferroviária, que ficou conhecido como “Chacrinha”. Ao longo do tempo, esse espaço chegou a abrigar 20 famílias (NISHIMOTO, 2011).

No entanto, a maioria dos imigrantes de origem okinawa foi assentada às margens do Córrego Segredo, dando origem ao Núcleo de Colonização da Mata do Segredo, enquanto outros foram se instalar à margem de outros córregos da periferia urbana, como o córrego do Cascudo, córrego Ceroula e da Chácara Bandeira Quadro 1). A Mata do Segredo, situada na área suburbana, com solo e topografia favorável, além de planejada especificamente para atividades de abastecimento urbano, abrigou uma das mais bem-sucedidas colônias de imigrantes japoneses na época. Segundo Handa (1987), essa localidade passou a ser ocupada a partir de 1917, com a presença inicial de sete famílias, todas okinawanas. Nesse caso, as terras foram adquiridas pelos imigrantes. Organizaram o empreendimento, cultivando a batata-doce, e em seguida do arroz e cana-de-açúcar, práticas das quais já tinham prévio conhecimento, além de outros, até chegar ao café, com o qual obtiveram relativo sucesso. Somaram-se a esses, novos produtos para os quais vislumbravam possibilidade de comercialização, como a rapadura, aguardente e a criação de porcos (Quadro 1).

Para abastecer a cidade, os imigrantes okinawanos estabelecidos no Núcleo da Mata do Segredo tiveram que conhecer e aprender a desenvolver produtos adequados aos hábitos alimentares dos moradores locais. Iniciaram suas atividades na chácara, segundo Handa (1987), com o cultivo de batata, mandioca e arroz. Foi necessário para esse último tipo de cultivo, adquirir sementes junto a agricultores brasileiros da redondeza. Logo, se deram conta da necessidade de eles mesmos terem que cultivar essas sementes, a fim de pré-seleccioná-las, para não comprometer a qualidade do produto a ser comercializado. Segundo o mesmo autor, também tiveram nesse início, que aprender localmente como fazer uso do pilão, para

descascar os grãos, à moda cabocla.

Lembrando que, nessa época, os esquemas de ação implicavam num futuro retorno para seu país, Handa (1987) afirma que a história de sucesso para grande parte das famílias, significou possibilidade de retorno a Okinawa. Quando isso ocorria, a terra era passada a uma nova família interessada que lhe garantia continuidade. Houve tanta repercussão dos produtos no mercado que o governo estadual passou a divulgar essa colônia como fazenda modelo.

Os empreendimentos chacareiros, voltados à produção de hortaliças e porcos, visando o abastecimento urbano, predominaram entre 1914 a 1926. Nesse período, chegaram a ser organizadas, segundo a AOCG (2019), em oito colônias de empreendimentos chacareiros, ou sejam, Chacrinha, Mata do Segredo, Bandeira, Imbirussú, Capinzal, Mata do Prosa, Cascudo, Mata do Ceroula (Quadro 1). Essas colônias chegaram a abrigar cerca de 230 famílias chacareiras (NISHIMOTO, 2011).

Quadro 1 - Colônias no Município de Campo Grande (1914-1926)

Ano	Colônia	Produção	Localização	N. Famílias*
1914	Chacrinha	Hortaliças	Atual área urbana	20
1917	Mata do Segredo	Café	5 Km	37
1918	Bandeira	Hortaliças e criação de porcos	Atual área urbana	24
1920	Imbirussú	Hortaliças, banana, criação de porcos	5 Km	25
1921	Capinzal	Cana, frutas e hortaliças	Atual área urbana	23
1924	Mata do Prosa	Hortaliças, criação de porcos, bebidas	Atual área urbana	23
1925	Cascudo	Hortaliças, criação de porcos	Atual área urbana	38
1926	Mata do Ceroula	Café, verduras	7 Km	40

Fonte: Nishimoto, 2011 (com ajustes da autora na localização).

No entanto, Handa (1987) afirma que em 1920, viviam em Campo Grande cerca de 50 famílias. Estavam localizadas junto aos córregos Segredo, Bandeira, Cascudo, Ceroula e Imbirussu, em espaços muito próximos da cidade, não excedendo 7 quilômetros.

Em pouco tempo, o sul de Mato Grosso tornou-se um dos principais pontos atrativos para a migração japonesa. Segundo Célia Sakurai, entre 1908 e 1920, dos 27.976 migrantes japoneses que aportaram no Brasil, aproximadamente 10 mil se fixaram no sul desse estado, especialmente em Campo Grande. (SAKURAI, 2008b).

Isso não significa que essas famílias empreendedoras não tenham que ter tido espírito de desafio para enfrentar muitas dificuldades. A Colônia Mata do Segredo considerada a pioneira entre as colônias de imigrantes, situava-se na zona norte da cidade, com distância média de 7 km, era dividida em Zona 1 e Zona 2. As principais

atividades eram divididas entre a cafeicultura e a cana-de-açúcar para a produção de pinga, porém desenvolveu-se o cultivo de grãos, tais como arroz, milho, soja e hortaliças, plantações de banana, pequenas criações de suínos, dentre outras. (AOKCG, 2019)

O nome Mata do Segredo se deve ao fato de que neste local foi dominado por assassinos e assaltantes que se refugiaram nestas terras, outros diziam tratar-se de ladrões. (HANDA, 1987). Ficava a cinco quilômetros da cidade, sendo considerada uma região ainda erma e perigosa. Segundo, Handa (1987), de acordo com os relatos dos imigrantes que a ocuparam, lá se refugiavam assassinos e assaltantes, que ficavam à espreita de quem passava de volta da cidade, para “lhes extorquir uma espécie de pedágio” (HANDA, 1987, p. 393).

Por ser uma terra recém desbravada os imigrantes temiam pela insegurança, além de que a distância de mais de 5 km da cidade, desestimulou a permanência de muitos. Porém, o solo de terra roxa era fértil, nele plantou-se batata e em seguida mandioca, o objetivo era o cultivo do arroz. (HANDA, 1987)

O desconhecimento da língua portuguesa foi retratado pelos imigrantes como uma das principais barreiras enfrentadas. Muitos deles se evitavam até falar seu idioma nativo por serem motivo de “chacota” pela população local. A entrevistada B relata que seu pai fora trabalhar nas chácaras pois era a única opção de trabalho.

Quando meu pai chegou, ele não sabia falar português. Então foi trabalhar plantando, né? Tinha vergonha de falar na frente das outras pessoas. (ENTREVISTADA B, 2019)

Em algumas famílias era proibido falar a língua nativa fora de casa, tinham receio de retaliação por parte da comunidade local. O Entrevista I relata que seu pai ficava envergonhado por não falar bem o português.

“Meu pai só falava em japonês ou o dialeto deles lá em Okinawa em casa, tinha vergonha, pois as pessoas tiravam sarro. [...] Eu não sei falar japonês, eu entendia bem o que meu pai falava, mas ele assim, não quis né que a gente falasse”; (ENTREVISTADO I, 23/08/2019)

4.2 EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS NO ATENDIMENTO AO MERCADO EXTERNO: 1927-1942

Diante das mudanças ocorridas nas políticas imigratórias entre Brasil e

Japão, preponderantes a partir do período de Entre-Guerras, os novos imigrantes que adentraram o Município caracterizaram-se por organizar empreendimentos direcionados principalmente à produção de café e de outros produtos para o atendimento do mercado externo a Campo Grande. Entre 1927 e 1942 foram instaladas mais 11 colônias dessa natureza, ou sejam, Rincão, Buracão, Jaraguá, Lagoinha, Salobra, Córrego da Anta, Patelinho, Rochedinho, Indubrasil, Sidrolândia, Bonfim e chegaram a abrigar cerca de 188 famílias (NISHIMOTO, 2011).

Quadro 2 - Colônias agrícolas japonesas instaladas entre 1927-1942

Ano	Colônia	Produção	Localização	N. Famílias*
1927	Rincão	Café	20 Km	33
1929	Buracão	Arroz	10 Km	35
1937	Jaraguá	Café, alfafa, verduras	33 km	11
1939	Lagoinha	Arroz	45 Km	17
1939	Salobra	Arroz, grãos	36 Km	15
1940	Córrego da Anta	Café, grãos	30 Km	10
1940	Patelinho	Café, grãos	30 Km	6
1940	Rochedinho	Café, grãos	30 Km	7
1941	Indubrasil	Arroz, grãos	15 Km	10
1941	Sidrolândia	Café, grãos	63 Km	16
1942	Bonfim	Café, grãos	47 Km	28

Fonte: AECNB, 2005; Nishimoto, 2011

Tais empreendimentos, além de contar com formas mais planejadas de organização, exigiram terras mais extensas, sendo estruturados em localidades mais distantes da cidade (de 16 a 35 km de distância), atingindo alguns distritos do Município da época (Terenos, Sidrolândia, Jaraguari, Rochedinho). Parte dos espaços ocupados para esse fim foram arrendados de grandes fazendeiros, a exemplo das colônias de Lagoinha (Sidrolândia), Indubrasil, Salobra (Terenos) (AOCG, 2010). Outros foram adquiridos por imigrantes okinawanos que já haviam acumulado recursos como chacareiros. Além do café, foi incorporada a produção de arroz e de outros grãos. Em algumas delas, chegou a haver tentativas de cultivo de banana (Rincão, Salobra) e até mesmo de hortaliças (Indubrasil). É preciso lembrar que nesse período, o cultivo do café também acabou sendo adotado várias das colônias já existentes, como aquelas da Mata do Segredo e da Mata do Ceroula. Algumas destas colônias tiveram tempo de existência curta, seja pelo término do contrato de arrendamento ou mesmo de outras variáveis.

O atendimento ao consumo dos moradores urbanos, nesse período, passou a se concentrar na Feira. Criada em 1925, a Feira Municipal de Campo Grande

tornou-se mais um dos espaços ocupados pelos imigrantes japoneses chacareiros na cidade, visando a comercialização de seus produtos. Teve início na Avenida Afonso Pena, apenas aos sábados, entre 8 e 16 horas (ARCA, 1995). O arranjo dos feirantes e de suas mercadorias ocorria de forma espontânea, com produtos colocados no chão, sem cobertura, expondo os feirantes, produtos e os frequentadores à chuva.

Em 1927, foi criado o “Largo da Feira” (Figura 5), que passou a funcionar às quintas-feiras e domingos, das 6 às 10 horas, junto do armazém de estoque dos produtos excedentes, que chegavam da Colônia Agrícola de Terenos. Esse armazém veio se constituir mais tarde na Escola Osvaldo Cruz. (ARCA, 1995)



Figura 6 - Largo da Feira em Campo Grande

Fonte: Acervo Arquivo Municipal de Campo Grande (ARCA, 1995).

Uma das iniciativas de cooperação entre os empreendimentos agrícolas voltados ao mercado externo que marcaram esse período foi a criação da Cooperativa Agrícola de Campo Grande-CoopGrande, em 1935, reunindo 152 agricultores. Por meio dela, os cooperados passaram a responder pelo beneficiamento de arroz e café.

No conjunto, esse período significou um momento de maior estabilidade financeira para os imigrantes okinawanos, que já haviam chegado anteriormente, em relação à situação mantida no momento de chegada. Portanto, nem todos ainda mantinham o plano anterior de retornar ao país de origem. Diante do enfraquecimento do objetivo anterior, aqueles que haviam pensado em permanecer passaram a sentir

necessidade de firmarem melhor suas posições junto à sociedade. Nesse sentido, o preparo educacional dos filhos para a formação superior começou a se transformar num esquema de ação fundamental.

4.2.1 Acesso aos mercados de consumo

O atendimento aos moradores fazia da rua o principal espaço de comercialização. Mas para os novos mercados emergentes que exigiam o transporte de cargas mais pesadas, foi requisitado o uso de mulas e carroças (HANDA, 1987). Essa nova condição levou à necessidade de envolver a família, não só na produção como no processo de comercialização. Desse modo, segunda afirma Handa (1987), no momento da comercialização, os homens se ocupavam da mobilização das cargas pesadas por meio de carroças, enquanto as mulheres ficavam responsáveis pelo atendimento das moradias, carregando a pé as mercadorias na cabeça. “As filhas saíam com bacia na cabeça com as verduras e vendiam na região” (ENTREVISTADA A, 2019). Muitas vezes elas associavam a essa tarefa aquela de “lavadeiras”. (HANDA, 1987).

Com o dinheiro da estrada de ferro meu vô comprou uma chácara, onde é hoje a avenida das bandeiras. [...] De lá ele comprou uma outra no chácara cachoeira [...] Começou a plantar e a criar porco [...] Plantava só folhagem, alface, almeirão, cheiro verde. [...] na época abriu os quartéis aqui né. [...] eu lembro dele levando carroça de verdura. Era carroça de boi. [...] Entrava no rancho pra deixar comida para os militares e foi ganhando né? Depois trocou por caminhão e passou a atender vários quartéis em Campo Grande. ENTREVISTADO C (23/08/2019).

Portanto, a família trabalhava de forma cooperativa. Segundo a Entrevistada B (2019), todos os integrantes, pais, filhos e netos, ficavam todos comprometidos com as atividades, tanto na produção de verduras e legumes nas chácaras, como no seu comércio da cidade (rua, feira, mercado). Assim, [...] “Pra trabalhar na roça e na horta, entrava todo mundo, né?”. (ENTREVISTADA B).

Verifica-se nesse período, que a situação de pobreza expunha os diferentes membros da família a uma série de sacrifícios e constrangimentos.

O entrevistado G cita que em sua família existem relatos de que sua família dormia na plantação de café para fugir das rondas: “meus avós maternos, inclusive

minha mãe, a noite ia dormir no cafezal, pra se esconder porque tinha as patrulhas. Porque o Japão tava do lado de lá da guerra, né? Porque o Japão fazia parte do eixo. E chegaram a invadir a chácara lá, queimar. Não teve violência, mas, alguma coisa teve”.

Segundo a Entrevistada A (2019), durante um determinado período dessa época, o trabalho dos filhos no comércio das ruas se dava, sobretudo, em função dessa condição vivida.

[...] Tanto é que eu com oito anos, eu não sabia fazer conta né, somar, eu não tinha esta habilidade. Eu saía vendendo verdura, na rua. Eu lembro que a primeira vez que eu saí para vender verdura na rua, era porque minha mãe não tinha dinheiro pra nada, nem pra comprar arroz e feijão, ela não tinha. (ENTREVISTADA B, 2019)

E meu pai vendia nas mercearias e recebia só no final do mês. [...] Daí eu fui vender verdura, na rua e todo dia trazia dinheiro pra minha mãe, né? [...] eu trabalhei na rua até os quatorze anos. Primeiro eu ia de bacia, depois minha mãe comprou cesta, depois comprou uma bicicleta, depois a gente montou mercearia [...]. (ENTREVISTADA B, 2019.)

Pelos relatos da Entrevistada B, também se pôde deduzir que ocorreram casos em que esses chacareiros chegaram a empreender quitandas e sacolões na cidade, para colocação de seus produtos excedentes. Para esse fim, costumavam ocupar imigrantes recém-chegados, que ainda não possuíam conhecimentos para atuar nas chácaras. Estes recém-chegados ficavam nessa situação até aprender a lidar com o ramo. De acordo com a Entrevistada B, seu pai era marceneiro em Okinawa e ao chegar em Campo Grande-MS teve que aprender a trabalhar com a produção de hortaliças, comercializando a produção nas quitandas das próprias colônias de imigrantes. Nesse caso, os melhores produtos eram direcionados para a venda na quitanda. Essa Entrevistada assim se referiu ao trabalho exercido pelo pai “Meu pai atendia as quitandas. Tinha bastante gente da colônia que tinha quitanda. Meu pai atendia uma *obasan* que tinha na rua Maracaju”. (ENTREVISTADA B, 2019).

O avô do Entrevistado C utilizou os recursos adquiridos no trabalho na estrada de ferro para comprar uma propriedade e passou a produzir folhagens e carne suína, conforme o negócio prosperava adquiriu caminhão para a distribuição dos produtos até abrir seu próprio comércio. “Meu avô foi abastecendo as feiras na cidade e abriu um sacolão na rua Calógeras” (ENTREVISTADO, C, 2019). A família

trabalhava em forma cooperativa, onde todos tinham suas responsabilidades, no caso desta família, trabalhavam no sacolão os avós, seus pais e netos. Havia brasileiros empregados, porém o controle das finanças, era exercido exclusivamente pela liderança familiar.

4.2.2 A prática coletivista e de afirmação da identidade okinawa nos espaços de produção e de vida

O trabalho cooperativo e as práticas culturais são características marcantes no grupo étnico okinawano (KONNO, 2016). A construção da vida em coletividade e o objetivo de prosperar movem as ações da comunidade e o planejamento do trabalho no campo. As colônias eram espaços de socialização do grupo étnico, de práticas culturais com a sociedade em que foram acolhidos, promovendo e fortalecendo o sentimento de pertença dos imigrantes a partir de representações mentais de seu território de origem. Os recursos étnicos do povo okinawano são balizados nas tradições, hábitos e costumes. Dotados de uma percepção de coletividade singular, priorizam a qualidade de vida e o bem-estar de todos, assim como a convivência em sociedade.

Dado o hábito de se reunir para dialogar e juntar esforços para que todos pudessem prosperar, os okinawanos acabaram trazendo consigo a prática do MOAI como estratégia para obter ajuda mútua social e financeira. Essa prática, segundo Garcia e Miralles (2018), é uma tradição da ilha de Okinawa, de criação de laços fortes nas comunidades locais. Sua origem vem de tempos difíceis, quando os agricultores se reuniam para trocar informações sobre as melhores formas de cultivar, assim como para ajudar uns aos outros nos anos em que a colheita não havia sido boa.

Os membros do moai têm que pagar uma quantia mensal preestabelecida. Este pagamento lhe permite participar de reuniões, jantares partidas de *go* (um jogo de tabuleiro de origem chinesa), de *shogi* (o xadrez japonês) ou desfrutar de qualquer que seja o *hobby* comum do grupo. O que sobrava era recebido pelos membros a partir de um rodízio. (GARCIA; MIRALLES, 2018). Por meio dessas redes de segurança, os integrantes de uma coletividade recebem apoio financeiro e emocional em momentos de necessidade. A estratégia consiste em reunir um grupo de dez pessoas, que contribuem mensalmente com um valor acordado entre os membros.

Mensalmente um integrante é sorteado e fica com o montante em dinheiro pago pelos outros, finalizando quando todos forem contemplados.

A Entrevistada B informou que seu pai não possuía recursos financeiros quando chegou em Campo Grande-MS, que como todos estavam nas plantações, ele arrendou terras para cultivar. Relata que a mãe dela fazia muito moai e que a propriedade foi comprada com a utilização deste recurso estratégico e coletivo.

Tivemos muito trabalho, nós compramos e não saía a escritura, porque tinha que desmembrar primeiro, pois era uma área grande. Eu até lembro nesta época minha mãe fazia muito moai, porque a gente pagou esta chácara parcelado, né? [...] A gente entrava no moai, tirava o moai e ia pagando as parcelas. (ENTREVISTADA B, 2019)

Outra prática muito utilizada, segundo os relatos dos entrevistados era a de oferecer ajuda aos recém-chegados até sua estabilização. O mais comum era ser convidado pela própria família, recebendo auxílio para moradia e trabalho. (ENTREVISTADO C, 2019)

Associar-se é também uma característica étnica do povo de Okinawa, no Brasil, os imigrantes criaram diversas associações. Especialmente em Campo Grande em 1922, fundou-se a Associação Okinawa de Campo Grande. O objetivo era a buscar soluções para os problemas enfrentados pela comunidade e oportunizar auxílio mútuo e, sobretudo proporcionar às futuras gerações o conhecimento da origem e a trajetória de seus ancestrais.

A associação se responsabiliza pelas programações relativas à cultura utinanchu. Promove festivais, almoços, jantares, karaokês, apresentação de danças, aulas de Karatê-do e aulas de Taikô - instrumento utilizado nas festas tradicionais em Okinawa.

A Associação Okinawa de Campo Grande conta, atualmente, com 498 famílias associadas, dos quais cerca de 20% são de outras origens e etnias, envolvendo mais de 2.000 pessoas, entre avós, filhos, netos, bisnetos, dentre outros, além de pessoas da comunidade Campo-Grandense em geral, que participam das atividades da Associação. (AOCG, 2019)

A organização deste grupo étnico manteve-se semelhante à organização das fazendas em São Paulo, baseada no trabalho coletivo e construção das casas feita em regime de mutirão. (BRITO, 2000)

[...] o hábito que os imigrantes criaram de morar uns próximos dos outros, ajudando-se mutuamente, à semelhança daquilo que ocorria nas colônias oferecidas pelas fazendas foi mantido, mesmo após a dissolução física das moradias primitivas. Tal forma de estruturar a vida em comunidade, fortalecendo as relações através das associações culturais, continuou e, no caso dos migrantes nipônicos, ficou qualificada e conhecida como colônia japonesa. (KAWAHARA, 2007, p. 38 grifo do autor).

4.2.3 Papel das escolas dentro das colônias

Os imigrantes okinawanos, no período inicial de instalação em Campo Grande, manifestavam consciência de que, mesmo que permanecessem em regiões mais isoladas, uma vez que envolviam os filhos no empreendimento, precisavam garantir a educação na cultura de origem. Afinal, nesse período inicial, o objetivo das famílias era retornar à terra natal. Portanto, não se tratava ainda de garantir uma profissão a ser exercida no local. A formação sobre o idioma de origem era prioridade.

No entanto, esse esquema de ação exigiu táticas muito difíceis de serem desempenhadas, diante das adversidades encontradas no ambiente de isolamento em que foram submetidos. Geralmente, a iniciativa partia deles próprios e em terras cedidas por eles. Desse modo, os moradores da Chacrinha, primeira colônia a se estabelecer em 1914, conforme notifica o AOCB (2019), empreenderam a construção de sua própria escola já no ano seguinte de sua instalação, mediante doação de terra por parte de um dos chacareiros. Vieira et al (2010) se refere ao esforço coletivo dos imigrantes chacareiros, em doar áreas e materiais de construção também em 1918, para se estabelecer a Escola de Língua Japonesa Hanja, na área rural. Na colônia Mata do Segredo, não foi diferente. Houve mobilização de todos em prol da formação escolar dos seus descendentes.

Os riscos que as crianças enfrentavam no trajeto da escola também eram grandes. Muitas vezes, o deslocamento envolvia travessia da ferrovia, de um córrego, poças de água (VIEIRA et al, 2010). No governo Vargas, a escola ligada a uma colônia estrangeira contrariava a política nacionalista, motivo pelo qual foi ordenado seu fechamento.

4.2.4 Novas regras para o funcionamento das escolas

O novo período de acordo estabelecidos entre o Brasil e Japão para as políticas migratórias e a fase de maior estabilidade financeira das famílias okinawanas estabelecidas em Campo Grande também se refletiu no desempenho qualitativo dos espaços da escola.

A primeira iniciativa se deu em 1927, a estruturação da escola Visconde de Cairu, com apoio do governo japonês. Essa escola, estabelecida na cidade passou a abrigar alunos descendentes de japoneses e de outras origens, uma característica multicultural, que ainda mantém nos dias atuais (VIEIRA et AL, 2010).

“Meu pai parou de estudar, mas por vontade. Ele abriu oficina, estudou no Visconde. Todo mundo naquele tempo estudava no Visconde, o fundamental. Foi criado com dinheiro do governo japonês para isso, até recentemente recebia. Se não me engano até hoje recebe. [...] E era uma escola excelente”. (ENTREVISTADO G, 2019)

Minhas crianças começaram estudo lá no Visconde, no entanto que a educação que eles têm hoje, o comportamento que eles têm, foi lá na escola. A ter disciplina, a ter respeito, a ter educação, aprendeu na escola. [...] Então tudo eu agradeço a esta escola, né? A diretora, a tudo, porque eu não tinha tempo. Sempre trabalhei muito. (ENTREVISTADA B, 2019.)

A segunda iniciativa de destaque ocorreu na Mata do Segredo, em 1934, com a construção da “Escola Mata do Segredo” (Figura 6). Os membros da comunidade criaram um sistema de mutirão para juntar os recursos financeiros necessários, inspirado, por certo, no espírito *yuimaru* de Okinawa. Fizeram uso de carroças tracionadas por muares para transporte de materiais de construção. O objetivo foi o de proporcionar a formação do então chamado curso “primário” a seus filhos (AOCG, 2019). A escola foi colocada no topo da colina que dividia as duas comunidades, para facilidade de acesso aos alunos das duas regiões e o magistério era exercido, quase sempre, por filhos dos próprios moradores. (AOCG, 2019).



Figura 7 - Escola Mata do Segredo
 Fonte: Associação Okinawa de Campo Grande, 2019

Em 1948, na Mata do Segredo construíram outra escola denominada Coronel Antonino (Figura 7), que exerceu papel de extrema importância para a comunidade. Estudaram nela inúmeras personalidades de origem okinawa exponenciais da sociedade Campo-Grandense. Destacaram-se e continuam se destacando como médicos, dentistas, secretário de estado, executivos empresariais e bancários, professores e mestres de universidades, advogados, engenheiros, dentre outras atividades, em nossa cidade, em nosso estado e mesmo no país.



Figura 8 - Escola Coronel Antonino
 Fonte: Associação Okinawa de Campo Grande

No entanto, as iniciativas de colocar os filhos em escolas com estudantes não okinawanos também propiciaram a estas diversas situações de constrangimento. De acordo com a Entrevistada B (2019), os filhos costumavam ser alvo de agressões verbais e até físicas por serem japoneses nas escolas tradicionais. “[...] eu estudava no Joaquim Murтинho, e sempre fui assim mais cheinha, né? Daí eles ficavam falando, “lá vai a japonesa gorda” e eu sempre fui muito nervosa, não levava desaforo pra casa né”. (ENTREVISTADA B, 2019)

Já o entrevistado E, afirma que sofria constrangimento verbal e físico. Por muitas vezes teve que fugir das abordagens das outras crianças, ou até mesmo, deixando de ir à escola por medo.

Eu estudei em colégio normal, mas sempre tinha um pra falar. Tiravam sarro, diziam que eu tinha que abrir o olho. Falavam, “japonês abre o olho”. As vezes as crianças me encurralavam nos corredores e diziam vai lá “karatê”. Queriam que eu brigasse com eles. [...] Eu corria deles, as vezes nem ia na aula. (ENTREVISTADO E, 2019).

Diante de tais constrangimentos era comum os pais exigirem muito do desempenho de seus filhos, para serem os melhores em suas atividades. Na escola primária haviam práticas de reconhecimento dos alunos que possuíam as melhores notas, eram premiados com medalhas e participavam concursos.

Era uma luta para tirar o primeiro lugar porque no final do ano tinha medalha para o primeiro lugar, medalha para o segundo lugar, medalha para o terceiro lugar, então as crianças, nossa! Elas sonhavam com isso. Naquele tempo tinha isso, hoje em dia não tem mais. (Midori Nichikuma HARADA, 2010, p.369 *apud* NISHIMOTO, 2011).

4.3 NOVOS EMPREENDIMENTOS VOLTADOS AO MERCADO URBANO AMPLIADO E PROJETOS DE PERMANÊNCIA NO PAÍS

A derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial, ao destruir as esperanças dos imigrantes okinawanos de retornar ao país de origem, pelo que se pôde constatar por meio das falas dos entrevistados, contribuiu para a construção de objetivos futuros que envolviam a fixação no lugar.

Essa nova condição alterou as práticas estratégicas, envolvendo maior interesse pela aquisição de bens no território de destino, assim como, o preparo para um futuro mais digno para as futuras gerações.

Mesmo diante da ideia inicial de apenas ganhar dinheiro para retornar para Okinawa, após o término da guerra a grande maioria acabou optando por permanecer no Brasil ou até mesmo, passando a receber parentes que vieram morar no país.

Minha mãe tinha o sonho de voltar para Okinawa, né? Ela veio com 19 anos, mas como as coisas estavam difíceis no Japão, então resolveram ficar aqui. Logo depois veio os meus tios. Ela casou e meu pai que é filho de okinawano também. Daí foi trabalhar como lavadeira e meus tios foram trabalhar na chácara da família. Meu pai tinha comércio de verdura (ENTREVISTADO J, 2019).

A entrevistada A, que veio ainda criança com a família de imigrantes da Província de Okinawa, fugindo das adversidades da Segunda Guerra, tenta reproduzir a marcas deixadas pela situação vivida pessoalmente nessas circunstâncias.

Olha, sempre Estado Unido, avião de Estado Unido, sempre hora, mais ou menos quase onze horas por aí, sempre meia dúzia, avião vem na Japon né? Okinawa. Aí comunicava a pessoa que hora que o avião de Estado Unido vai aparecer. Então vai todo mundo esconder na mata, mas em mata também dava pra furá buraco e aí entrava”.

A decisão inicial da família migrante em vir ao Brasil, como se pôde verificar, nem sempre incluía a vinda dos filhos, em função da imagem já construída no país de origem sobre as condições inóspitas a serem encontradas no Brasil. Desse modo, de acordo com a fala da Entrevistada A (2019), quando os pais vieram, deixaram os filhos com a avó, até que o casal estivesse com a situação estabilizada no país de destino. Mas ao viver os impactos da guerra, a filha, já casada e acompanhada do irmão, solicitou aos pais ajuda para vir ao Brasil. Mediante suporte familiar, conseguiram adquirir a própria chácara em Campo Grande. Essa foi uma das situações que contribuiu para ilustrar o fim do sonho de ganhar dinheiro e retornar a Okinawa, que passou a predominar entre os okinawanos que habitavam Campo Grande.

Com o intuito de tentar fortalecer as colônias agrícolas, estabelecidas no período anterior, em 1954, a Cooperativa Agrícola de Campo Grande passou a realizar a intermediação de compras, de insumos, tais como: máquinas e implementos agrícolas, defensivos, fertilizantes e sementes. Mas, com a finalização

de grande parte das atividades agrícolas dessas colônias, a cooperativa passou a restringir suas atividades a partir da década de 1960.

Num outro viés, as migrações dirigidas por colonizadoras ocorridas após a Segunda Guerra Mundial atingiram o território do Sul de Mato Grosso, atual estado de Mato Grosso do Sul, a partir do ano seguinte em que ocorreram os acordos diplomáticos. Entre as colônias, constituídas entre anos 1953 e 1959, estavam a Colônia de Rio Negro (1953), do Quebra Coco (1955), de Yamato (1956), de Várzea Alegre (1959) e de Dois Irmãos (1959). (NISHIMOTO, 2011; NIPPO, 2019) . (Quadro 3)

Quadro 3 - Colônias agrícolas criadas nos municípios do entorno: 1953-1959

Ano	Colônia	Produção	Distância	N. Famílias
1953	Rio Negro	Arroz, café, grãos	47 Km	6
1955	Quebra-coco	Banana, arroz, café	94 Km	8
1956	Yamato	Arroz, verduras	50 Km	16
1959	Várzea Alegre	Avicultura, fruticultura	50 Km	12
1959	Dois Irmãos	Café, arroz, grãos	120 Km	9

Fonte: AECNB, 2005; Nishimoto, 2011

Como nessa ocasião, grande parte das áreas do entorno de Campo Grande haviam ganhado autonomia municipal, as novas colônias situadas entre 47 a 120 quilômetros de distância, já não pertenciam ao Município de Campo Grande, com exceção da Colônia de Três Barras, que foi a última a ser criada em 1960 (Quadro 4).

Quadro 4 - Colônia agrícola criada no Município de Campo Grande em 1960

Ano	Colônia	Produção	Localização	N. Famílias*
1960	Três Barras	Verduras	18 Km	7

Fonte: AECNB, 2005; Nishimoto, 2011.

A presença da JAMIC e das demais colônias novas, até certo ponto, representou ampliação na oferta de excedentes para o abastecimento urbano. Desse modo, às verduras, frutas e ovos dos chacareiros de Campo Grande, somaram-se os produtos vindos dessas novas colônias, principalmente da Colônia Agrícola de Terenos. Frente ao acúmulo e diversificação de comerciantes e consumidores, além

do grande afluxo de excedentes que chegavam pela ferrovia, surgiu a ideia de um Mercado Municipal no lugar do Largo da Feira, construído em 1957. (ARCA, 1995). Ele foi concebido como recinto mais planejado em termos de distribuição dos pontos e da segurança dos produtos e pessoas. No entanto, desse novo espaço de comercialização nem todos imigrantes chacareiros de Okinawa conseguiram usufruir.

4.3.1 O comportamento empreendedor nas Feiras de Campo Grande

Com a surgimento do mercado, os chacareiros okinawanos de Campo Grande, que não conquistaram pontos de venda dentro do Mercado Municipal, passaram a fazer das ruas os espaços para a construção de sua própria feira. Viram-se obrigados a continuar sujeitando-se às práticas da combinação entre produção na chácara e comércio na feira (GOMES, 2012). As feiras se instalaram em várias localizações nas ruas urbanas de Campo Grande, dentre elas, a Feira Central foi ganhando grande importância para os consumidores urbanos, até se manterem alguns dias da semana em espaço fixo permanecendo até 1958 na Rua 15 de Novembro, entre a Av. Calógeras e a Rua 14 de julho. (ARCA, 1995). Porém, o grande fluxo de pessoas, carroças, automóveis e também a sujeira que permanecia no término do funcionamento da feira, provocaram constantes reclamações dos moradores das mediações. (CALADO, 2010). Estas circunstâncias suscitaram no deslocamento da Feira Central, por determinação do Poder Público Municipal. Em 1964 ocorreu a transferência para um local mais distante do centro urbano. (ARCA, 1995).

A Feira Central passou a funcionar nas Ruas José Antônio, Abrão Júlio Rahe e Padre João Crippa (ARCA, 1995), duas vezes por semana, às quartas-feiras e sábados, com maior tempo de duração. Às quartas-feiras, a feira tinha início às 6 horas da manhã e continuava até 1:30 horas do dia seguinte. Aos sábados, com início mais cedo as 5 horas da manhã e permanecia até às 6 horas do dia seguinte. Esses horários foram sendo esticados até o meio dia do dia seguinte (GOMES, 2012).

As condições insalubres e inseguras nas ruas passou a exigir do Poder Público municipal um ordenamento de uso e ocupação do espaço pela Feira Central. Em 1967, por meio do Decreto nº 3112, foi oficializada a “Planta Cadastral” da Feira Central, tornando obrigatório o uso de toldos de lona. Ela passou a se estruturar, segundo o autor, em linhas de bancas e barracas paralelas, com um número mais

concentrado de linhas e barracas na rua Abrão Júlio Rahe. Essa estrutura também recebeu uma setorização pela natureza dos produtos vendidos (ARCA, 1995).

Como aos sábados e domingos os feirantes tinham dificuldade de ir para casa e retornar no dia seguinte, passaram a fazer do “sobá”, prato tradicional e de rápido preparo da culinária okinawano, seu hábito alimentar enquanto pernoitavam na própria barraca, por considerá-lo de rápido preparo, quase sempre preparado e tomado coletivamente (GOMES, 2012). Ao ser experimentado por frequentadores da Feira Central, o prato acabou caindo no gosto popular, segundo a autora, tornando-se mais um produto de comercialização (GOMES, 2012).

O sobá era alimento da casa da gente. Meu sogro, em 1954, tinha um restaurante que servia só sobá. Quem comia era só japonês que saía das chácaras em volta de Campo Grande, para vir na feira vender o que plantava na roça.

[...]

Meu sogro tinha um restaurante, ele fechava com panos né, com lençol. Somente os japoneses comiam lá. Mas logo tinha brasileiro perguntando o que eles comiam. Meu sogro viu que eles começaram a experimentar e passou a vender para brasileiro também. Mas tinha japonês que não gostava, porque tinha vergonha de comer na frente dos outros. (N.N.K, 2012, *apud* GOMES, 2012).

O sucesso da iniciativa da venda do sobá acabou produzindo, o que De Certeau (1998) chama de disseminação silenciosa e repetitiva da prática bem sucedida no espaço da Feira. O aumento de adeptos a esse tipo de refeição, segundo Gomes (2012), cresceu entre os feirantes não-japoneses, até a sobaria se transformar em negócio, com a adesão dos consumidores dos produtos da Feira. Aos poucos, foram emergindo as barracas-restaurantes, com posições cada vez mais privilegiadas dentro da Feira e conduziram a expansão do horário de funcionamento para o período noturno (GOMES, 2012).

A expansão urbana e os novos negócios, no entanto, acabou atraindo feirantes para feiras de periferia, período em que a Feira Central passou a ser chamada de “feirona” (Figura 8). Esse processo ocorreu em paralelo à perda de expressão e competitividade das outras colônias agrícolas no abastecimento de Campo Grande. Também isso ocorria, quando parte dos imigrantes chacareiros de Okinawa, estava desistindo do cultivo, substituindo a moradia rural pela urbana.



Figura 9 - Feira Central, 1987

Fonte: Acervo Secretaria do Planejamento Urbano de Campo Grande/MS

Os feirantes imigrantes de *Okinawa* foram se impondo como presença na Feira. Em 1992, eles representavam 30,77% e as barracas de sobá 15,4% do total (ARCA, 1995).

A Feira Central passou fazer parte do cotidiano da cidade e recebeu o *status* de “atrativo turístico” na cidade. O público frequentador era crescente, a população tinha o hábito de sair de festas para ir à feira se alimentar, os alimentos mais consumidos eram o Sobá e o Espetinho. Durante o dia prevalecia o comércio de frutas e verduras pelas donas de casa. (CALADO, 2010).

O comportamento aberto e observador dos okinawanos, aliado as habilidades comerciais, os comerciantes foram adaptando o Sobá de acordo com o gosto dos fregueses da feira. (GOMES, 2012). O Sobá foi sendo modificado, apropriado e ressignificado pela população local.

A Feira Central inseriu-se na conjuntura social, fazendo parte das vivências dos campo-grandenses, tornando-se marco histórico. Porém, os impactos do crescimento da feira eram diversos como a questão sanitária, organização e precariedade das instalações. A dificuldade de estacionamento para os veículos dos feirantes, mesmo com a utilização de terrenos vazios no entorno, considerando que a maioria dos feirantes já possuíam veículo próprio. Havia também a dificuldade de

estacionamento para os visitantes, além de que os moradores reclamavam por terem suas garagens fechadas por veículos estacionados em frente as suas residências. Outro aspecto apresentado preocupante era a segurança do local, pois ocorriam frequentemente atos de vandalismos na Feira.

Com o passar dos anos, a chegada das grandes redes de supermercado em diversos locais da cidade, trouxe a população campo-grandense novas formas de consumo e preços diferenciados, horários mais abrangentes e produtos de lugares mais distantes, alterando os modos de consumo. (CALADO, 2010). Existia também a preocupação com o crescimento urbano desordenado, os urbanistas passaram a repensar o espaço da feira. Em 1987 um grupo de investidores estava interessado em instalar ao lado da feira um *shopping*, este projeto apesar de aprovado pelo prefeito não saiu do papel. (CALADO, 2010). O PLANURB apresentou propostas de locais de instalação para Feira Central em áreas contempladas pela Lei de Uso do Solo, ou seja, poderiam ser utilizadas para fins públicos. (CALADO, 2010). Tais projetos e seus locais foram analisados, considerando os problemas urbanos, justificativa apresentada pelo PLANURB em 1987, onde a organização urbana era em princípio a solução para os problemas da cidade. (CALADO, 2010). A preocupação era a tentativa de “organizar a feira”, como elemento ligado aos processos modernos de urbanização. (CALADO, 2010).

Inserida no cotidiano da população, a Feira passou a ser vista não somente como um lugar de comércio e abastecimento, mas também como patrimônio da turístico da cidade, despertando os olhares e ideias de organização pelo Poder Público, com a intensão de acompanhar o processo de urbanização que ocorria globalmente. A equipe de planejamento do Poder Público, passou a pensar em um local fixo para a Feira Central, mais protegido, dotado dos necessários padrões de higiene e com amplo local para estacionamento. (GOMES, 2012).

Em 16 de dezembro 2004 o foi criado o decreto do Poder Municipal, que transferia a Feira Central para o espaço antes ocupado pela Esplanada Ferroviária, com uma nova estrutura organizacional. Passou a ocupar uma área de 13 mil metros quadrados, sendo 8,5 mil m² cobertos. A feira foi organizada com a estrutura de galpões e estrutura metálica no espaço principal da feira. Conta com estrutura sanitária adequada, redes de água e esgoto, iluminação e espaço para eventos. A área de circulação de visitantes, que anteriormente era de quatro metros de largura, passou para seis metros (Unidade de Planejamento Urbano de Campo Grande -

PLANURB, 2005). (Figura 9).



Figura 10 - Barraca na Feira Central
Fonte: Acervo da pesquisadora

No entanto, nem todos os feirantes apresentaram condições para cumprir e custear todas as exigências para se estabelecer nesse novo local.

Nós tinha barraca na feira né, trabalhava todo mundo da família. Cada um vendia um pouco da produção, uns vendia tomate e verdura, outros vendia cenoura, batata-doce, chuchu, depende do período. Quando mudou a feira mudou, não foi todo mundo, porque não tinha condição, foi só meu tio que conseguiu, fez até empréstimo no banco. (ENTREVISTADO J, 2019)

Para aqueles que integraram esse novo espaço, além do sobá, yakisoba e espetinho com mandioca, acrescentou opções com artesanato e comércio variado. Também a Feira Central passou a sediar uma série de eventos, como o Festival do Sobá no mês de agosto, dentre outras atividades tradicionais, fortalecendo-lhe ainda o papel de espaço de atração turística. Em 2018, durante a realização do XII Festival do Sobá foi celebrado pelo Poder Municipal, o ato de registro da Feira Central como patrimônio cultural e imaterial municipal na categoria lugar. Assim se expressou a imprensa da Federação do Comércio do MS – Fecomércio MS (2018):

“Reconhecimento que valoriza um espaço que se identifica com a cidade e com a essência da nossa gente”, comemorou a presidente

da Associação da Feira Central e Turística de Campo Grande (Afecetur).³

Por outro lado, os feirantes que não se estabeleceram no novo local, foram em busca de novos lugares para venderem seus produtos, como estratégia estabeleceram-se em diversas feiras nos bairros da cidade, com o funcionamento de terça-feira a sábado, alternando-se os dias em cada bairro⁴. Desta forma, o feirante pode ampliar seu alcance de vendas, disponibilizando seus produtos hortícolas a um maior número de pessoas.

4.3.2 Novas oportunidades no ambiente urbano e novos esquemas de ação empreendedora

Importante salientar que, as novas lógicas estratégicas de longo prazo estabelecidas entre os imigrantes okinawanos que decidiram permanecer em Campo Grande, assim como o forte crescimento populacional que esta cidade vinha conhecendo, concorreram fortemente para modificações nos esquemas de ação das famílias okinawanas.

De um lado, como se pôde verificar, os avanços da urbanização sobre as áreas das chácaras de maior proximidade do centro, a partir da década de 1960, contribuíram para a alteração da natureza dos empreendimentos. De outro, o objetivo de se fixar e preparar os filhos para uma formação superior também contribuiu para alterar os planos das famílias okinawanas

De fato, o mercado de comércio, serviços e transformação de produtos agrícolas foi se tornando cada vez mais atraente para os empreendedores okinawanos. Em 1940, Campo Grande chegou a se constituir na maior cidade do Centro-Oeste e em 1950 sua órbita de influência chegou a atingir ao Sul, Nioaque e Dourados e ao Norte, a cidade de Cuiabá (LE BOURLEGAT, 2000). Entre 1950 a 1980, a população da cidade foi sendo duplicada a cada década (Censos do IBGE) e em 1960 ela conheceu um forte fenômeno de especulação imobiliária (LE BOURLEGAT, 2000). A década 1950, segundo a autora também foi marcada pelo

³ Disponível em: <http://www.fecomercio-ms.com.br/feira-central-da-capital-sera-declarada-patrimonio-cultural/>. Acesso em 21/12/2018. 16:33h)

⁴ A informação sobre os bairros, dias da semana e horários funcionamento pode ser encontrada no site da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, - SEMADUR atualmente no endereço: <http://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/artigos/feiras-livres/> (acesso em 14/01/2019, 15:54h).

surgimento das máquinas de beneficiamento de arroz e café, além do que, em 1958, Campo Grande já contava com 885 estabelecimentos comerciais, enquanto a década de 1960 tinha sido marcada pelo surgimento de novos equipamentos públicos e de serviços. Tratava-se de um novo ambiente de oportunidades ao estabelecimento de empreendimentos urbanos, não ignorado pelas famílias que haviam se fixado antes na zona rural.

A atuação das famílias no âmbito urbano é retratada nos relatos sobre profissões desempenhadas pelos imigrantes homens como se pôde verificar, por exemplo, na fala do entrevistado 1 (2019) “Os pais do meu pai tinham comércio, vieram pra cidade e montaram um bolicho. [...] Na Calógeras com a Antônio Maria Coelho”.

O avô do Entrevistado C (2019) utilizou os recursos adquiridos no trabalho na estrada de ferro para comprar uma propriedade e passou a produzir folhagens e carne suína. Conforme o negócio prosperava, segundo seu relato, o avô adquiriu caminhão para a distribuição dos produtos até abrir seu próprio comércio. “Meu avô foi abastecendo as feiras na cidade e abriu um sacolão na rua Calógeras” (ENTREVISTADO, C, 2019. A família trabalhava em forma cooperativa, onde todos tinham suas responsabilidades. No caso do Entrevistado C, o trabalho familiar era realizado no sacolão os avós, seus pais e netos. Havia brasileiros empregados nesse negócio, porém o controle das finanças, era exercido exclusivamente pela família.

De todo modo, mesmo que as famílias tenham optado por desenvolver empreendimentos no ambiente urbano, sejam de comércio, serviços ou beneficiamento de arroz e café, os relatos dos entrevistados ajudaram a constatar que o grande objetivo da família que permaneceu em Campo Grande passou a ser o de contribuir para a formação profissional dos filhos, como se pode observar na fala da entrevistada B (2019). “Então o Japonês que veio do Japão veio pra formar os filhos, aqui também né, já que não dava pra voltar [...]”. Ainda que houvesse o engajamento dos filhos nas atividades econômicas que exerciam, eles não eram preparados para suceder os pais nesse negócio.

Eu explico uma coisa pra você: a geração da minha mãe e daquela um pouquinho mais jovem que a minha mãe, entraram no comércio, mas eles nunca queriam que os filhos ficassem no comércio. (ENTREVISTADA B, 2019).

Nesse caso, eram escolhidas profissões que permitissem à família atingir um patamar de prestígio social superior àquele do qual usufruíam, a exemplo da situação relatada a seguir:

A maioria dos japoneses querem que os filhos façam, medicina, engenharia, dentista e não ficar no comércio, porque os pais achavam que o comércio era pra quem não tinha estudo [...]. Todos os filhos tinham que estudar, tinham que ter uma profissão. E assim foi. A grande maioria não foi trabalhar no comércio. Estudou pra ser advogado, médico, tem várias profissões. (ENTREVISTADA B, 2019)

Deduz-se que, se de um lado, a opção por permanecer no território de destino ocorria num momento de maior estabilidade econômica, de outro, a situação de vulnerabilidade a ser vencida era a da distância que essa coletividade ainda mantinha em relação ao status e poder exercido pelas elites sociais. Isso significava que além de ascender economicamente, havia necessidade de também ascender socialmente. A formação profissional de prestígio no ensino superior, utilizada como esquema de ação, deveria permitir que num futuro próximo, seus filhos exercessem funções urbanas liberais consideradas de prestígio.

Ao ser indagada sobre como os imigrantes de origem okinawa viam o futuro dos filhos, a entrevistada B informou que seus pais não queriam que os filhos passassem as dificuldades que eles enfrentaram.

Esse planejamento feito a longo prazo em família, passara a exigir um compromisso familiar, num esforço comum para atingi-lo. Para isso, todos deviam contribuir, de modo que em um período trabalhavam e no outro iam para a escola. Trata-se, segundo Bertaux (1979), de uma situação em que se relações sociais são organizadas no âmbito da família, como estratégia coletiva, frente a decisões tomadas em direção a um projeto futuro de interesse comum, que permitam reposicionar a trajetória social familiar.

O comprometimento da família na formação dos filhos tornou-se um desejo manifesto dos pais e exigência familiar, que começava desde. Esse tipo de formação profissional de reconhecimento social passou a ser uma exigência familiar que partia dos pais.

Eu vejo assim, que Meus pais sempre foram muito exigentes comigo e com os meus irmãos. De manhã a gente ia pra escola e a tarde tinha que ajudar na mercearia.(ENTREVISTADA B, 2019).

Na tradição da cultura okinawana, o filho mais velho fica responsável pelo cuidado com a família. Nesse sentido, a ele é dada a prioridade para essa formação profissional de maior prestígio. Esse esforço se deu desde a fase inicial, mesmo quando a escolarização não chegava ao nível superior. Pode-se constatar essa situação vivida, relatada pelo Entrevistado I (2019)

A lógica da família dos que vinham pra cá, quem estudava era o filho mais velho. Toda a família trabalhava para formar esse filho mais velho, porque eram muito pobres mesmo. Lembro que a gente tomava guaraná só no *isso quati*. *Isso quati* era o ano novo.[...] Eles não tinham esta história de estudar, mas sim os filhos né? E eu sou o mais velho. Meu tio Chico obrigou meu primo a fazer engenharia. Ele falou assim: escolhe! Engenharia, medicina ou advocacia (ENTREVISTADO I, 2019).

Praticamente não se obteve relato das atividades profissionais das mulheres dos imigrantes. Por meio da fala dos entrevistados, foi possível, verificar que a elas dificilmente era dada a oportunidade de estudar. O Entrevistado I (2019) relata a frustração da sua mãe porque não conseguiu estudar: “Minha mãe era muito inteligente {...} Ela queria ser professora. E na lógica da família quem estudava era o filho mais velho”.

A preocupação relativa à ascensão social a partir do estudo é relevante nos relatos dos entrevistados. Observa-se que as famílias exigiam de seus filhos dedicação aos estudos. “*Era uma vergonha para a o filho que não estudava, que não ia pra faculdade*”. (ENTREVISTADO D, 2019).

Nossos pais trabalhavam duro na roça, né? Daí os filhos tinham que estudar e ter uma profissão, ajudar a família. Como meu pai falava que meu avô sofreu muito, passou muita dificuldade, né? Ele queria que fossem estudados. Era até uma forma de homenagear meu avô, que morreu. (ENTREVISTADO, D)

Alguns pais, da 1ª e 2ª gerações, ainda hoje consideram uma “traição” o fato de os filhos não quererem estudar até níveis mais elevados. De fato, as trajetórias individuais e familiares indicam que a escolaridade de níveis mais elevados é procurada e atingida pela maior parte. (DEMARTINI, 2002, p. 144).

Meu pai parou de estudar, mas ele não era o filho mais velho. Na parte da minha mãe o meu tio era o mais velho. Ele fez medicina em São Paulo. Acabou construindo um hospital. Ele já faleceu, era ortopedista. (ENTREVISTADO I, 2019)

Entretanto, também foi possível verificar que a regra de estudar apenas o filho mais velho não foi predominante em todas as famílias. Entre os entrevistados apareceram relatos de famílias cujos esforços se voltaram para que todos pudessem usufruir dessa mesma oportunidade que os estudos poderiam proporcionar. As formações mais valorizadas passaram a ser aquelas dos profissionais liberais e alguns conseguiram galgar posições de prestígio.

Hoje maioria é médico, é engenheiro, é promotor, é juíza, tem laboratório, a maioria seguiu por este caminho. [...] Pra você ver hoje o delegado da Receita Federal é Japonês né? [...] Meu irmão foi diretor do Hospital Militar. (ENTREVISTADA B, 2019)

Desse modo, os empreendimentos das novas gerações de imigrantes, segundo os relatos dos entrevistados de segunda e terceira geração, voltam-se basicamente para o exercício das profissões liberais e mesmo empresariais, resultantes desse esforço formativo de cumplicidade familiar. Foram verificados casos em que a família também ajudou o filho formado a se estabelecer, a exemplo do relato que segue:

Estudei faculdade de farmácia na Universidade Federal, daí fui trabalhar em uma grande rede de farmácias, fiquei lá por 10 anos. Depois meu pai me ajudou a abrir a farmácia. No início foi bem difícil, fiz empréstimo, trabalhamos duro de domingo a domingo. Hoje temos 5 farmácias em Campo Grande, minha irmã trabalha comigo ela fez administração, agora depois de 8 anos que eu folgo no final de semana. (ENTREVISTADO H, 2019).

Desse modo, a segunda e terceira gerações dos empreendedores okinawanos, de modo geral, em especial a do sexo masculino, passou a exercer profissões liberais consideradas de prestígio. O comércio e serviços, em função do processo histórico de origem e permanência na cidade, não era visto com o mesmo olhar de prestígio, conforme se pode verificar na fala a seguir de uma representante da segunda geração de okinawanos em Campo Grande.

A maioria dessa geração minha é dentista é doutor. São poucos que entraram no comércio. [...] Meu marido é engenheiro, ele não queria entrar no comércio". (ENTREVISTADA B, 2019)

Mas também foram identificados alguns casos de segunda geração que seguiram a atividade comercial, diante de oportunidades detectadas.

Eu tenho duas lojas de material de construção. Quando o meu pai foi construir a mercearia, precisava comprar material e daí eu fiquei observando. Daí eu e o meu marido abrimos. [...] Hoje eu que cuido, e a minha meta é crescer. [...] O pessoal fala de crise, mas eu não vejo essa crise que eles falam, nesses últimos anos minhas vendas só aumentaram, no entanto que abrimos outra loja. (ENTREVISTADA B, 2019)

A minha família veio da Argentina pra trabalhar na feira. Abrimos lanchonete, vendia salgado, suco, refrigerante. [...] Era perto da Santa Casa. [...] Mas todo mundo foi parando né, os filhos se formaram. [...] Meu filho continua com restaurante no bairro Taveirópolis. (ENTREVISTADA J, 2019)

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS DO CAPÍTULO

A discussão dos dados coletados, feita por meio da metodologia da triangulação, permitiu identificar as particularidades do empreendedorismo okinawano durante o processo de territorialização em Campo Grande/MS, nas três fases migratórias. Foi possível avaliar as características do comportamento empreendedor no enquadramento dos acordos estabelecidos, das estratégias a longo prazo estabelecidas pelos imigrantes, assim como da realidade enfrentada no território de destino.

Nesse processo, foi importante identificar, antes de tudo, o modo de ser dos povos okinawanos na conjuntura histórica de origem. As experiências tradicionais no comércio marítimo, enquanto Ilhas independentes de Ryukyu seguidas de situações de submissão, seja à China ou ao Japão e ainda de guerras, e catástrofes naturais, marcaram a vida e definiram um modo de ser típico desses povos. Algumas características puderam ser identificadas, tais como o comportamento social baseado na gentileza que lhe é típico, o espírito coletivo e as práticas solidárias desenvolvidos por ocasião da necessidade de produzir a terra de forma coletiva (sistema Jiwari-Sei), a cultura de defesa sem necessidade de armas (Karatê).

O primeiro momento migratório, cujo cenário foi dado pelos acordos entre os países e pela situação oferecida nas fazendas de café, mesmo diante da política de acesso à terra em Campo Grande, foi caracterizado por formas de empreendimento

por necessidade. Diante das condições dadas, esses empreendimentos étnicos funcionaram como auto emprego. Embora o desejo desses imigrantes fosse o de retornar ao seu país de origem, poucos deles conseguiram atingir esse objetivo, diante da situação de vulnerabilidade e pobreza predominante nessa época. Mantiveram-se, praticamente, de um lado, em função dos recursos da própria cultura, como aqueles do saber já incorporado a respeito da prática agrícola, do espírito coletivo para atuar. De outro, extraíram recursos das próprias relações sociais que estabeleceram entre si (família e comunidade dentro das colônias). Também procuraram usufruir dos recursos externos proporcionados pela possibilidade de arrendar terras e acessar o mercado urbano, dos moradores e mais tarde dos quarteis. Por fim, nesse esforço de sobrevivência, também conseguiram aprender com as experiências locais, seja no cultivo do arroz, na produção da aguardente, entre outros.

O segundo momento migratório, marcado por oportunidades proporcionadas por formas semelhantes à do acordo anterior entre os países, com o suporte e subsídios das colonizadoras japonesas, inclusive de acesso a financiamentos, resultou em empreendimentos de natureza mais capitalista. Nessa circunstância, emergiram colônias e empreendedores mais bem estruturados e sucedidos, mas nem todos permaneceram, uma vez que estratégia era a de acumular recursos para o retorno.

Já no terceiro momento, com oportunidades semelhantes às do segundo, por um lado, as colônias não envolveram o Município de Campo Grande e, portanto, parte dos impactos ocorreram fora dele. De outro lado, os imigrantes não viram sentido em planejar o retorno ao seu país, derrotado durante a Segunda Guerra. No território de destino também as oportunidades de negócio tinham sido ampliadas, não só para os recém-chegados como para quem já se encontrava nele desde o início.

Nesse período, além dos recursos mobilizados das circunstâncias dadas pelo processo migratório, os okinawanos continuaram se valendo dos recursos étnicos ligados às competências da cultura, assim como os recursos sociais extraídos das relações em família e comunidade. Não se pode menosprezar nesse período, os recursos proporcionados pelo mercado urbano e fora deles, assim como do aprendizado construído com as experiências adquiridas no território de destino. Foi possível deduzir que a cultura de origem e as redes sociais estabelecidas por meio da família e das comunidades okinawanas foram consideradas fundamentais nesse

processo. É preciso salientar, no entanto, que o objetivo estratégico de estudar os filhos, de modo a se formarem em profissões de prestígio, contribuiu para mudar o quadro de vida de grande parte das famílias okinawanas. No período da pesquisa, era diminuto o número de famílias que ainda cultivavam no campo e, por outro lado, expressivo o número de profissionais liberais de origem okinawa de segunda e terceira geração que atua no espaço urbano. Essa situação leva a considerar que no planejamento estratégico okinawano de longo prazo, os empreendimentos, ainda que tocados pela família, não tinham previsão de sucessão familiar. Isso também ajuda a explicar a grande parte de seu desaparecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se pôde verificar, a análise e interpretação da combinação triangulada entre a contextualização histórica (das origens, processo migratório e território de destino), os dados objetivos e os subjetivos dos okinawanos e descendentes, permitiu a comprovação da hipótese construída na busca da explicação para as formas manifestadas de empreendedorismo étnico em sua territorialização, que favoreceram seu desenvolvimento.

O trabalho de pesquisa permitiu comprovar a hipótese de que o desenvolvimento dos imigrantes okinawanos no Município de Campo Grande emergiu da endogeneização de suas capacidades protagonizadas de forma empreendedora. O povo okinawano, como se pôde constatar, possui seu próprio modo de ser e negociar, com uma cultura aberta e pacificadora. Observou-se que historicamente os recursos étnicos mobilizados pelos imigrantes fomentaram comportamentos estratégicos de organização coletiva e familiar, que favoreceram a articulação das relações sociais com a população do novo território. Foi possível vislumbrar comportamentos empreendedores de natureza étnica, tanto em situações de necessidade, como de oportunidade, no entanto com impactos diferenciados. Em ambas situações, tanto os recursos da cultura de origem como aqueles mobilizados do próprio meio social (família e comunidade) foram considerados fundamentais. Mas não podem ser menosprezados os recursos proporcionados no território de destino. Também se mostraram relevantes recursos disponibilizados por meio de acordos estabelecidos entre os países de origem e destino em processos migratórios.

Em situação de necessidade, esses recursos mobilizados contribuíram muito mais para a manutenção da própria sobrevivência, o que nem sempre significou sair do estado de vulnerabilidade. Diante da necessidade de sobrevivência no território, passou-se a estabelecer táticas específicas para o trabalho das famílias em chácaras arrendadas. Os saberes e competências construídas no país de origem foram resgatados, como se pôde verificar, entre outros, para empreender o cultivo nas chácaras. Para essa natureza de empreendimento, o trabalho familiar foi considerado fundamental, assim como para a prática da comercialização. Mas do espírito solidário também se extraiu recursos da comunidade, que permitiram empreender, tais como financeiros por meio do *moai* ou da construção das moradias por meio do *mutirão*, entre outros. Conforme se constatou, o sistema *moai* foi amplamente utilizado para

financiar a compra parcelada das propriedades, permitindo que as famílias se tornassem, aos poucos, proprietários das chácaras. Foram ainda criadas cooperativas e associações, visando minimizar custos e ampliar os ganhos, além de poder compartilhar os conhecimentos adquiridos.

Continuar empreendendo para garantir sua manutenção e da família ou melhorá-la também não excluiu a necessidade de aprender com os moradores do lugar, por meio de relações estabelecidas com eles. Foram os casos da diversificação das sementes ou do aprendizado sobre a cachaça. Ainda no ambiente do território de destino, as possibilidades de consumo, a exemplo dos moradores e, posteriormente, dos quarteis, significaram recursos de comercialização, que permitiram a melhoria do empreendimento.

Conforme o pressuposto, para esse processo empreendedor concorreram não só as estratégias de longo prazo relacionadas à decisão sobre a permanência ou retorno do imigrante. A estratégia de permanência no país, estabelecida pelos imigrantes okinawanos se constituiu num importante determinante das formas de comportamento étnico em relação aos empreendimentos. O esforço pela aquisição de terras ou de outros bens fixos se manifestou muito mais entre aqueles que estabeleceram estratégias a longo prazo. Estas ocorreram, tanto entre aqueles que verificaram a dificuldade de retornar, como entre os que já chegaram com a decisão de permanecer definitivamente no país de destino, em função das grandes dificuldades apresentadas no país de origem num cenário de futuro. O comportamento das comunidades que implantaram escolas, que pudessem manter a própria identidade e reproduzi-la às gerações seguintes marcou os imigrantes com estratégias de curta permanência no país de destino. Nas circunstâncias dadas na primeira fase migratória, em que o imigrante pretendia retornar a seu país de origem, as escolas não se resumiram a um simples espaço de escolarização dos filhos. Eram também eram consideradas local de reprodução das práticas culturais de coletividades constituídas por famílias que pretendiam retornar. As estratégias de longa permanência passaram a se manifestar somente no último processo migratório, quando não se verificaram mais possibilidades de retorno, num país derrotado pela guerra. Nessa fase, os filhos passaram a ser preparados para uma formação profissional de maior prestígio dentro do país de destino, numa tática silenciosa de redução da distância do poder. Neste caso, diferente do momento anterior, tornou-se estratégico sua entrada em escolas brasileiras, o que em grande parte ajuda a

explicar o desaparecimento das escolas de cultura japonesa. Outro fator importante foi a busca por representatividade da comunidade nas entidades e órgãos do poder público, sejam por concurso ou por eleição. Nesta nova fase, a manutenção da cultura ficou a cargo das associações. É preciso lembrar também que neste momento os comportamentos étnicos para empreender já não eram induzidos por necessidade e sim por oportunidade.

Por outro lado, o trabalho de pesquisa permitiu verificar a importância exercida por determinadas circunstâncias aos empreendimentos étnicos, em termos de recursos, proporcionadas pelos acordos entre países de origem e de destino. Eles podem, inclusive, contribuir para alterar uma situação de necessidade por aquela de oportunidade. Foi o caso dos acordos que fizeram parte do segundo e terceiro processo migratório, com subsídios e incentivos proporcionados pelos dois governos. Observou-se que na primeira fase migratória, os okinawanos enfrentaram, todo o tipo de dificuldade para ajustarem às condições dadas no novo território, dependendo principalmente dos próprios recursos. Já no caso dos outros dois processos migratórios, as colônias receberam, entre outros, suporte financeiro e mercado garantido para comercialização.

No que tange às estratégias de permanência ou retorno estabelecidas pelo imigrante, também se pôde verificar que essas finalidades variaram em função de circunstâncias de necessidade ou de oportunidade, ainda que o sentimento de pertença à etnia pesasse fortemente para o sonho do retorno.

Exerceram forte peso para o sucesso dos empreendimentos étnicos as diversas naturezas de recursos do meio social dos quais os okinawanos conseguiram usufruir em diferentes contextos. A endogeneização das capacidades de articulação de recursos culturais nas relações sociais e econômicas do imigrante, emergiu nas experiências relatadas no território vivido, num processo de adaptação ao novo território, utilizando-se de saberes tradicionais, conhecimentos, competências e habilidades, com o objetivo alcançar a autonomia no território.

Foi possível constatar nesse processo, que para a manifestação do empreendedorismo do imigrante okinawano concorreram diversas naturezas de recursos construídos em variados contextos socioculturais, ou sejam: (1) recursos construídos no contexto da cultura de origem; (2) recursos construídos no contexto do processo migratório; (3) recursos construídos no contexto do território de destino; (4) recursos construídos no contexto da comunidade; (5) recursos construídos no

contexto da família. Os recursos étnicos construídos no contexto da cultura de origem combinaram-se àqueles construídos no contexto do processo migratório e, posteriormente ao do contexto do território de destino, estes últimos sobretudo, no contexto familiar e da comunidade no qual cada família se inseriu.

Tais recursos, construídos sob forma de novas competências, foram sendo associados às estratégias estabelecidas a longo prazo, de modo a garantir não somente a permanência, como também a ascensão social dos imigrantes okinawanos e sua descendência em Campo Grande/MS. Também foram os recursos construídos por meio de vínculos de compromisso familiar que, por meio de estratégias estabelecidas em longo prazo, permitiram uma ascensão da posição ocupada pela família no seio da sociedade de destino. Isso ajudou a explicar a quantidade marcante do atual número de profissionais liberais que atualmente usufruem de prestígio social. Nesse processo, a cultura okinawana consolidada e incorporada no local de destino, passou a usufruir do reconhecimento dos campo-grandenses como parte da tradição local. Marcas desta tradição cultural fazem parte da paisagem da cidade, dos hábitos de consumo alimentação e do imaginário coletivo de quem vivem na cidade e para aqueles que a ela são apresentados.

A pesquisa chama atenção para um novo olhar a ser atribuído à bagagem étnica trazida pelos imigrantes, em termos de recursos (conhecimentos, competências e habilidades), estes que podem ser mobilizados em favor do desenvolvimento local, especialmente se o local de destino possibilitar oportunidades para manifestações de estratégias de longo prazo. Neste sentido, há que se repensar o tratamento do imigrante, não mais como mão de obra provisória, inferior e passível de ser descartada ou deportada e sim, como potencialidade em termos dos recursos étnicos aportados, proporcionando-lhe estruturas de acolhimento, em que tais potencialidades possam se manifestar.

Espera-se que os resultados da pesquisa possam trazer à reflexão políticas públicas mais ajustadas de acolhimento aos imigrantes, que possam contribuir para o empreendedorismo étnico por oportunidade, proporcionando-lhes condições mais dignas de trabalho e bem-estar.

Este trabalho não esgota os estudos de empreendedorismo étnico. Muito pelo contrário, mostra o quanto ainda há que se investigar sobre esse fenômeno. Sugere-se o avanço de novas pesquisas com óticas diversas, no intuito de proporcionar maior lucidez ao fenômeno migratório, diante de situações enfrentadas pelas comunidades

que atingem o país.

REFERÊNCIAS

AROCENA, J. **El desarrollo local, una aproximación conceptual**. Biblioteca de Publicaciones Periodicas, n. 3, Jan-dec, 2013. P. 6-13.

ÁVILA, V.F. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: edições UVA, 2006.

ARCA. Revista do Arquivo Histórico de Campo Grande. **A Ferrovia Noroeste do Brasil: colonização japonesa e alemã**. n. 2, Campo Grande, 1991.

ARRUDA, G. **A ferrovia e o povo do sertão**. ARCA: Revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande, Campo Grande - MS, n.2. 1992. p. 09-12.

ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA E CULTURAL NIPO-BRASILEIRA - AECNB. **Ayumi. A saga da colônia japonesa em Campo Grande**. Campo Grande: Sampaio Barros, 2005.

ASSOCIAÇÃO OKINAWA DE CAMPO GRANDE/ MS (AOCB). **Terra de Esperança Kibo no Daitsi**. Campo Grande: Life, 2019.

BARABÁSI, A. et al. **Evolution of the Social Network of Scientific Collaborations**. Physica A, 311. 2002.

BARTH, F. **Os grupos étnicos e suas fronteiras**. In: O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BERTAUX, D. **Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BOISIER, S. **¿Y si el desarrollo fuese una exigência sistémica?**. Cuadernos de Administración Universidad del Vale N. 29, junho de 2003. P. 48-178.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática**. In: ORTIZ, R. (Org.). Pierre Bourdieu. Sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81. BOURDIEU, P. Razões práticas: sobre a teoria da ação. 9. ed. Tradução Mariza Corrêa. Campinas/SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **As categorias do juízo professoral**. In: NOGUEIRA, M. A. (Org.). Escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 72-79. BOURDIEU, P. A miséria do mundo. 5 ed. Tradução Mateus S. Soares Azevedo. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL. Ministério de Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. **Tratado de Amizade, de Comércio e de Navegação: firmado em Paris a 5 de novembro de 1895**. Disponível em www2.mre.gov.br/dai/b_japa_01_2881.htm. Acesso em: 04/12/10.

BRITO, C. **A cultura japonesa em Campo Grande**. In. FUNCESP. Série Campo Grande. Ano I. Campo Grande-MS: Fundação Municipal de Cultura Esporte e Lazer; ARCA, p. 41-47, 1999.

BRITO, C. **Escola de japoneses**. A construção da etnicidade em Mato Grosso do Sul. Campo Grande-MS: UNIDERP, 2000.

BURCHELL, B. DEAKIN, S. HONEY, S. **The Employment Status of Individuals in Non-standard Employment**. Londres: British Department of Trade and Industry, 1999.

CALADO, L.M.R **Campo Grande e sua feira livre central**: conhecendo a cidade através da feira. Dissertação (Mestrado). Faculdades de Ciências Humanas, UFGD, Dourados/MS, 2010.

CANTILLON, R. **Ensaio Sobre a Natureza do Comércio em Geral (1755)**. Curitiba. Segasta, 2002.

CASTILLO-PALACIO, M., BATISTA-CANINO, R. e ZUÑIGA-COLLAZOS, A. **The Relationship between Culture and Entrepreneurship: from cultural dimensions of GLOBE Project**. Revista Espacios, vol. 38 (34), p. 12-25, 2017.

CARDOSO, R. C. L.. **Estrutura familiar e mobilidade social**: Estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo, Primus Comunicação, 1995.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice , 199, 2007.

COSTA, E. A. **Terenos - estado do Mato Grosso do Sul**: um produto de múltiplas territorialidades no coração do Cerrado brasileiro. In Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Uberlândia, v. 2, n. 1, p. 146-170, jan./jun. 2011.

COHEN, A. **The lesson of ethnicity**. In Urban Ethnicity. Londres: Tavistock, 1974.

CUCHE, Denys. **O Conceito de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DANA, L.P. **The development entrepreneurship in Macao and Hong Kong**: a comparative study. In Public Administration and Policy, p.61-72, março de 1999.

DE CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: morar, cozinhar. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Editora 34, v. 5, pp. 158-159. 11, 1997.

DEMATTEIS, G & GOVERNA, F. **Territorio y territorialidad en el desarrollo local**: la contribución del modelo SLOT. Boletín de la A.G.E. (38), p. 31-58, 2005.

DRUKER, P.F. **Inovação e espírito empreendedor**. Editora Pioneira, 1987.

FIELDING, N., E M. SCHREIER. **Introduction: On the Compatibility between Qualitative and Quantitative Research Methods**. Forum Qualitative Sozialforschung/ Forum: Qualitative Social Research (revista on-line), 2: 1 (54 parágrafos), 2001. Disponível em: <http://qualitative-research.net/fqs/fqs-eng.htm>. Acessado em 28 de novembro de 2019.

FILLION, L.J. **Empreendedorismo**: empreendedores e proprietários gerentes de pequenos negócios. Revista de Administração, vol. 34 (2), abril-junho de 1999. P. 5-28.

FREGETTO, E.. **Immigrant and ethnic entrepreneurship**: a U.S. perspective', in H.P. Welsch (ed.), Entrepreneurship: The Way Ahead, New York: Routledge, 2004. pp. 253–68.

FREIRE, J. **O auto-emprego**: alguns comentários sobre os dados recentes. In Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra: CES/UC, n.o40, pp. 137-151, 1994.

FREITAS, A. F.F. **Por uma Abordagem Relacional do Desenvolvimento Territorial Rural**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 54, No 04, p. 667-690, Out/Dez 2016

GARCIA, H.; MIRALLES, F.I. **Ikigai:os segredos dos japoneses para uma vida longa e feliz**. 1ª ed. Ed. Intrínseca. Rio de Janeiro. 2018.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. São Paulo: LTC, 2003.

GEORGE, G. e ZAHRA, S. **Culture and its consequences for entrepreneurship**. Entrepreneurship Theory and Practice, 26 (4), p. 5-9, 2002.

GLAZER, N.; MOYNIHAN, D.P; SCHELLING, C.S. **Ethnicity: theory and experience**. Cambridge: Harvard University, 1975

GÓIS, C. W. L. **Noções de Psicologia Comunitária**. Fortaleza: Viver, 2005.

GONÇALVES, H. A. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2º Ed. Avercamp, 2014.

GOMES, L. A.S. **Territorialização okinawa-utinanchú a partir do sobá em Campo Grande/MS**. Dissertação (Mestrado), Desenvolvimento Local, UCDB, Campo Grande, 2012.

GLEASON, P.. **Identifying identity**: a semantic history. In The Journal of American History, 69(4), p. 910-931, 1983.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Empreendedorismo no Brasil**. Recuperado de <http://gestaoportal.sebrae.com.br/customizado/estudos-e-esquisas/temas-estrategicos/empreendedorismo/Livro%20GEM%20Brasil%202011.pdf>, 2011.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&A, 2006.

HALTER, M. **Cultura econômica do empreendimento étnico: Caminhos da imigração ao empreendedorismo**. In RAE, (vol. 1), n. 47, p.116-123, 2007.

HANDA, T. **O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil**. São Paulo: T.A Queiroz/ Centro de Estudos Nipo Brasileiros, 1987.

HISRICH, R. D.; PETERS, M. P. **Empreendedorismo**. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HOFSTEDE, G. **Culture's consequences: comparing values, behaviors, institutions, and organizations across nations (2nd ed.)**, Sage Publications, Thousand Oaks, 2001.

HOWELL, D. **Ethnicity and Culture in Contemporary Japan**. In Journal of Contemporary History. (Vol. 31), n. 1, p. 171-190, 1996.

ITOKAZU, N. **As razões da emigração dos okinawanos**. In Imigração Okinawana no Brasil. Yssamu Yamashiro (org.). São Paulo: Associação Okinawa Kenjin do Brasil, 2000. p. 33-55.

ITOKAZU, N. **O Surgimento de uma nova comunidade Nikkey**. In Imigração Okinawana no Brasil. Yssamu Yamashiro (org.).São Paulo: Associação Okinawa Kenjin do Brasil, 2000.

JONES, T., BARRETT, G. E MCEVOY, D. **Market Potential as a Decisive Influence on the Performance of Ethnic Minority Business**. In J. Rath (ed.), Immigrant businesses. The economic, political e social environment, Londres: Macmillan Press, Ltd, pp. 37-53, 2000

JORNAL NIPPO BRASIL. **História e Cultura Japonesa**. Disponível em www.nippoBrasil.com.br. Acesso em: 04/12/17.

JULIEN, P.A.. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

KANASHIRO, Y. **Adaptação dos imigrantes à nova terra**. In Imigração Okinawana no Brasil. Yssamu Yamashiro (org.).São Paulo: Associação Okinawa Kenjin do Brasil, 2000. p.57-72.p. 73-84.

KELLE, U. **Sociological Explanations between Micro and Macro and the Integration of Qualitative and Quantitative Methods**. Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research (revista on-line), v.2 (1), artigo 5, 2001. Disponível em <http://www.qualitative-research.net/fqs/> Acesso em 28 de novembro de 2019

KLOOSTERMAN R., DER LEIN, J.B e RATH, J. **Mixed Embeddedness (In) formal Economic Activities and Immigrant Business in the Netherlands**. In international Journal of Urban and Regional Research, n. 23, 2002.

KLOOSTERMAN R. e RATH, J **Immigrant entrepreneurs in advanced economies: mixed embeddedness further explored**. In Journal of Ethnic and Migration Studies, volume 27, 2001.

KLUCKHOHN, C. **The study of culture**. Lerner, D. & Lasswell, H.D. (Eds.), The policy sciences. Stanford, CA: Stanford University Press, 1951.

KONNO, S. **Retornando à casa: o culto aos antepassados okinawanos**. Dissertação (mestrado). EACH-USP, São Paulo, 2016.

KUBOTA, N. F. L. . **Manutenção das tradições na família japonesa em Campo Grande - MS**. In REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana. Ano XVI n. 30. Editora CSEM, Brasília, 2008.

KUBOTA, N.F. L. **Relatos de chegada: imigrantes japoneses em Campo Grande**. Revista Aurora, vol. 1 (2), junho de 2008, p. 57-68.

LATHAM, A. **Urbanity, lifestyle and making sense of the new urban cultural economy**. Notes, 2003.

LE BOURLEGAT, C. A. **Desenvolvimento local na abordagem territorial do atual sistema-mundo**. In O papel da universidade no desenvolvimento local: experiências brasileiras e canadenses. Gaetan Tremblay & Paulo Freire Vieira (orgs). Florianópolis: APED/ SECCO, 2011.

LE BOURLEGAT, C.A. **Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço-temporais**. São Paulo: UNESP, Tese (Doutorado), 2000.

LE BOURLEGAT, C.A. **Os Territórios e suas abordagens no desenvolvimento regional/local**. XX Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. XVIII Workshop Amprotec – Desbravando Campos Inovadores, Desenvolvimento Empreendimentos Sustentáveis. Campo Grande. 2010.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Malden, MA: Blackwell, 1991.

LESSER, J. **Uma diáspora descontente: Os nipo-brasileiros e os significados da militância étnica 1960-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LORDKIPANIDZE, M.; BREZET, H.; BACKMAN, M. **The entrepreneurship factor in sustainable tourism development**. In Journal of Cleaner Production, v. 13, n. 8, p. 787-798, 2005.

MACHADO, F.L. **Luso-africanos em Portugal: nas margens da etnicidade**, in Sociologia -Problemas e Práticas, nº16, pp.111-134, 1994.

MAFFESOLI, M. **Elogio da razão sensível**. Petrópolis: Vozes, 1998.

MASUREL, E., P. NIJKAMP and G. VINDIGNI. **Breeding places for ethnic entrepreneurs: a comparative marketing approach**, *Entrepreneurship & Regional Development*, 16, 77–86, 2004.

MATURANA, H. e VARELA, F. **Autopoiesis and cognition; the organization of the living**. Boston: Reidel, 1980.

MORIN, E. **Da necessidade de um pensamento complexo**. In Para navegar no século XXI – Tecnologias do Imaginário e Cibercultura. (orgs) Juremir Machado da Silva e Francisco Menezes Martins. Editora Sulina, 1999

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NISHIMOTO, M.M.. **Herança cultural e trajetórias sociais nas memórias de professoras aposentadas de origem japonesa**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação), UFMS, Campo Grande, 2011.

NIPPO Brasil. **Colonização: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul**. Especial 111 anos – imigração japonesa: de 18 de junho de 1908 a 18 de junho de 2019. Disponível em http://www.nippobrasil.com.br/4.imigracao_japonesa/18.php. Acesso em 2 de dezembro de 2019.

NWANKWO, S. **Characterisation of black african entrepreneurship in the UK: a pilot study**. In *Journal of Small Business and Enterprise Development*. (12), n. 1, p.120-137, 2005.

OLIVEIRA, C. e A. Inácio. **Nacionalizações em Portugal (1985-1996)**. Working Paper Series #11, Lisboa: SociNova, 1999.

PAIVA, O. C. **Histórias da (I)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI** / São Paulo : Arquivo Público do Estado, 2013. PDF (Coleção Ensino & Memória, 2)

PAMPLONA, J. B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos: auto-emprego e reestruturação produtiva no Brasil**. São Paulo: Germinal, São Paulo: FAPESP, 2001.

PARKER, S. C. **The Economics of Self-Employment and Entrepreneurship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento local para uma economia dos territórios**. Paris, 2000.

PHINNEY, J. **Ethnic identity: Development and contextual perspectives**. In *Congresso Culture & Diversity in Psychology and Education*, 2004. Disponível em: <http://.nd.edu/~mri/ccd/2004/abstract/phinney.pdf> . Acessado em 22/07/2018

PHINNEY, J.S., HORENKZIK, G.,LIEBKIND, K.,VEDDER, P. **Ethnic Identity, Immigration, and well-being: an interactional perspective**. In *Journal of Social Issues*, (v. 57), 3, p.493-510, setembro de 2002.

PHINNEY, J.S. **Ethnic identity in adolescence and adulthood**: In Psychological Bulletin, (108), p. 499-514, 1990.

PIRES, R.S. **Os outros japoneses**: festivais e construção identitária na comunidade okinawana da cidade de São Paulo. Tese. FFCLH/USP, São Paulo, 2016

PINILLOS M.J. & REYES L. **Relationship between individualist–collectivist culture and entrepreneurial activity**: evidence from Global Entrepreneurship Monitor data. Small Business Economics, 37(1), 23-37, 2011.

POPPER, K. R. **Conhecimento objetivo**: uma abordagem evolucionária. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1975.

PORTES, A. E ZHOU, M., **Entrepreneurship and Economic Progress in the 1990s**: a comparative analysis of Immigrants e African Americans. In F. Bean e S. Bell-Rose (eds.), Immigration and opportunity. Race, Ethnicity, and Employment in the United States, New York: Russell Sage Foundation, pp.143-171, 1999.

RAMOS, A.. **As culturas negras no Novo Mundo**. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FERNART, J. **Teorias da etnicidade seguidos de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrick Barth**. Trad. Elcio Fernandes. São Paulo: Unesp, 1998

RATH, J.; KLOOSTERMAN, R. **Outsiders' business: A critical review of research on immigrant entrepreneurship**. International Migration Review, p. 657-681, 2000.

RAZIN, A.; EFRAIM S. **“Resisting Migration: Wage Rigidity and Income Distribution”**. American Economic Review: Papers and Proceedings, May, p. 312, 1995.

REYNOLDS, P.D. **Understanding business creation**: Serendipity and scope in two decades of business creation studies. Small Business Economics, 24, 2005, p. 359-364.

SÁ, C. **Prefácio à edição brasileira**. In J. C. Deschamps (Org.), A identidade em psicologia social (pp. 7-13). Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SACURAI, C. **Tensões dentro de um mesmo grupo**: os japoneses do pós- guerra e os antigos imigrantes. In XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu/MG, 20-24 de Setembro de 2004.

SAITO, H. **O Japonês no Brasil**: Estudo de Mobilidade e Fixação. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 1961. [11]
[SEP]

SAKIMA, T. **Breve história de Okinawa**. In Imigração Okinawana no Brasil. Yssamu Yamashiro (org.). São Paulo: Associação Okinawa Kenjin do Brasil, 2000.p. 27-32.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SAY, J. B.. **Tratado de Economia Política. Prefácio de Georges Tapinos**. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os Economistas), 1983.

SCHUMPETER, Joseph. **O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico**. In *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985.

SHINZATO, I.G. **Confira a História da diáspora okinawana e a conquista silenciosa**. In Dourados Agora, agosto de 2014. Disponível em <https://www.douradosagora.com.br/entretenimento/confira-a-historia-da-diaspora-okinawana-e-a-conquista-silenciosa>. Acessado em 17 de novembro de 2019.

SILVA, T. T. da. **A produção social da identidade e da diferença**. In T. T. da Silva (Ed.), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais* (3. Ed.), pp. 73-102. Petrópolis:, Vozes, 2004.

SOLIS ORTUS. **A brief history of karatê**. s/d. Disponível em <http://www.solisortus.co.za/index.php/a-brief-history-of-karate/>. Acessado em 19 de outubro de 2019.

SOUSA, A. **A formação histórica do Oeste paulista: alguns apontamentos sobre a introdução da imigração japonesa**. In *Geografia em Atos*, UNESP, Presidente Prudente, v.1, n.8, p. 31-38, 2008.

SOUZA, Yoko Nitahara. **A comunidade uchinanchu na era da globalização**. Brasília, Dissertação (Mestrado), UNB, 2009.

SPIGEL, B. **The relational organization of entrepreneurial ecosystems**. In *Entrepreneurship theory and practice*, (41), n. 1, p. 49–72, 2017.

STEIER, L. P., CHRISMAN, J. J. e CHUA, J. H. **Entrepreneurial management and governance in family firms: an introduction**". In *Entrepreneurship Theory and Practice*, Volume 28, (4), p. 295–303, Junho de 2004

TOSHIAKI, F. **Considering Okinawa as a frontier**. In: HOOK, D. G.; SIDDLE, R. (ed). *Japan and Okinawa: Structure and Subjectivity*. London/ New York: Routledge, 2003.

VENKATARAMAN, S.. **The distinctive domain of entrepreneurship research**. US: JAI Press, Greenwich, 1997.

VIEIRA, C.M.N. et Al. **A identidade dos alunos da Escola Visconde de Cairu: primeiras impressões**. In *Simpósio Brasil-Japão 2010*. Campo Grande, 8-12 de outubro de 2010. Disponível em <http://www.japao.org.br/simposio2010/trabalhos-aprovados>. Acesso em 17 de abril de 2018.

VOLERY, T. **Ethnic entrepreneurship: a theoretical framework**. In L. P. Dana. **Handbook of research on ethnic minority entrepreneurship: a co-evolutionary**

view on resource management. (pp. 30-41). Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Limited, 2007.

YAMASHIRO, J. **Okinawa: uma ponte para o mundo.** São Paulo: Cultura Editores Associados, 1993.

WALDINGER, R., ALDRICH, H. e WARD, R. **Ethnic entrepreneurs. Immigrant business in industrial societies.** Sage Publications, 1990.

WALDINGER, R., ALDRICH, H. e WARD R. **Opportunities, group characteristics and strategies.** in R. Waldinger, H. Aldrich and R. Ward (eds), *Ethnic Entrepreneurs: Immigrant Business in Industrial Societies.* London: Sage, p. 13-48, 1990.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

ZAPALSKA, M. e EDWARDS, W. **Chinese Entrepreneurship in a Cultural and Economic Perspective.** in *Journal of Small Business Management*, 39 (3), 2001. pp.286-292. <http://www.campogrande.ms.gov.br/semadur/artigos/feiras-livres/> (acesso em 14/01/2019, 15:54h).

APÊNDICE

A – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

CATEGORIAS DE ANÁLISE	SUBCATEGORIAS	QUESTÕES DE ESCLARECIMENTOS
1. Território de origem e o processo migratório e de instalação em Campo Grande	1. Motivação de vir para o Brasil.	1. O que motivou sua família a vir para o Brasil? 2. Por que vieram residir em Campo Grande? 3. Onde foi a primeira residência? 4. Havia a intenção de voltar para Okinawa?
2. Relações sociais no novo território.	2. Inserção social e pertencimento.	1. Teve dificuldade em se inserir e se vincular socialmente com os moradores de Campo Grande no início? Explique como essa vinculação foi ocorrendo e como se fortaleceu. 2. Chegou a pertencer a algum clube social da cidade? Qual? 3. Tem alguém da família casado com pessoas que não são de origem utinanchu? Se sim, quantas? 4. O que o liga a Campo Grande hoje? Teria, por exemplo, vontade de voltar a morar em Okinawa? Explique a resposta.
	3. Integração cultural com os moradores de Campo Grande	1. O que mais chegou a estranhar na cultura local quando chegou? (Ex. regras de convivência e de mercado, hábitos, atitudes, valores, modo de viver, modo de trabalhar, modo de se alimentar, modo dos brasileiros se relacionarem com os imigrantes etc) 2. Acha que muito dessas diferenças culturais percebidas inicialmente foram reduzidas com o passar do tempo? Fale um pouco sobre isso e dê exemplos. 3. Você percebe hoje entre a população de Campo Grande algum gosto local pela cultura utinanchu (hábitos e tradições), como por exemplo na alimentação ou outro, ou alguma forma de homenagear a presença dos imigrantes de origem utinanchu no Município (por meio de festas, monumentos, museus, homenagens a personalidades)? Se sim, dê exemplos.
		1. Que atividade veio a exercer logo na chegada em Campo Grande? Foi uma escolha ou uma oportunidade? 2. Trabalhou no campo, na agricultura, horticultura, dentre outras? 3. Era empreendedor ou empregado?

3. Atividade Econômica e relações de trabalho.	4. Empreendedorismo étnico.	<p>Se empreendedor o negócio era em casa ou em outro local?</p> <p>4. Qual a origem dos recursos financeiros?</p> <p>5. Houve apoio do governo? De alguma entidade?</p> <p>6. Quais foram os principais obstáculos a serem vencidos, para garantir essa permanência?</p> <p>7. Inserção no mercado foi um deles? Se sim, explique</p> <p>8. Idioma e cultura diversa foi um obstáculo? Explique como foi ou não foi.</p> <p>9. Os conhecimentos e as competências trazidas da cultura Okinawa ajudaram no fortalecimento do negócio familiar? Dê exemplos.</p> <p>10. Houve mudança de atividade econômica dos primeiros imigrantes da sua família até hoje?</p>
	5. Papel da Família na manutenção do negócio.	<p>1. Quem trabalhava no negócio? Eram familiares? Havia atividades definidas?</p>
		<p>2. Os filhos participavam do trabalho? Recebiam pagamento ou atuavam juntos pela renda familiar?</p>
	6. Formação escolar para o trabalho.	<p>1. O futuro dos filhos foi pensado para continuar o negócio familiar ou para se preparar para outra profissão?</p> <p>2. Como equacionava a necessidade de ajudar e de estudar para se formar? Dividiam tarefas? Explique um pouco esse processo de participação familiar.</p> <p>3. Quais são as profissões exercidas pelos filhos atualmente?</p> <p>4. Existem casos em que os filhos formados voltaram a exercer o negócio familiar de quando chegaram no Brasil? Se sim, cite quais e explique o motivo.</p>